

PARIDADE

NOVOS RUMOS

Edição para São Paulo

ANO II Rio de Janeiro, semana de 28 de outubro a 3 de novembro de 1960 Nº 87
Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragman Borges

3 MIL AÇOUGUES EM GREVE: SÃO PAULO FICOU DOIS DIAS SEM CARNE

Aos Leitores

TEM sido demonstrado mais da uma vez que o jornal é uma mercadoria cujo preço de custo é superior ao preço de venda, isto é, as despesas com pessoal, papel, fotografias, clichês, composição, impressão, expedição etc. é maior do que o produto da venda avulsa. O que permite anular esse déficit e, mesmo alcançar lucros (muitas vezes grandes lucros), é a matéria paga, a publicidade. E os grandes trustes norte-americanos são, em nosso país, as principais fontes de matéria paga. No inquérito da Câmara Federal sobre a Esso e a Shell ficou apurado, por exemplo, que só a Standard Oil fornece a conhecidos jornais tal volume de publicidade que correspondendo a mais do dobro do que eles apuram com a venda avulsa.

NOVOS RUMOS, conforme sabe o leitor, não aceita semelhante publicidade. Por isso sua fonte de receita é a venda avulsa, quer dizer, a contribuição dos próprios leitores.

A elevação geral dos preços, que se acentuou nos últimos meses, veio tornar ainda mais difícil nossa situação financeira. Cresceram assustadoramente as despesas, em particular com papel, impressão, composição e fretes, provocando um desequilíbrio já insustentável. Dessa forma, o caminho que temos é apelar para os nossos leitores. Torna-se indispensável aumentar o preço do jornal, passando para 10 cruzeiros. É o que faremos a partir do próximo número.

Temos a certeza de que essa colaboração dos leitores não nos faltará.

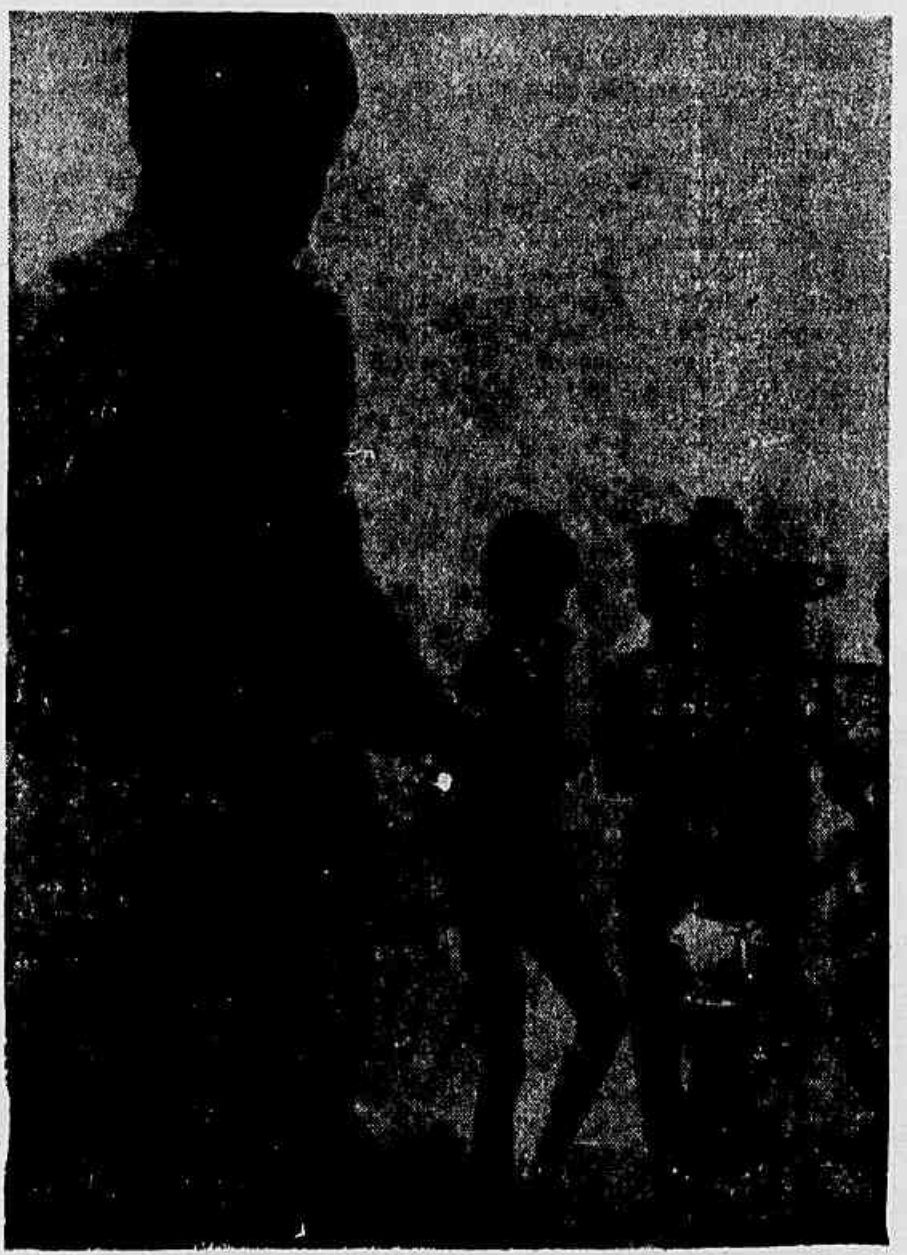
Calor veio quando a água foi

QUANDO a temperatura se elevou na Guanabara, as autoridades descobriram que a adutora da Guanabara tinha alguns ramos que precisavam ser reparados com a máxima urgência. O resultado foi o corte total no fornecimento de água e um fim de semana martirizante para o carioca do Norte e do Sul. O muito calor e a água que não havia suscitaram aqueles problemas que todos conhecem e a busca de soluções as mais engenhosas para resolvê-los. A mais satisfatória foi conseguida pelos ex-combatentes, que resolveram aproveitar a água da adutora de Ribeirão de Lajes, cuja lubrificação atravessa o conjunto onde residem. Reportagem fotográfica na 6ª página do 2º caderno.

CMTC: aumento de 40% nas tarifas de bondes e ônibus

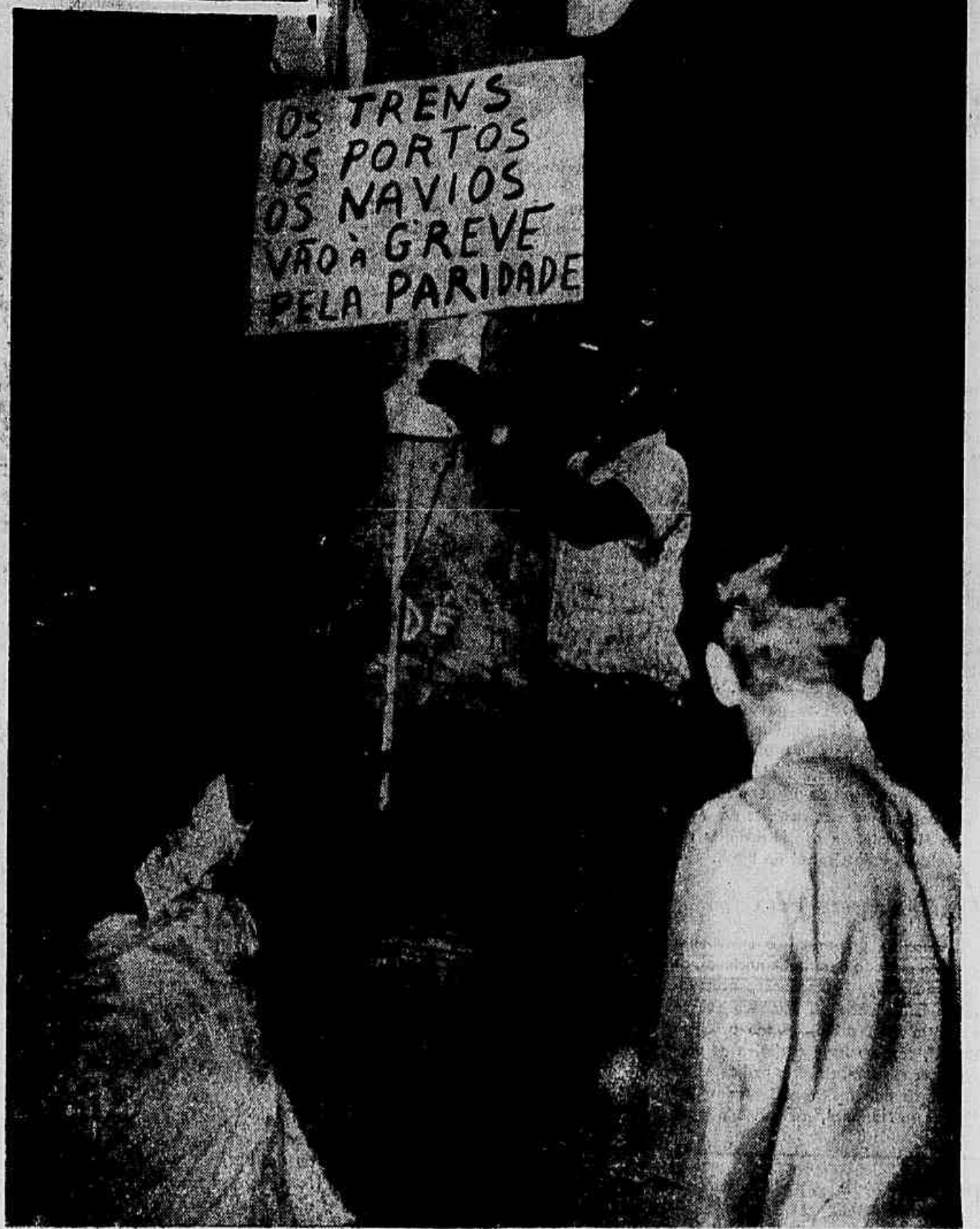
OS RESULTADOS da má administração da companhia municipal que explora os serviços de transporte na capital paulista, levaram a que o prefeito adotasse, sem justificção alguma, a medida extrema de se desfazer de algumas das linhas mais lucrativas e de outras, concedendo-as a particulares. O fato provocou a justa indignação dos trabalhadores da empresa, que se encontram em assembléia permanente para exigir das autoridades municipais o cancelamento das escandalosas concessões. E n a q u a n t o isso, nos bastidores do executivo, trama-se um novo aumento nas tarifas de ônibus e bondes que, ao que tudo indica, deverá atingir 40%. É este o terceiro que se pretende em pouco tempo, como remédio para salvar a CMTC da crise. Reportagem na 6ª página do primeiro caderno.

ADOTANDO a medida extrema para impedir definitivamente a oficialização da liberação dos preços da carne, assim como para protestar contra a indiscriminada exportação do produto pelos frigoríficos estrangeiros, 3 mil açougues de São Paulo cerraram suas portas a zero hora de quarta-feira, começando a primeira greve do gênero no Brasil. A decisão contou com a solidariedade da população da capital paulista, dos sindicatos e entidades estudantis e é o primeiro passo na luta para resolver definitivamente o angustiante problema do preço da carne, assim como para levar a COFAP, que até agora, através do sr. Guilherme Romano, só tem feito atender aos desejos dos representantes dos frigoríficos estrangeiros, a adotar as medidas mais rigorosas no sentido de coibir a exploração brutal contra o povo. Os açougueiros de São Paulo, que durante a crise de 1959 se colocaram francamente ao lado das autoridades que pretendiam a intervenção nos frigoríficos, voltam agora à luta com a paralização total. (4ª pág. do 1º caderno)



POVO CARIOCA MARCA UM TENTO CONTRA O TRUSTE DO TELEFONE

Texto na 2ª pág. do 1º cad.



Estados Unidos

querem invadir

Cuba: protestos

em todo o mundo

Texto na 7ª pág. do 1º cad.

UMA passeata pelas ruas da cidade, e um comício improvisado nas escadarias do Teatro do Rio de Janeiro marcarão o encerramento de uma assembléia-monstro realizada na noite do dia 24, no Teatro João Caetano, onde mais de cinco mil marítimos, ferroviários e portuários ratificaram o pacto de ação comum que levará mais de um milhão de trabalhadores a greve, a zero hora do dia 8 de novembro, se até o dia 3 do referido mês não lhes tiver sido concedida a paridade de vencimentos com os militares. Embora preparem-se para a greve em todo o território nacional, os trabalhadores das três corporações e demais servidores autárquicos esperam que a Câmara aprove, nos próximos dias, a emenda apresentada pelos líderes do PTB, PSD e PSB. Reportagem na 2ª página do 1º caderno.

Rio Paraíba vai ter outra hidrelétrica

A CONSTRUÇÃO da usina de Salto-Funil, no rio Paraíba, está na ordem-do-dia. Sua escritura de constituição foi publicada recentemente pelo «Diário Oficial» da Guanabara e, segundo o documento, participam da Cia. Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) — que construirá a usina — além do governo federal, também os governos de S. Paulo, Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Rede Ferroviária Federal. Também a Light participa da CHEVAP. (Reportagem na 1ª pág. do 2º caderno).

Resposta

ORLANDO BOMFIM JR.

JUSCELINO e Jânio têm trocado salamaleques. Para o presidente que vai entrar, o que vai sair merece elogios pela sua conduta durante a campanha eleitoral. Parlou-se como um magistrado. Para o presidente que vai sair, o que vai entrar merece elogios porque durante a campanha «foi muito correto». E Juscelino vai ainda mais longe. Diz ele: «Jânio Quadros defendeu as mesmas teses que informam a filosofia do meu governo». Até parece que sente como sua a vitória da candidata chamada opositorista. Será talvez o que se costuma classificar de «fair play», no idioma possivelmente do gôsto de ambos os presidentes. Mas acontece que, para o povo, o jogo está sendo outro.

A PALAVRA ainda já se torna inexpressiva para dar uma imagem do aumento generalizado dos preços. Trata-se de verdadeiro vagalhão, que ameaça fazer sossobrar as economias domésticas das que vivem de salários e vencimentos fixos. O caso da carne assume, sob todos os aspectos, proporções inconcebíveis. Os preços atingiram tais alturas que uma família operária consumiria, só com este produto, todo o salário mínimo. A COFAP, desmoralizada pela sua própria presidência, não controla coisa alguma e o que faz é para agravar a situação. Os Frigoríficos não são apenas os donos da boi, mas também os «donos da bola». Fazem o que bem entendem, inteiramente soltos, como se fossem um poder acima do governo. Reduzem, literalmente, o povo à fome. Têm o campo aberto para lódas as manobras, aumentando seus lucros no mercado interno e com as exportações. Nem sequer temem que o povo, lançado pela indignação, reproduza o fenômeno do estouro da boiada. Chegamos a tal estado de coisas que os intermediários já se associam aos consumidores na luta contra a ganância. Os 3 mil açougueiros da capital de São Paulo fazem, pela primeira vez, uma greve geral, fechando por 48 horas as suas portas.

OS IDEÓLOGOS do tubaranta abrem baterias contra o novo salário mínimo, que apontam como a causa da carestia. Mas só têm olhos para ver aumen-

tos que ocorrem neste período. Nada dizem sobre a acentuada deterioração anterior dos salários. E nem se referem ao fato, comprovado por documentos oficiais, de que, apesar dos reajustamentos temporários no seu valor nominal, os salários têm sofrido uma diminuição em seu valor real.

NA VERDADE, a conquista de novos níveis de salário mínimo foi uma vitória contra os que insistem em impor aos trabalhadores insuportáveis e indignas condições de vida. E é justo e equitativo e completar essa vitória, com o reajustamento geral de salários e com a contenção da subida dos preços.

SERA mesmo inútil pretender que os trabalhadores se conformem com o papel de bode expiatório. Suas lutas estão aí para mostrar que outra é sua decisão. A greve nacional dos estivadores constitui um exemplo. Pela primeira vez, uniram-se eles, organizadamente, em todo o território do país, parando os serviços também no porto do Rio. E alcançaram, em 24 horas, completo êxito. Idêntico espírito combativo estão revelando os marítimos, ferroviários e portuários, que se preparam, sob a simpatia e solidariedade de todos os demais trabalhadores, para desencadear a greve no próximo dia 8 se não lhes for concedida a paridade de vencimentos com os militares.

REFERIMOS apenas a dois exemplos de movimentos de amplitude nacional. Mas inúmeros outros, locais ou regionais, poderiam ser apresentados, todos revelando a mesma decisão de luta organizada em defesa do padrão de vida dos trabalhadores e do povo em geral. E outro não poderia ser o caminho. Como se não bastasse o que já existe, acenou o sr. Jânio Quadros, ante as câmaras de televisão, com meses de sacrifícios, «muito duros mesmos», no início do seu governo. Pensará S. Exa. que vamos ensaiar coletivamente a experiência da anedota do burro do inglês que estava sendo treinado para viver sem comer? Se assim for, a resposta já está sendo dada desde agora. E deve, certamente, ser ainda mais vigorosa.

PORTUARIOS, MARITIMOS E FERROVIARIOS EXIGEM A PARIDADE

Portos e Ferrovias Paralisarão em Todo o País no Próximo Dia 8

Milhares de trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários reuniram-se em assembleia conjunta, na noite do último dia 24, no Teatro João Caetano, quando ratificaram o pacto de ação comum para a greve nacional que será deflagrada pelas três numerosas categorias, no próximo dia 8 de novembro, se até o dia 3 do referido mês não tiverem conseguido a paridade de vencimentos com os militares.

A assembleia foi precedida de três grandes passeatas que partiram de pontos diferentes da cidade, com os trabalhadores conduzindo centenas de faixas e cartazes apelando para a solidariedade da população carioca, e esclarecendo as razões da declaração da greve nacional. Exatamente às 17,30 os três grandes grupos de trabalhadores começaram a se movimentar dos seus respectivos pontos de concentração, rumo ao Teatro João Caetano. Os operários navais e os empregados em escritórios das empresas de navegação saíram da Praça 15; os portuários, da Praça Barão de Teffé; enquanto que do Largo do Camerino saía a passeata dos marinheiros, taifeiros, foguistas, mestres e contramestres de pequena cabotagem, condutores e comissários da Marinha Mercante, e os ferroviários da Leopoldina e da Central do Brasil.

Emendas apresentadas

Enquanto preparam o movimento grevista em todo o território nacional, os três combalvados corporações acompanham a atividade da comissão que se encontra em Brasília, desde o último dia 17, com a missão exclusiva de permanecer em contato com os líderes de todos os partidos representados no Congresso Nacional, defendendo junto

a eles a aprovação da emenda que assegura a paridade de vencimentos aos trabalhadores ativos e inativos das empresas autárquicas, paraestatais e em regime especial. Essa comissão, composta dos líderes Nelson Mendonça, secretário da Federação Nacional dos Marítimos; Geraldo da Costa Matos, secretário da Federação Nacional dos Ferroviários e Nelson Batista de Oliveira, da União dos Portuários do Brasil, conseguiu que os líderes do PTB, PSB e PSD apresentassem a emenda que consubstancia as reivindicações dos trabalhadores autárquicos, notadamente os marítimos, portuários e ferroviários.

Classificação superada

A situação dos servidores da União e das autarquias vem se agravando a cada momento, e já chega a ser desesperadora para centenas de milhares de funcionários que, embora teoricamente estejam com os vencimentos elevados desde 1.º de julho último, em virtude do Plano de Classificação, não receberam, até hoje, nenhuma das vantagens estabelecidas no referido Plano.

Entretanto, mesmo que o Governo providencie, como prometeu, o pagamento das vantagens do Plano de Classificação até o próximo mês de novembro, a situação do funcionalismo continuará sendo de dificuldades crescentes, uma vez que os sete primeiros níveis de vencimentos estabelecidos na Classificação, e que variam de 6 a 9 mil cruzeiros, já foram superados pelo próprio salário-mínimo do Estado da Guanabara, fixado em 9.600 cruzeiros, a partir do último dia 17.

Os trabalhadores autárquicos, principalmente aqueles menos favorecidos pelo Plano de Classificação, e cujos vencimentos não ultrapassaram a faixa dos nove mil cruzeiros mensais, não compreendem como o presidente da República reconheça a necessidade de elevar o salário-mínimo em 60%, conforme o decreto assinado e pretenda conceder um aumento, em forma de abono, de apenas 30% aos servidores autárquicos. Com efeito, ainda que as vantagens do Plano começassem a ser pagas imediatamente, só em janeiro do próximo ano, com o abono de 30%, os trabalhadores autárquicos, enquadrados nos níveis 1, 2 e 3, passariam a receber, respectivamente, 7.800,00; 8.450,00; 9.100,00 cruzeiros, isto é, vencimentos ainda muito inferiores ao salário-mínimo que os trabalhadores cariocas já estão recebendo desde o mês corrente.

Inadiável a paridade

Essas razões seriam suficientes para que os trabalhadores autárquicos repudiassem o abono de 30% que o Governo lhes promete a partir de 1.º de janeiro do próximo ano, e lutassem, como estão lutando, pela paridade a partir de 1.º de julho, data em que os militares começaram a gozar da melhoria de vencimentos.

Trata-se de uma reivindicação legítima e inteiramente justa que conta, por isso mesmo, com a solidariedade de todos os servidores civis da União.

A União Nacional dos Servidores Públicos, e todas as demais entidades que participaram da batalha nacional pela aprovação do Plano de Classificação, movimentam-se, por outro lado, para exigir a concessão imediata da paridade de vencimentos. Embora não possuam o direito legal do exercício da greve, o funcionalismo público, liderado pelas suas entidades, começará a promover manifestações de massa em todas as cidades do País, exigindo a paridade de vencimentos, cuja votação vem sendo retardada na Câmara dos Deputados.

Manifestação em Niterói

A campanha dos trabalhadores autárquicos pela paridade começa a crescer em todo o interior do país, e hoje

indica que a greve programada para o próximo dia 8 determinará a paralisação total da atividade dos marítimos, portuários e ferroviários. Essas três corporações, cujos líderes já se entenderam em escala nacional, começam a promover manifestações conjuntas em âmbito regional. No próximo dia 31, em Niterói, haverá a primeira grande assembleia, que reunirá milhares de trabalhadores de todo o interior do Estado.

O movimento grevista a ser deflagrado a zero hora do dia 8, caso a paridade não seja concedida até o dia 3 do mês vindouro, já conta com a adesão das seguintes entidades: Federação Nacional dos Servidores Públicos, Federação Nacional dos Portuários, União Nacional dos Portuários, Federação Nacional de Marítimos, Coligação dos Servidores da Central do Brasil, Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, Sindicatos Nacionais de Marinheiros, Taifeiros, Foguistas, Mestres e Contramestres, e dos Comissários da Marinha Mercante, além dos Sindicatos de Operários Navais do Rio de Janeiro e de São Paulo, dos Empregados em Escritórios, dos Motoristas e Condutores da Marinha Mercante, e de outros, cujos pronunciamentos estão sendo aguardados.

COM A LIGHT É SÓ VENHA A NÓS...

Greve Geral Dos Transviários Deixou a Cidade Sem Bondes

Nenhum dos 800 bondes que a Light põe em circulação diariamente no Estado da Guanabara circulou durante 24 horas, em consequência da greve geral dos trabalhadores em carris urbanos que, pela primeira vez, conseguiram promover uma paralisação total e plenamente vitoriosa.

A greve foi iniciada a zero hora do dia 20, e só 24 horas depois, com o início do pagamento do aumento salarial de 38%, em atraso desde junho último, os bondes começaram a se movimentar pelos 80 linhas que cortam os principais bairros da cidade.

Embora cerca de um milhão de passageiros tenha sido diretamente atingido pela paralisação do seu tradicional meio de transporte, o carioca manteve-se solidário com os sete mil grevistas das empresas de carris urbanos, e torceu pela vitória dos trabalhadores em sua luta aberta contra a ação criminosa da Light, que retardou, durante cinco meses, o pagamento da elevação salarial devida aos seus empregados.

O acordo

Depois de uma luta ininterrupta pelo recebimento da elevação salarial de 38%, que lhes era devida desde 1.º de junho, os trabalhadores em carris urbanos acabaram servindo-se do recurso extremo da greve. A paralisação do trabalho, por 24 horas, foi o suficiente para resolver um problema que se arrastava há mais de 4 meses, tendo os trabalhadores conquistado a assinatura de um acordo pelo qual a Light se comprometeu:

1) promover o pagamento dos atrasados a partir do dia 21 de outubro até o dia 15 de fevereiro, seguindo um escalonamento mensal que prevê, ainda, o pagamento do Abono de Natal no dia 15 de dezembro;

2) assinatura de um acordo salarial que entrará em vigor a 1.º de dezembro, dando prosseguimento, em forma de aumento salarial, ao Abono Provisório de 38%, cuja vigência se extingue em novembro;

3) nenhuma punição para os grevistas;

4) pagamento integral do dia de greve.

Com esse acordo, os condutores, motoristas, fiscais, inspetores e demais empregados nas empresas de carris urbanos voltaram ao trabalho, regularizando o serviço de transporte na velha capital.

Sonegação da Light

Quando os trabalhadores do Grupo Light conquistaram o aumento salarial de 38%, a empresa condicionou o pagamento da melhoria salarial a elevação das tarifas de todos os serviços que explora na cidade, entre os quais os de telefone, luz, gás e bondes. Os poderes concedentes não pestanejaram: atenderam a solicitação da Light, que é sempre a grande beneficiária dos aumentos salariais, graças ao servilismo das autoridades, que acreditam piamente nas escritas deficitárias que lhes são apresentadas pelo polvo tanque-canadense.

Apenas o aumento das tarifas dos bondes não foi concedido, porque se temeu a reação popular. Mas como a Light insistisse no chantagem, negando o aumento salarial aos trabalhadores em carris enquanto as tarifas de bondes não fossem elevadas, os homens do Governo do Estado e dos Ministérios da Agricultura e Trabalho encontraram a fórmula salvadora: sobrecarregar as tarifas de luz, gás e telefone, e destinar o excesso ao pagamento do salário dos trabalhadores em carris urbanos. E o carioca teve de arcar, a partir de 1.º de agosto, com um aumento tarifário de 50,7%. Mas a Light pegou o dinheiro suado dos seus milhões de contribuintes, embolsou-o, e continuou negando o pagamento ao pessoal da carris.

À medida que a pressão dos trabalhadores aumentava, a empresa marcava data para o pagamento: primeiro prometeu realizá-lo em 30 de agosto; depois, em 10 de setembro; finalmente, adiou-o para 12 de outubro. E não fez o pagamento em nenhum desses prazos.

Greve marcada

Com a paciência esgotada, os trabalhadores reuniram-se em assembleia geral, no dia 14 último, para tomar conhecimento de uma proposta ridícula das autoridades e decidirem o que fazer. O Governo, cedendo à argumentação da Light que afirmava não dispor ainda de verba suficiente para pagar os atrasados, resolveu emprestar-lhe 50 milhões de cruzeiros. Mas a empresa negou-se a sacar o dinheiro no Banco do Brasil, e sugeriu às autoridades que oferecessem o empréstimo ao sindicato, para que este sacasse o dinheiro e efetuassem, através da própria Light, o pagamento do primeiro mês em atraso. Os trabalhadores negaram-

Nota Sindical

Os Trabalhadores e o Novo Governo

As duas grandes greves que se verificaram na semana passada: a dos estivadores e portuários, no âmbito nacional; e a dos trabalhadores em carris urbanos, restrita ao Estado da Guanabara, assinalaram que as lutas reivindicatórias não sofreram e nem sofrerão nenhuma solução de continuidade nesse período de transição entre o governo do sr. Juscelino Kubitschek e o do sr. Jânio Quadros.

Apesar de qualquer atitude de expectativa diante da composição do novo Governo, os trabalhadores e os líderes sindicais compreendem que o momento é de intensificação das lutas reivindicatórias e de desenvolvimento crescente das campanhas pela elevação dos seus níveis salariais, da melhoria do seu padrão de vida e das condições de trabalho.

As massas trabalhadoras, assoberbadas com a tremenda sobrecarga de dificuldades que vêm recaído sobre os seus ombros, em consequência do processo inflacionário, não podem cruzar os braços, nem permanecer numa atitude meramente contemplatória nesse fim de Governo.

O desenvolvimento vigoroso do movimento de organização e de lutas sindicais se faz necessário, por outro lado, para evitar futuras dúvidas do sr. Jânio Quadros quanto à aplicação da política do Fundo Monetário Internacional em nosso País, visando ao congelamento dos salários das massas trabalhadoras e a repressão ao movimento sindical, a exemplo do que ocorre na Argentina, a pretexto do combate à inflação.

É preciso ficar claro para os homens do novo Governo que os trabalhadores brasileiros não aceitarão maiores sacrifícios, nem concordarão, jamais, com qualquer tentativa de repressão aos movimentos reivindicatórios visando a melhoria dos seus níveis salariais e das suas condições de vida.

O exemplo dessa disposição de luta já foi dado com a primeira grande greve geral dos estivadores e portuários, que acabaram alcançando as suas legítimas pretensões, do mesmo modo que as conseguiram os oito mil trabalhadores em carris urbanos que, pela primeira vez, realizaram um movimento grevista total.

Mas outros movimentos se articulam em todo o País, evidenciando a existência de uma nova situação no panorama das lutas reivindicatórias. Em São Paulo, cerca de 600 mil trabalhadores prepararam-se para vencer a resistência patronal, e conquistar aumentos salariais variáveis de 40 a 50%. Ainda em São Paulo, refletindo o descontentamento e a reação das massas trabalhadoras contra a brutal elevação do custo da vida, os próprios donos de açougue decidiram cerrar as portas dos seus estabelecimentos, num vigoroso movimento de protesto contra as imposições dos frigoríficos que elevam, sem cessar, o preço da carne, que chegou a 260 cruzeiros o quilo.

Em Porto Alegre, onde é grande a tradição dos trabalhadores na luta contra a carestia, os sindicatos estão se articulando para a deflagração de uma nova greve geral de protesto contra a elevação do custo de vida e por medidas concretas destinadas a promoção do barateamento dos gêneros de primeira necessidade.

Os marítimos, ferroviários e portuários prepararam-se, por outro lado, para a greve nacional programada para o próximo dia 8, em defesa da paridade de vencimentos. A firmeza desses movimentos constituirá o melhor cartão de visitas das massas trabalhadoras ao novo Governo que se instalará em Brasília.

Nelson Azevedo

Rádio de Moscou: concurso

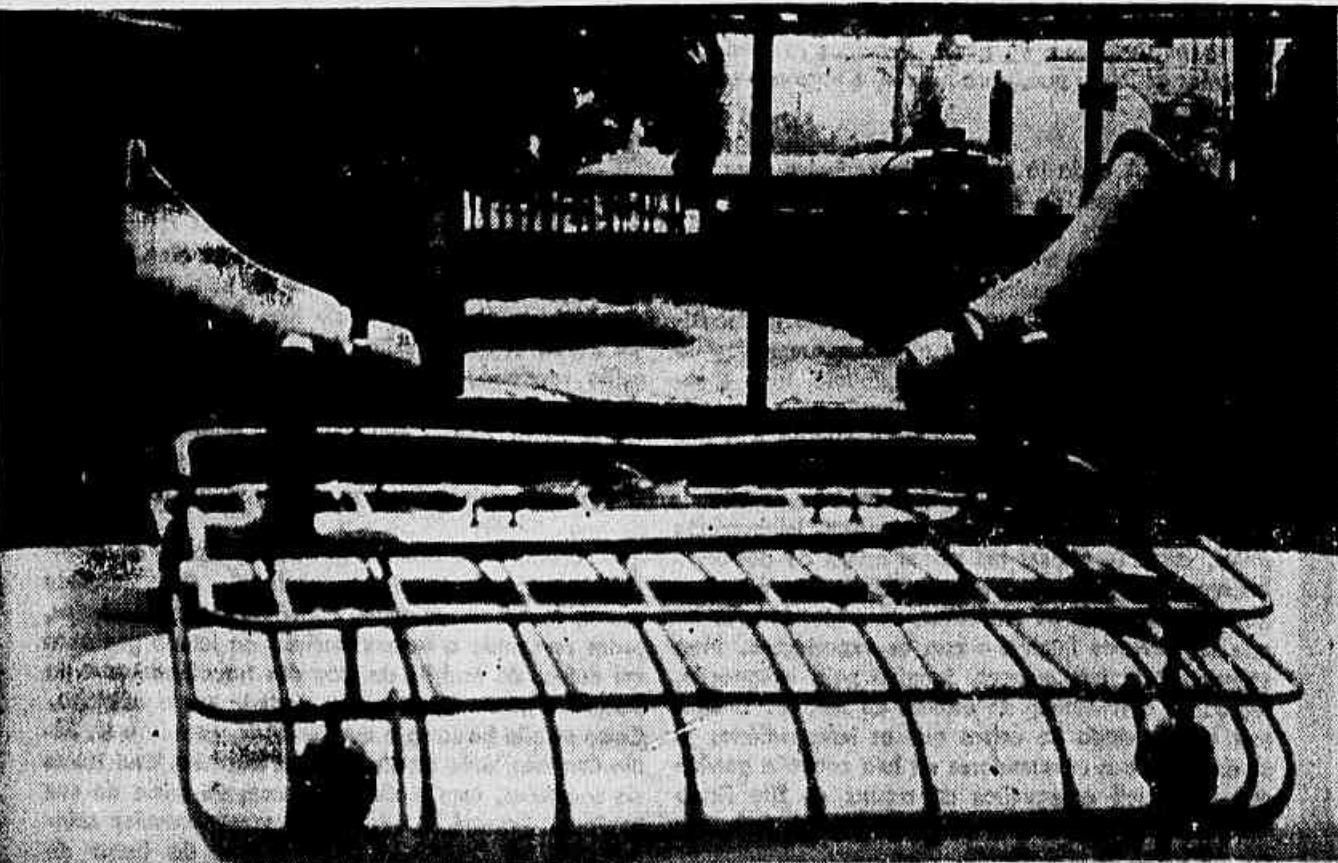
A Rádio de Moscou abriu um concurso sob o título "Quem será o campeão mundial de vôleibol masculino e feminino que se disputa no Rio de Janeiro". O vencedor do concurso receberá uma bola de vôleibol com autógrafos dos mais conhecidos vôleibolistas soviéticos. As respostas deverão ser enviadas até o dia 10 de novembro à Rádio de Moscou com a identificação do concurso, só sendo válidas aquelas que vierem carimbadas pelo correio até 10 de novembro.

Bancários Discutirão no Rio a Nova Política Para o IAPB

Os líderes bancários de todo o País reunir-se-ão no Estado da Guanabara, provavelmente no dia 6 do mês vindouro, para examinar os assuntos relacionados com a nova política administrativa a ser adotada no IAPB, e com intensificação da campanha pela conquista do Contrato Coletivo de Trabalho.

A CONTEC, que recebeu dos bancários de Pernambuco a sugestão para que convocasse a reunião do dia 6, está aguardando, entretanto, a conclusão das campanhas salariais ainda em desenvolvimento em alguns Estados, para que confirme a data do próximo encontro nacional de bancários.

O bancário Edgard Rocha Costa, juntamente com o empregador Cristóvão Moura, foi eleito para o Conselho de Administração do IAPB. Outros líderes dos trabalhadores em estabelecimentos de crédito disputam as eleições para os demais órgãos do IAPB e da Previdência Social. Para discutir a conduta que os representantes dos bancários devem adotar nos cargos que venham a ocupar no IAPB ou nos demais órgãos da Previdência Social, é que os líderes da classe se reunirão no Estado da Guanabara. Essa medida de controle dos dirigentes sindicais bancários constitui, sem dúvida, um exemplo salutar para todas as demais categorias de trabalhadores.



Ninguém foi buscar o bonde

Todos os bondes que servem — servem muito mal — os cariocas ficaram guardados no dia 20, sem motoristas e condutores que fossem fazê-los trabalhar. Pela primeira vez em sua história o Sindicato de Carris Urbanos do Rio de Janeiro conseguiu fazer uma paralisação geral dos veículos da Light sem que isso acarretasse prisão de seus membros.



Geometria da greve

se a compactuar com a farsa, e decidiram entrar em greve a zero hora do dia 20, se até às 14 horas do dia anterior não tivessem recebido os atrasados. E a greve foi deflagrada.

Prisão em massa

Greve nos serviços de bondes da Guanabara nunca fez graça para ninguém. A polícia carioca sempre se mobilizou todinha para desancar o pau nas costas dos trabalhadores. Mas dessa vez a coisa foi diferente. Os empregados em carris urbanos tinham a seu favor a unidade da classe e uma dolorosa experiência, adquirida durante longos anos de luta contra as safadezas e os crimes da Light. Quando eles deflagraram esta primeira greve total e vitoriosa, fazia exatamente seis anos que toda uma assembleia, composta de mil e quinhentos trabalhadores era presa e levada ao pátio da cadeia do Estado, porque pretendia, justamente, deflagrar uma greve por melhores salários.

Em muitas outras oportunidades os empregados em carris urbanos tentaram exercer o direito de greve, mas os seus planos eram sempre desbaratados pela polícia, que encarcerava os seus melhores líderes.

Há cerca de três anos o pessoal dos bondes voltou a decretar uma greve, mas a polícia entrou em ação, apreendeu todo o material de propaganda, distribuiu comunicados falsos, e torpedeou o movimento grevista.

Nova Tática

Mas agora a coisa foi outra. Além de os trabalhadores terem avançado na conquista das liberdades sindicais, o pessoal da Light soube alinhar todos os seus planos do passado, e trazer um plano que asseguraria, em quaisquer circunstâncias, o pleno êxito do movimento grevista.

Não foi por acaso que o repórter ficou surpreso quando chegou à sede do sindicato, momentos antes da deflagração da greve, e não encontrou nenhum trabalhador, a não ser o presidente e o secretário do sindicato. Esse

Os trilhos no Tabuleiro da Baiana foram, no dia 20, paralelos sem uso, reduzidos a esse simples aspecto geométrico pela paralisação geral do serviço de bondes na Guanabara, fruto da greve vitoriosa dos transviários.

era um dos aspectos da nova tática: nenhuma concentração no sindicato, nem antes e nem durante a greve. E foi assim que o movimento se tornou vitorioso. Todos os sete mil empregados em carris urbanos já sabiam o que fazer. Os 250 delegados sindicais, contados com a colaboração ativa dos companheiros das suas respectivas seções de trabalho, construíram o esteio do movimento grevista. Independente disso, havia vários comandos de greve na reserva, prontos para substituir os que porventura viessem a ser presos. A experiência madura que assim se procedesse, e assim se procedeu. Os líderes que se dirigiram à sede do sindicato ficaram desapontados. Não havia a quem prender. E não havia, por outro lado, nenhum bonde em circulação. Parecia que um fantasma dirigia o movimento grevista, o primeiro que os trabalhadores em carris urbanos conseguiram realizar desde a fundação do seu sindicato, em 1931.

Uma dúvida da polícia

Ninguém foi preso na greve da semana passada. Mas o diretor da Divisão de Polícia Política e Social, capitão Carlos Pinto, enquanto os bondes estavam parados, e os grevistas espalhados pelos quatro cantos da cidade, concedeu uma entrevista à imprensa, salientando que a greve era ilegal, porque afetava o serviço de transporte. Dito isso, o arguto policial esclareceu que estava investigando dois pontos muito importantes para que fossem fixadas as responsabilidades dos infratores da Lei:

1) Por que a Light, apesar de ter dinheiro em banco, não pagou aos seus funcionários, levando-os à parede?

2) Por que os trabalhadores entraram em greve?

Ninguém sabe, até hoje, se o capitão policial conseguiu resolver o complicado enigma. Mas todos os cariocas já descobriram que os trabalhadores em carris urbanos voltaram ao trabalho logo que a Light tirou o dinheiro do banco e pagou o que era devido há cinco meses.

Nacionalistas do PSD e do PTB Assumem a Liderança em Brasília

Brasília (Do Correspondente) — Acontecimentos políticos ocorridos no âmbito parlamentar partidário desde a proclamação do resultado das eleições, e outros que se anunciam para estes próximos dias, parecem indicar alterações sensíveis no panorama político nas duas Casas do Congresso Nacional.

Nacionalistas na liderança

É na Câmara dos Deputados que as linhas fundamentais dessas alterações, determinadas pela vitória eleitoral do sr. Jânio Quadros e pela afirmação de pujança do movimento nacionalista através dos quase quatro milhões de votos dados ao marechal Lott, se desenharam com maior nitidez. Os grupos nacionalistas dentro do PTB e do PSD tendem a assumir, de fato, a liderança de suas bancadas e se apresentam fortalecidos diante das direções partidárias.

Logo após o pleito, no encontro que os parlamentares possedistas tiveram com o presidente Kubitschek, coube ao sr. José Joffily interpretar o pensamento da ala nacionalista do seu partido, à qual, no decorrer da campanha eleitoral se associaram próceres como os srs. Gustavo Capanema, Etelvino Lins, Ovidio de Abreu, Guilhermino de Oliveira e o líder da Maioria, Abelardo Jurema, antes tenazes adversários da chamada «ala moça».

Mais recentemente, quando da reunião das bancadas federais com o presidente nacional do PSD, ministro Amaral Peixoto, não somente o grupo nacionalista dominou o debate suscitado pelo balanço da derrota sofrida pelos partidos situacionistas, como ainda, constituindo-se em centro de unidade, obteve aprovação unânime para as importantes decisões aprovadas: programa a curto prazo, de imediata ação parlamentar, e designação de uma comissão para a elaboração de novo programa partidário e da reforma dos estatutos. O espírito de ofensiva do grupo nacionalista e a posição de liderança adotada valeu-lhe uma primeira vitória sobre a ala reacionária do partido, com a designação do deputado José Joffily para a liderança da Maioria durante a ausência do sr. Abelardo Jurema.

O programa de ação parlamentar aprovado pelos possedistas compreende a batalha pela aprovação de alguns projetos que dizem respeito a reivindicações populares e dos trabalhadores — prorrogação da Lei do Inquilinato, regulamentação do direito de greve e paridade de vencimentos entre civis e militares — e do que trata da remessa de lucros para o exterior — questão fechada para o movimento nacionalista. Numa segunda etapa, a ala nacionalista da ban-

cada prevê luta por medidas de consolidação da democracia, tais como a aprovação de projetos de anistia ampla para os processados por delitos políticos, inclusive grevistas, a reforma do art. 58 da Lei Eleitoral, que retirou aos comunistas o direito de se candidatarem a postos eletivos, e da atual Lei de Segurança, visando expurgá-la de seus dispositivos mais reacionários.

Grupo compacto traça linha

No seio da bancada trabalhista, o chamado «grupo compacto», reforçado pela expressiva votação alcançada pelo sr. Sérgio Magalhães e pela vitória do sr. Doutel de Andrade, eleito vice-governador de Santa Catarina com votação bastante superior a alcançada pelo candidato possedista ao governo do Estado, prepara-se para a reunião com o presidente do Partido, sr. João Goulart, com disposição de defender a adoção de uma linha partidária nacionalista, mais voltada para os interesses nacionais e as reivindicações da classe trabalhadora. O grupo defenderá também a adoção de uma posição de independência em relação ao futuro presidente da República. Nessa reunião, marcada para quinta-feira, será apreciado o relatório do ministro Barros de Carvalho sobre as eleições de 3 de outubro, no qual o sr. Kubitschek é em parte responsabilizado pela derrota do marechal Lott, entre outros moti-

vos pelo fato de ter mantido dentro do seu governo pontos de lança do entreguismo como os srs. Paes de Almeida e Armando Falcão.

FPN no comando central

Sob a presidência do deputado Bento Gonçalves, a Frente Parlamentar Nacionalista se reuniu por duas vezes na semana passada. Dessas reuniões participou o líder da Maioria, sr. Abelardo Jurema. As questões discutidas prendem-se à análise dos erros cometidos na campanha pela eleição do marechal Lott, à fixação da responsabilidade que cabe ao sr. Kubitschek e às cúpulas partidárias, à reafirmação de posição pela «irreversibilidade de Brasília», e ao Manifesto do Movimento Nacionalista Brasileiro a ser divulgado nos próximos dias.

A FPN, neste primeiro momento do reinício dos trabalhos parlamentares, procura coordenar e unir os grupos nacionalistas dentro dos diferentes partidos para uma ação comum, visando, não a uma posição de oposição apriorística frente ao futuro governo do sr. Jânio Quadros, mas a uma ação independente, desde já, baseada na defesa, em política interna e externa, dos postulados e reivindicações nacionalistas, algumas das quais se incluem entre as promessas de Jânio, quando candidato. A Frente, agora, se propõe a «cobrar» de Jânio o cumprimento dessas promessas.

Panorama O "Estado de São Paulo" Dita a Linha

O «Estado de São Paulo» é o mais tradicional órgão da reação brasileira centrada nos homens do café paulista. Particularmente depois da queda do «Estado Novo», não se conhece um só movimento ou golpe favorável ao imperialismo norte-americano e ao latifúndio que não tivesse o apoio e o incentivo desse jornal; como também é difícil encontrar-se uma opinião emitida por ele, sobre problemas fundamentais do país, que esteja em desacordo com os interesses do imperialismo e do latifúndio.

É o oráculo e o mais firme defensor da reação. De uma fidelidade exemplar, raramente se deixa vencer pelas tentações do dinheiro que não tenha a cor da Esso e da Light. Por mais que um governo seja conciliador e complacente em relação ao imperialismo e ao latifúndio, se não se rende inteiramente à vontade de Rockefeller e de Lunardelli não tem as boas graças do jornal. Com Dutra, foi reticente; recebeu Getúlio com raiva, e acabou ajudando a empurrá-lo ao túmulo; embora muitas vezes tenha aplaudido Juscelino, nunca deixou de formar na oposição ao atual governo.

Agora, com a eleição de Jânio, o «Estado de São Paulo» se sente no poder. Quase diariamente publica artigos e editoriais, «ditando a linha» do futuro governo, que, segundo ele, vai «limpar o país de 30 anos de demagogia e desvergonha». Os últimos desses editoriais, publicados terça-feira, é particularmente significativo.

O pensamento que promoveu a eleição de Jânio, diz o «Estado», neste editorial, «em nenhum modo se dispõe a tolerar a permanência em postos-chaves da Nação de figuras que chafurdaram na corrupção que caracterizou, não só a ditadura, mas os períodos de governo constitucional dos srs. Dutra, Getúlio e Juscelino. Tendo aquele que, direta ou indiretamente, participou da bancal em que nos últimos 15 anos se converteu a administração deste país, será posto de lado inexoravelmente.

Mais adiante, o jornal explica melhor quais são os alvos de tão violentas ameaças, quem são os «corruptos» que realmente o preocupam: são os nacionalistas e os comunistas. E precisa, sobretudo, ter em mente «o que representa o perigo nacionalista para as nossas instituições democráticas», diz ele; e proclama, bem alto, como lema do futuro governo, esta frase: «Precisamos do concurso do capital estrangeiro».

Para os que ainda tivessem dúvidas sobre o caráter imperialista e antidemocrático das forças que promoveram a eleição de Jânio, essa arrogância do «Estado de São Paulo» é um precioso elemento de convicção. Mas a atual posição desse jornal não serve apenas para confirmar o conteúdo reacionário da vitória de Jânio. Ela revela também a insatisfação com que os reacionários mais «ortodoxos» estão recebendo as atitudes hesitantes, dúbias e ambíguas que Jânio tem sido obrigado a tomar, pelo sentido nacionalista e democrático da votação popular que recebeu.

«A Nação exige franqueza e lealdade dos que se dispõem a governá-la», diz o jornal, num claro recado a Jânio; e reforça a queixa: «Ela deseja ouvir de seus futuros chefes palavras que não se prestem a dupla interpretação, mas incisivas, claras, corajosas... «nos novos líderes do país compete procederem a uma revisão total dos princípios e das concepções políticas».

Jânio estende a mão a Jango, numa tentativa de evitar a hostilidade do trabalhismo e do movimento sindical; insiste em dizer-se defensor da Petrobras, porque sabe que milhões de brasileiros que votaram nele são patriotas, e por isso intrínsecos defensores do monopólio estatal; acena com favores e acordos a tudo e a todos, porque sabe que não poderá governar apenas com a estreita minoria que financiou a sua candidatura. A queixa — que não é a primeira — do «Estado de São Paulo» interpreta a decepção que tais atitudes causam nos outros tons agressivos da reação, e aponta a contradição básica que a vitória janiista trouxe em seu bojo.

Renato Areno



DEFESA DE CUBA

Com a intensificação das agressões e ameaças de invasão norte-americanas contra o povo cubano, os trabalhadores e estudantes cariocas articulam-se para promover uma campanha cerrada de solidariedade a Cuba. Sexta-feira passada, na UNE, realizou-se o primeiro encontro de líderes sindicais e dirigentes estudantis (foto), com o objetivo de planejar a campanha de defesa, em âmbito nacional, do povo cubano, contra a intervenção imperialista norte-americana.

Também no setor político-partidário está sendo intensificada a ação de solidariedade para com a revolução cubana. Em Brasília, a

Frente Parlamentar Nacionalista incluiu entre os principais pontos de seu programa de ação imediata a defesa de Cuba. No Rio, reunido segunda-feira última, o Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro emitiu uma declaração especial de apoio a Cuba.

«O PSB — diz a declaração — fiel ao espírito e à letra da Constituição, e acorde com as tradições pacíficas do povo brasileiro, condena toda provocação de guerra e, especialmente, a agressão que os trustes internacionais preparam contra Cuba, a cujo povo os socialistas brasileiros manifestam integral solidariedade».

Kubitschek dá Mão Forte ao Ditador Stroessner

O sr. Kubitschek pediu licença ao Congresso para viajar, em novembro próximo ao Paraguai. O pretexto para a viagem é a inauguração de uma ponte ligando os dois países, sobre o Rio Paraná, e o argumento apresentado para «dourar a pilula» para os congressistas e para a opinião pública, é o de que a visita será apenas de um ou dois dias.

O presidente Kubitschek do outro lado do Rio Paraná representará, aos olhos de todo o mundo, a afirmação de uma solidariedade para com o regime podre e policial de Stroessner.

A ida do sr. Kubitschek ao Paraguai será uma confirmação das numerosas denúncias que vêm sendo feitas sobre o apoio, às vezes dissimulado, às vezes ostensivo, que a ditadura de Stroessner vem recebendo do governo brasileiro. Será o complemento da famosa declaração do ministro Laffer, para quem o regime paraguaio «está se democratizando».

Será a confirmação da Frente Nacional Paraguai, de que o governo brasileiro fornece aviões e armas a Stroessner, para a repressão aos movimentos de libertação popular, naquele país. Fotografias dos aviões chegaram a ser publicadas na imprensa, mas ainda não se pôde deitar mão nas remessas de armas. É certo, entretanto, que um sorriso e um discurso do presidente do Brasil valem muito mais do que caixotes de fusis.

Confirmará também a denúncia do outro núcleo de patriotas paraguaios, a Frente Única de Libertação Nacional do Paraguai, de que a polícia brasileira na fronteira foi posta a serviço de Stroessner, na repressão aos combatentes que cruzam o Rio, à procura de asilo. Confirmará a forte documentação já publicada na imprensa, demonstrando que a política do governo brasileiro em relação ao Paraguai obedece estritamente aos interesses de grupos econômicos norte-americanos, e de brasileiros associados a estes, que estão estabelecidos no Paraguai, e aos quais Stroessner dá todas as regalias.

A ida do sr. Kubitschek ao Paraguai confirmará, finalmente a convicção que hoje já é de todo o movimento nacionalista brasileiro, de que ele preside um governo incapaz de dar ao país uma política externa de independência, de soberania, e de respeito à vontade e aos interesses de nosso povo. E o

governo da entrega de Fernando Noronha, que não teve ainda coragem de reatar relações diplomáticas e comerciais, em bases sérias, com a URSS, que assumiu uma atitude de subserviência a Was-

hington, em relação a Cuba, que promoveu o beija-mão a Salazar para agradar aos militaristas da OTAN. É o governo que não tem escrúpulos em baixar ao nível de um Stroessner.

Capitalistas lanques Compram Terras no Brasil

Um telegrama da United Press, dias atrás, deu conta da existência de uma empresa cuja atividade é pôr em leilão, nos Estados Unidos, terras brasileiras. A empresa tem o sonoro título de «Brazilian Land Development» e, segundo a notícia, já adquiriu 600 mil hectares em Mato Grosso, para vendê-los, a detalhe e a granel, a capitalistas, turistas, ou outros pretendentes norte-americanos.

Pelo telegrama, indica-se mesmo que o governo brasileiro está em acordo com a empresa lanque, para construir estradas e outras obras perto das terras em questão, e assim cooperar para a valorização destas. Diz a notícia que um Mr. Short, diretor da empresa, declarou à imprensa que «há um plano de obras do governo para que em alguns anos passe por elas (as terras) alguma estrada».

A «Brazilian Land Development» não é a única empresa norte-americana dedicada a pôr em leilão, nos

Estados Unidos, terras do Brasil. Diversas outras já tiveram sua existência revelada pela imprensa. Há poucas semanas a revista «Times» chegou mesmo a publicar um grande mapa do Brasil, onde estavam fixados os preços em dólares do hectare em cada região brasileira; no texto, anunciava-se verdadeira corrida de investidores lanques, interessados na compra — para ocupação ou para especulação — de terras em nosso país. E sabido que dezenas de milhões de hectares, no Brasil Central, já estão nas mãos de proprietários norte-americanos.

Não há lei no Brasil que proíba esse leilão do país ao estrangeiro. Mas a decência nacional e a segurança do país exigem do governo brasileiro uma atitude menos complacente para com esses leiloeiros do imperialismo, e levanta, diante do Congresso, a urgência da aprovação de uma lei que venha por fim, de uma vez, a essa revoltante forma de alienação da soberania nacional.



Uma velha amizade

Kubitschek é velho amigo de Stroessner. Deu-lhe calorosos abraços, durante sua posse, no Rio; depois, pouco antes da inauguração da Nova Capital, recebeu-o com alegria não menor, em Brasília. Agora pretende ir revê-lo em território paraguaio. Por trás da amizade, entretanto, estão os cadáveres de milhares de patriotas paraguaios

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Alguém considera pobre a pregação anticomunista de D. Jaime Câmara? Que então essas pessoas de apurado senso crítico atepem para o que veio afirmar perante os brasileiros, em visita ao país, o bispo-auxiliar de Nova York, Fulton Sheen. A navegação aérea encurta distâncias. Nada mais rotineiro, hoje em dia, que um vo entre os Estados Unidos e o Brasil. Mesmo assim, é difícil à primeira vista compreender-se que o bispo-auxiliar novaiorquino tenha passado algumas horas acima das nuvens, nas vizinhanças da Corte Celestial, quase a ponto de ouvir os coros dos anjos alternando melodias sacras, para depois vir dizer, sob o calor infernal da Cidade de São Sebastião, que o movimento comunista persegue os cristãos e que o cristianismo teve maior número de mártires a partir da revolução soviética do que durante seus trezentos primeiros anos de existência.

Que juízo fará o colega novaiorquino de D. Helder Câmara da

inteligência dos brasileiros? No próprio mundo capitalista, ao se pararem, hoje em dia, ainda acreditam nas fábulas a respeito da peregrinação religiosa nos países socialistas. Por que a Embaixada Americana deixou de advertir o bispo Fulton Sheen sobre a incapacidade de repetir coisas que se o Abade de Pena Boto é capaz de continuar ruminando no Brasil?

Referindo-se à «propagação das idéias semelhantes no Japão, na África e na Índia», o prelado norte-americano atribui o fato «ao insiginificante grau de desenvolvimento cultural de seus povos». Temos, com essas palavras, o cartão de visita do bispo-auxiliar de Nova Iorque. Podemos, em face de tamanha demonstração, avaliar que espécie de auxílio o bispo Fulton Sheen é capaz de prestar aos católicos da enorme e atribulada cidade que lhe fornece, em grossas fatias, o pão de cada dia.

Não devemos, porém, diante de falas como essa do alto dignitário da igreja norte-americana, julgar todos por um. O bispo-auxiliar de Nova Iorque, na verdade, não veio à América do Sul em vão. Veio realizar missão política. Veio desempenhar, embora atenuado pelas terríveis limitações de um Vieira antes do estalo, a missão da alta hierarquia eclesástica, de combater o socialismo para evitar a rápida derrocada do capitalismo. Os elementos mais conservadores da Igreja também não se colocaram ao lado do feudalismo, em face da revolução burguesa, em face do surgimento do capitalismo, quando esse surgimento significava progresso?

As palavras desse visitante, sem dúvida, nada têm a ver com problemas confessionais, legitimamente eclesásticos. Constituem propaganda ideológica do imperialismo. Pronunciada por sinal bem fraco. Trabalho de uma alma transviada. Que Deus o ajude...

O Resultado do Pleito em Nilópolis

Do nosso correspondente
DIOGO SOARES CARDOSO

A Diretoria do Comitê Municipal do Movimento Nacionalista de Nilópolis, na quinta-feira passada, em assembleia com representantes de Comitês de Bairros, deu um ligeiro balanço do resultado do pleito no Município.

No balanço realizado, a Diretoria e os demais participantes chegaram à conclusão de que o trabalho dos nacionalistas foi proveitoso, uma vez que saiu reforçada a frente nacionalista que conseguiu dar a vitória a Lott e Jango em Nilópolis, com uma diferença de 2.558 votos sobre o sr. Jânio Quadros. Podemos afirmar que Nilópolis foi o Município fluminense que melhor contribuiu para a vitória do Marechal em todo o Estado. Mais de 50% da diferença coube ao nosso Município. Estão, portanto, de parabéns os nacionalistas de Nilópolis, que contaram desde as primeiras horas com o apoio firme e decidido dos comunistas do Município, com elementos do P. S. D. e do P. T. B. e de homens sem partido. Podemos também assegurar que dos 22 Comitês de Bairros instalados, a grande maioria deu uma valiosa contribuição para que alcançássemos a vitória nacionalista no Município.

No balanço chegamos também à conclusão de que não fomos eficientes em nosso trabalho de esclarecimento do povo, no sentido de fazê-lo compreender o que representava a candidatura divisionista do Sr. Ademir de Barros, a serviço da candidatura do Sr. Jânio Quadros e que se colocou em segundo lugar na votação em Nilópolis.

Ficou resolvido que o Movimento Nacionalista continuará trabalhando pelo cumprimento do Programa Mínimo apro-

vado unanimemente pelos convencionais, em assembleia realizada na Câmara Municipal, durante a campanha eleitoral, e será exigido o seu cumprimento às autoridades municipais.

Outra resolução foi a de que os nacionalistas procurarão atrair para as suas fileiras a parte da população que votou no Sr. Jânio Quadros na esperança de conseguir mudar para melhor, confiando nas suas promessas de fundo nacionalista.

Como última resolução, os nacionalistas de Nilópolis congratularam-se com os trabalhadores e o povo, com o P. S. D. e o P. T. B. locais, pelo trabalho conjunto realizado nas vésperas do pleito, o que concorreu bastante para a vitória nas urnas dos princípios nacionalistas, no Município.

Foi o seguinte o resultado do Pleito de 3 de Outubro em Nilópolis:

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA:		Votos
Marechal Henrique Lott	10.701	
Adhemar de Barros	9.553	
Jânio Quadros	8.143	
PARA VICE-PRESIDENTE:		
João Goulart	11.491	
Milton Campos	7.131	
Fernando Ferrari	9.137	
Votos em branco	1.519	
Votos nulos	1.242	
Total de urnas	127	
Eleitores inscritos	37.900	
Eleitores que votaram	30.526	
Deixaram de votar	7.374	

Ditadura de Salazar é Contra a Maternidade

Depois de mais de trinta anos de regime do «economista» Oliveira Salazar, a miséria e indigência do povo português continua exatamente a mesma, quando não piorou. Uma demonstração evidente deste fato pode ser vista nos «cuidados especiais» dispensados pela ditadura às mães e às crianças. Segundo os últimos dados oficiais, relativos ao ano de 1958, mais de três quartos dos nascimentos naquele ano realizaram-se sem qualquer assistência às mães. Em outras palavras, mais de 120 mil portuguesas tiveram que dar à luz seus filhos inteiramente sószinhas. Enquanto isto, outras 45 mil, um pouco mais afortunadas, puderam contar com o auxílio de parteiras, que geralmente não têm qualquer conhecimento do assunto.

A razão para essa enorme proporção de partos «naturais» é muito simples: em todo o país só existem pouco mais de 600 leitos em maternidades. A esmagadora maioria das famílias não têm condições para pagar esse «luxo». No cuidado a infância a situação é exatamente a mesma. Com exceção das famílias abastadas, os portugueses, completamente desprezados pelo Estado policial de Salazar, não têm como proteger seus filhos. E o resultado é que quase 18 mil das 218 mil crianças nascidas em 1958 morreram com menos de um ano de idade. A grande miséria do povo se soma a absoluta falta de assistência médica, a inexistência de postos de puericultura e de assistência social aos trabalhadores e de do campo.

Dos 21 distritos em que se divide Portugal, 14 nunca souberam o que é uma maternidade. Quer dizer, em dois terços dos distritos do país só existe uma alternativa: recorrer a uma parteira ou «arranjar-se» sósinha. Isto, é claro, para as mulheres dos trabalhadores portugueses. As senhoras ricas podem perfeitamente se dirigir a uma cidade maior e dar à luz com um certo conforto. As portuguesas pobres ou arremediadas, entretanto, sabem que cada novo filho representa uma ameaça à sua vida, pois os recursos de que disporão durante o parto são os mais primitivos possíveis.

Mesmo as maternidades existentes são precárias. Basta dizer que em todo o país só existem três maternidades com mais de 50 leitos. Mais da metade das restantes têm menos de dez leitos. O regime de Salazar, se não protege a mãe portuguesa, não pode ser acusado porém, de não incentivar... a prostituição. De fato, como foi revelado por um famoso especialista português, no início da década existiam, em Lisboa, mais de 5.000 prostitutas para uma população de menos de 800 mil pessoas. Em outras palavras, em cada 40 ou 50 mulheres, uma foi jogada na prostituição. O que é pior, é que mais de um décimo das prostitutas são moças de 15 a 20 anos.

Não se pode dizer, tampouco, que esse «incentivo» não tenha dado seus frutos. Em 1958, só na cidade do Porto, eram registrados dezesseis mil casos de sífilis, numa população de 100 mil habitantes...



SÃO PAULO TRÊS MIL AÇOUGUES CERRARAM AS PORTAS!

AVISO AO POVO — «Este açougue, como protesto pela elevação exagerada dos preços da carne, não funcionará nos dias 26 e 27 do corrente. Oitrossim, o Sindicato do Comércio Varejista de Carne de São Paulo pede ao povo que telegrafe ao sr. Presidente da República solicitando medidas urgentes para pôr cêbro às altas exageradas e constantes da carne».

Responsabilizando os frigoríficos, os Invernistas e o governo federal, o Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Verdes inicia um amplo movimento de protesto contra a situação, mandando afixar nos açougues da Capital cartazes com os dizeres acima. Sem outro meio de vida que não seja a venda da carne no retalho, os açougueiros decidiram em movimentada assembleia defender os seus direitos e os dos consumidores.

O povo não compra

A elevação do preço da carne provocou imediatamente um retraimento por parte dos consumidores, o que reduziu para 1.500 toneladas por semana a quantidade de carne antes vendida à população no mesmo prazo: 3 mil toneladas. Em desespero, sem ter outra alternativa, os açougueiros exigem do Governo o imediato tabelamento da carne pela COAP, na tentativa de eliminar com a medida o descontrolado aumento de preços. Segundo a opinião de inúmeros proprietários de açougues a carne poderá chegar dentro de poucos dias a 300 cruzeiros. Os consumidores se retrairão mais ainda, ocasionando o fechamento de vários estabe-

lecimentos, que serão levados, inevitavelmente, à falência.

Apesar disso, é opinião generalizada que a COAP deve ter seu plenário democratizado, a fim de que os interesses do consumidor sejam devidamente preservados. A participação de dirigentes sindicais nesses plenários, consideramos muito, seria uma contribuição apreciável à defesa do povo.

Frigoríficos e invernistas

O Sindicato do Comércio Varejista da carne, em sua assembleia, examinou vários aspectos do problema, tendo severas restrições à atuação dos frigoríficos (nacionais e estrangeiros) e particularmente aos invernistas. Estes são acusados da maior responsabilidade no aumento do preço da carne, porquanto se em 1959 (agosto) o boi era vendido (arrôba) a 530 cruzeiros, atualmente ele custa 1.200 cruzeiros. Pretendem os invernistas, com essa medida, fazer com que o povo coma menos carne e haja portanto quantidades cada vez maiores para a exportação. Os invernistas, insatisfeitos com a cota de exportação fixada pelo Governo Federal, vêm diligenciando junto ao sr. JK no sentido da mais ampla liberação do mercado. O atual aumento do preço do boi em arrôba, seria parte de uma manobra de larga envergadura destinada a lucros escorchantes com o sacrifício do povo. Os frigoríficos, segundo a opinião de grande número de açougueiros, estariam associados aos invernistas para a obtenção da medida libertatória.

aviso aos açougues, que serão levados, inevitavelmente, à falência.

Apesar disso, é opinião generalizada que a COAP deve ter seu plenário democratizado, a fim de que os interesses do consumidor sejam devidamente preservados. A participação de dirigentes sindicais nesses plenários, consideramos muito, seria uma contribuição apreciável à defesa do povo.

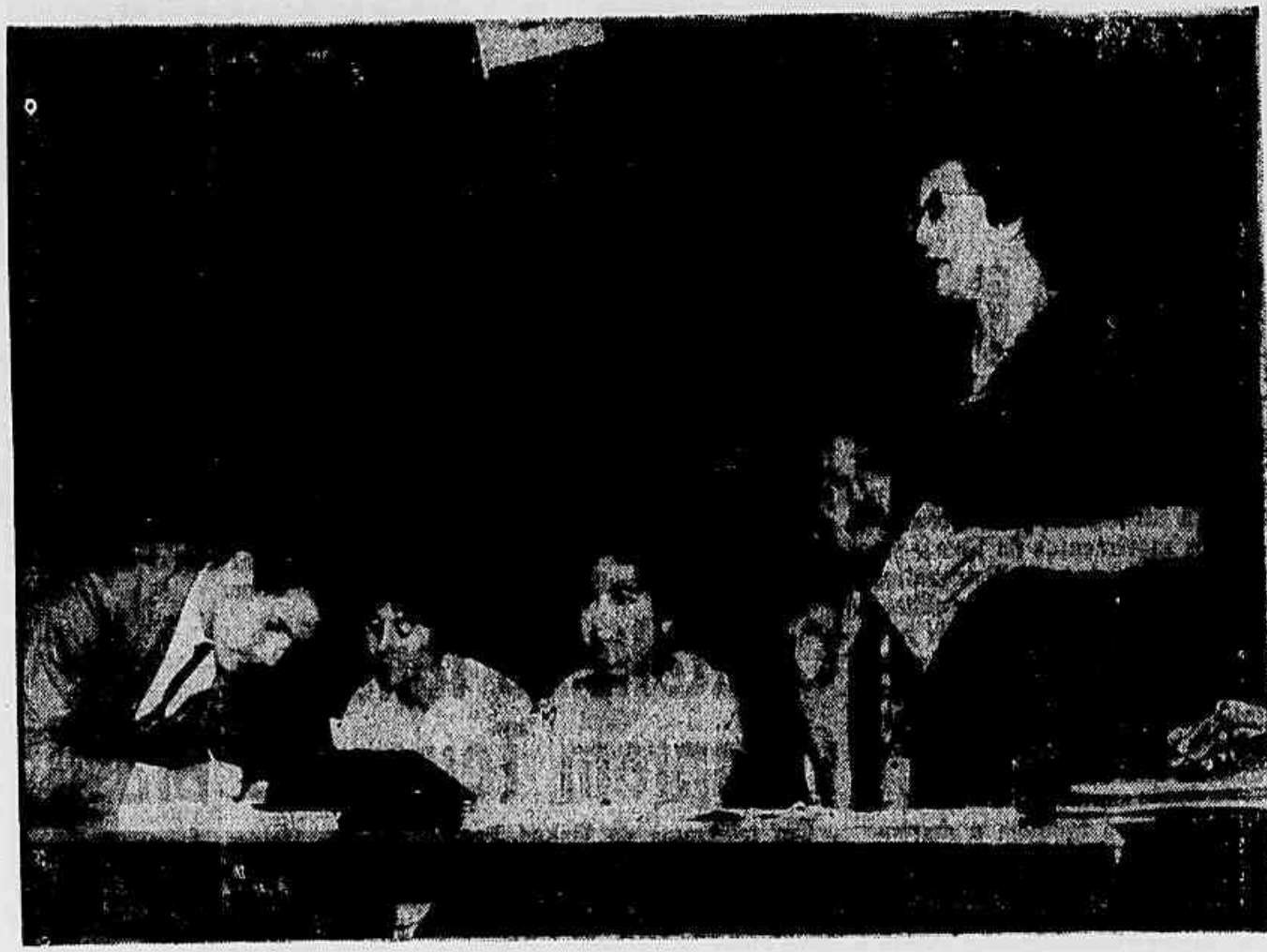
Quatro medidas

Do exame ainda superficial do problema, algumas medidas se impõem:

- proibição por parte do Governo da exportação da carne, a fim de que a oferta cresça e os invernistas e frigoríficos sejam obrigados a oferecer o produto a preço em correspondência com o poder aquisitivo do povo;
- tabelamento da carne pela COAP para coibir-se abusos;
- democratização do plenário da COAP, para que não votem pelo povo os agentes dos invernistas e dos frigoríficos;
- intervenção federal nos frigoríficos.

Greve geral

Segundo apurou o reportagem de N: uma greve geral de protesto, curta mas enérgica (24 horas) seria desfechada com o concurso dos sindicatos dos trabalhadores. Estes apelariam a todo o povo no sentido da cessação de todas as atividades, a fim de se fazer sentir ao Governo a gravidade da situação.



Solidariedade às Vítimas de Franco e Salazar

A Comissão Coordenadora da II Conferência Latino-Americana Pró-Anistia aos Prisioneiros e Perseguidos Políticos da Espanha e Portugal ofereceu, no dia 18 do corrente, na sede da União Brasileira de Escritores (Seção de São Paulo), um coquetel à imprensa, durante o qual a advogada Dolores de Mello Vassão concedeu uma entrevista coletiva sobre os trabalhos preparatórios no Brasil. Compareceram cerca de sessenta pessoas, entre as quais os escritores Paulo Dantas e Aldenora de Sá Pôrto, e o vereador João Louzada, jornalista e inúmeros diretores de sindicatos da Capital belizante. O coquetel foi servido por jovens universitárias e preparado por associados do Sindicato

dos Empregados em Hotéis de São Paulo, tendo sido ofertadas pelas Indústrias de Bebidas Milani Ltda., que representam no Brasil o uísque «Old Argyle».

A conferência, dadas as dificuldades de comunicação com os demais países participantes, foi transferida para os dias 27, 28 e 29 de janeiro vindouro, na Capital uruguaia. No clichê, um aspecto da mesa formada na ocasião, vendo-se a advogada Dolores Vassão quando respondia às perguntas dos jornalistas; o vereador João Louzada; a escritora Aldenora de Sá Pôrto e uma jovem estudante.

Matrículas na Universidade dos Povos

De diversos Estados temos recebido pedidos de informação sobre matrícula na Universidade da Amizade dos Povos, de Moscou. São pedidos de estudo antes que pretendem matricular-se ainda este ano.

O prazo de inscrição está, entretanto, encerrado para 1960. Conforme noticiamos, já começou mesmo o período de aulas. Podemos apenas acrescentar que, segundo noticiamos os jornais soviéticos, o número de vagas na Universidade será muito aumentado no próximo ano. E as condições para matrícula vão ser naturalmente publicadas no momento oportuno. Logo que isso ocorrer, informaremos aos nossos leitores.

Solidariedade a Jofre Corrêa

Por ocasião da conferência sobre reforma agrária, ultimamente realizada em Atibaia (SP) — com a presença do dr. Carlos Lorena, técnico da Secretaria da Agricultura e do Sr. Nestor Vera, diretor da ULTAB — foi aprovada uma moção de solidariedade a Jofre Corrêa Neto e demais companheiros seus, incurso na Lei de Segurança Nacional por defenderem direitos de famílias camponesas de Santa Fé do Sul.

Do setor suburbano dos Servidores Públicos da Guanabara recebemos a importância de 430 cruzeiros para ser encaminhada à família de Jofre Corrêa.



A Primeira Greve em Paranavaí

Quem realizou a primeira greve em Paranavaí, cidade situada no interior paranaense, foram os trabalhadores da Serraria Regina Maria (foto), que paralisaram o serviço no dia 5 de setembro, e só voltaram a ele oito dias depois, quando já lhes estavam assegurados um aumento salarial de 500 cruzeiros mensais, o pagamento dos salários e das horas extras em atraso e a realização de férias remuneradas.

A greve dos 80 operários foi dirigida

pela Associação dos Trabalhadores em Serrarias de Paranavaí, e contou com a solidariedade do povo, do comércio e dos estudantes, que enviaram dinheiro e gêneros alimentícios aos grevistas e suas famílias. Ao lado dos trabalhadores colocaram-se ainda o deputado federal José Silveira, e o candidato a vereador Ayrão Uhlmann. A cidade festejou a primeira greve e a primeira vitória dos trabalhadores de Paranavaí.

«ESTUDOS SOCIAIS»

A VENDA NAS BANCAS O N.º 9 DA REVISTA DE CULTURA MARXISTA

Coleções encadernadas de «ESTUDOS SOCIAIS»

VOL. I: n.ºs 1 a 4
VOL. II: n.ºs 5 a 8

Preço por volume: Cr\$ 320,00

Pedidos à redação: Rua São José, n.º 50, s/502 — Rio, Guanabara

NOVOS RUMOS

Diretor: Mário Alves

Diretor Executivo: Orlando Bonfim Júnior

Relator Chefe: Fragmon Borges

Secretário: Luiz Fernando Cardoso

Gerente: Guttemberg Cavalcanti

Redatores: Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712 — Tel: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar S/805

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro, 228
8.º andar — S/827
Tel: 37-52 61

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS» ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral » 130,00
Trimestral » 70,00

Área anual, mais Cr\$ 200,00; semestral, Cr\$ 100,00; trimestral, Cr\$ 50,00.

Número avulso Cr\$ 4,00
Número atrasado » 8,00

Notas Sobre Livros

Algumas reedições de livros importantes, feitas ultimamente, reclamam pelo menos um registro. Registro que no caso equivale a louvor merecido, pois livro reeditado é livro consagrado pelo público leitor, crítico coletivo — e definitivo.

Mencionarei em primeiro lugar dois livros de Nelson Werneck Sodré — O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil (2.ª edição, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura) e História da Literatura Brasileira, seus fundamentos econômicos (3.ª edição, integralmente refundida, José Olympio Editora).

A reedição do primeiro destes dois livros é a bem dizer uma reedição do título, pois seu texto sofreu completa remodelação, e remodelação para melhor, conforme é fácil de se verificar. Obra didática por excelência, obedecendo a rigorosa ordenação metódica, cada um de seus capítulos contém uma introdução histórica, seguida da indicação bibliográfica das fontes principais de estudo, com observações e esclarecimentos, e ainda a indicação de fontes bibliográficas subsidiárias. O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil é um livro realmente precioso, um verdadeiro manual da cultura brasileira, guia seguro para quantos — brasileiros e estrangeiros — desejem estudar a fundo a nossa formação e o nosso desenvolvimento desde os primórdios da história pátria, em seus múltiplos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

A 1.ª edição da História da Literatura Brasileira data de 1938 e a 2.ª de 1940. Esta 3.ª edição constitui também um livro novo, refeito de ponta a ponta, acrescido de muitas páginas novas, com uma análise mais aprofundada do fenômeno literário brasileiro, seus fundamentos econômicos e suas conexões históricas e sociológicas. Nelson Werneck Sodré, crítico, historiador e sociólogo de formação teórica definida, construiu o seu livro sobre uma base científica, isenta de preconceitos rotineiros e de arbitrariedades deformadoras. Dá-nos, de tal sorte, uma obra de sólida estruturação, elaborada com amplo conhecimento de matéria e redigida por um escritor de primeira ordem. Sua interpretação da nossa história literária pode não agradar a muita gente; mas é a única que assenta em alitercos que o tempo não destrói, e daí a autoridade adquirida por este livro, justa e merecida autoridade, que se consolida com o correr dos anos — e das novas edições.

Gondin da Fonseca — Machado de Assis e o Hipopótamo. 3.ª edição, Editora Fulgor, São Paulo. O subtítulo dado à obra pelo autor define-lhe as intenções: "Uma revolução biográfica." Trata-se, em verdade, de não apenas uma, mas de duas revoluções distintas. A primeira, levada a efeito pela interpretação freudiana da vida e da obra de Machado de Assis. A segunda, produzida pelas pesquisas diretas em arquivos brasileiros e portugueses, à cata de dados autênticos que viessem esclarecer dúvidas e contradições relativas à infância de Joaquim Maria, aos seus pais e à sua madrastra. Podemos discordar — e eu me alisto entre os que discordam — da interpretação freudiana; mas mesmo aí não é difícil encontrar no livro de Gondin numerosas conjecturas aceitáveis, vistas fecundas que abrem caminho a novos pesquisadores e analistas. Quanto ao seu trabalho obtido por arquivos de igrejas, cemitérios, cartórios, etc., aqui no Rio e na Ilha de São Miguel, nos Açores, para onde se transportou Gondin, especialmente quanto a isso tem de ser unânime o louvor: ele realizou neste particular uma revolução definitiva, sem deixar margem a qualquer possibilidade atual ou remota de alguma contra-revolução. E com isto proporcionou-nos uma lição de primeira: a de que a pesquisa direta as fontes é o único método que leva ao estabelecimento da verdade histórica, desde que cientificamente utilizado. É tarefa sem dúvida humilde, obscura, morosa, fatigante, mas sem ela nada feito. Acrescentemos que este livro, como tudo quanto escreve Gondin da Fonseca, tem a sua marca inconfundível, que se exprime numa prosa desabusada, polémica por dentro e por fora, sempre e sempre Gondin da Fonseca.

Ivan Pedro de Martins — Fronteira Agreste. Romance, 5.ª edição, Editora Civilização Brasileira. Quando apareceu, em 1944, este romance de estréia do autor, a crítica o recebeu com amplos elogios, e o Estado Novo fascista, já chegando ao fim, considerou-o um livro "subversivo" e confiscou a sua edição. Mas o Estado Novo envelhecia rapidamente, e morreu, morreu o fascismo, morreu o nazismo — e Fronteira Agreste continuou vivo e bem vivo, a multiplicar-se em novas edições. Parece que o romance era mesmo "subversivo", pois seu aparecimento — provocando as iras fascistas e suscitando, em contrapartida, um movimento geral de protesto contra o confisco — ajudou de alguma forma a liquidar o Estado Novo.

E aqui o temos, agora, em 5.ª edição, robusto, desempenado, a cumprir a sua missão literária e social.

João Ribeiro — Cartas Desolvidas. Reedição comemorativa do centenário de João Ribeiro, Livraria São José. João Ribeiro, a meu ver, é o nosso maior ensaísta, fino e malicioso como ascentos diabos, e ainda um erudito de primeira água, um sabedor de mil e uma coisas. E este livro de ensaios, obra literária da melhor qualidade, é um livro típico de João Ribeiro. Não é preciso dizer mais nada.

Astroljildo Pereira

NESTE MOMENTO

Que não é solene, faz um calor de rachar, as torneiras estão mortas, mudas, quedas, e anda por aí um padre, (os jornais intitulam-no "o famoso bispo-auxiliar de Nova Iorque") fazendo propaganda anticomunista, revirando os olhos para o alto declarando que o velho Marx nunca trabalhou. Quebrando pedras, abrindo esgotos, etc., nunca. Mas será que esse encanador bispo não considera trabalho estudar, ler, escrever e principalmente lutar por uma ideologia que defende não meia-dúzia de delirios alfenins mais a maioria do povo? Quando com um calor destes, sem água nem para molhar as mãos leio coisas dessas nos jornais, penso no soldado vermelho de John Reed, aquele que no momento da revolução de Outubro na URSS declarava: — So sei que existem duas classes, quem não está com uma está com outra. Um raciocínio primário, dirá o excelentíssimo bispo. Mas mostrando caráter, não é? E o melhor de tudo é que, segundo leio nos jornais, esse bispo declara, enfaticamente, que "nunca, nunca fala em política". O que será que ele veio fazer aqui então? Vejo seu retrato e, confesso, achei certas coisas nele que nem digo.

Três mocinhas apareceram nas folhas, matando em defesa de suas dignidades. Prefiro chamar dignidade e não honra como é costumeiro. Duas mataram o próprio pai que tentou violentá-las e a outra um sedutor rico que dela abusou prometendo casamento. Não sei o que a chamada Justiça fará com essas mocinhas. Vejo-as presas, maltratadas, apontadas com o dedo pela sociedade que gerou os monstros ocasionadores dos seus crimes e me pergunto — com essa mania que tenho de perguntar tudo a mim mesma — se elas tinham ou não o direito de fazer o que fizeram.

Não posso jamais aceitar assassínios nem compreender suicídios. Acho que ninguém tem o direito de tirar a vida de outrem, mas o que me parece é que essas mocinhas, nesta hora de crimes e mais crimes sexuais, demonstraram que sabiam bem o valor de suas dignidades, são mulheres conscientes das tarefas impostas à mulher. Como não tinham quem as defendesse, defenderam-se a si próprias. Naturalmente serão condenadas a muitos anos de prisão, vão ser apontadas como vitorias e, entretanto, se mocinhas que conhecemos tivéssemos sabido defender suas dignidades, muita coisa não teria acontecido.

Os Estados Unidos estão eufóricos noticiando que dentro de trinta dias Fidel Castro cairá em Cuba; um exército invasor que os jornais dizem que é cubano mas está na cara que é fante vai liquidar com Fidel e seu governo. Pobre Cuba. Os abutres não permitem jamais que suas presas se libertem e passem a viver como desejarem. Veremos, veremos.

Eneida

UM NOVO LIVRO DE PEDROSA: «NOITE E ESPERANÇA»

Milton Pedrosa nos deu recentemente um livro de contos que constitui sucesso de livraria — O homem que não gostava de cães. Volta agora com uma nova coletânea, uma novela e alguns contos, sob o título geral Noite e Esperança.

O título corresponde perfeitamente ao conteúdo do volume que está lançando a Editorial Vitória. Se os contos anteriores de Milton Pedrosa já revelavam particularmente o lado humano da vida, impregnados de um sadio otimismo, os novos contos têm outra qualidade além daquelas: são revolucionários.

Sente-se que o «material», as personagens, as reminiscências utilizadas pelo autor passaram por um longo processo de amadurecimento, concentração, sublimação, até

se concretizarem em obra de arte. É obra de arte, e de boa qualidade literária, a novela que dá o título ao livro. Utiliza uma realidade nacional de um período negro em nossa vida nacional — as prisões, os encarceramentos, as torturas inomináveis da época do Estado Novo. Mas Milton Pedrosa soube fugir a um perigo em literatura deste gênero: a narrativa sem alma. As personagens, mesmo quando apenas delineadas psicologicamente, como o Amigo, têm o condão de aparecerem como seres humanos, ante os olhos do leitor.

Podese dizer, ainda em referência à novela, que Milton Pedrosa atingiu um ponto alto em sua arte de narrador ao descrever o espancamento de João Luís numa cena em que os policiais aparecem como

O Maior Pintor Mexicano Vivo Nos Cárceres de López Mateos

Era um jovem estudante de belas-artes. As chamadas dos movimentos revolucionários propagavam-se por todo o México. Os camponeses estavam em armas. Os operários e a juventude lutavam. Um dia ele participou de um movimento grevista que ficaria famoso pelo seu ímpeto e pelo valor demonstrado por seus participantes no longínquo ano de 1911. Dois anos depois, aderiu a uma conspiração operário-estudantil, na chamada Escola Santa Anita, contra o governo usurpador de Victorino Huerta. Incorpora-se ao exército da revolução mexicana, o Exército Constitucionalista, em fins de 1913. E, embora sua juventude, dá-lhe a patente de capitão no Estado Maior do general Manuel Diéguez.

Mas esse jovem amante das aventuras era também um artista. Aproveitando as brilhantes tradições da arte popular mexicana, fundou, com outros jovens, o que seria um verdadeiro movimento artístico — o muralismo mexicano. Seu nome dentro em breve se popularizaria: David Alfaro Siqueiros.

Revolucionário conseqüente

Na vida como na arte Siqueiros afirma sua posição como revolucionário. Reconhece que em seu país a revolução se detivera, freada pela burguesia. Os chefes burgueses se limitaram a algumas reformas que pouco melhoravam a sorte dos trabalhadores. O México, o vizinho latino-americano mais próximo dos Estados Unidos, continuava presa do mais voraz imperialismo que conhece o século XX, o imperialismo yanque. As riquezas mexicanas continuavam nas mãos da Standard Oil e outras empresas estrangeiras.

A luta não podia parar. E Siqueiros não abandona a luta. Estava junto aos operários, junto aos estudantes, junto aos camponeses que não se conformavam com o simulacro de reforma agrária promovido pela burguesia, pois eles permaneciam na miséria.

Na arte ele é também um revolucionário: bate-se pelo conteúdo político-social em arte. E para alcançar este objetivo, trabalhou ao lado dos pintores mexicanos, onde floresce toda uma pleiade de brilhantes talentos. Outros nomes ressoam bem alto: Orozco, Riveira, Guerrero, Firmin, Revueltas e tantos outros. Por seu dinamismo, é Siqueiros escolhido Secretário Geral do Sindicato dos Pintores, Escultores e Gravadores Revolucionários de México. E lança-se à organização dos operários: impulsiona o funcionamento do Sindicato dos Mineiros de Cinco Minas, de La Mazata, de Piedra Bola, de El Amparo, que deveriam constituir mais tarde uma autêntica e combativa Federação Mineira. Seu prestígio do meio operário cresce de tal forma que, em 1927, é nomeado Secretário Geral da Confederação Operária de Jalisco, que mais tarde desempenharia um papel de grande importância em favor do sindicalismo operário independente do controle governamental.

Por sua atividade revolucionária, Siqueiros, que já fora preso, é exilado. Trabalha no estrangeiro, em Los Angeles e na Califórnia.

E então que produz os murais Comício de Rua, América Tropical e Retrato do México sob Calles. Suas obras despertam enorme interesse, provocando discussões acaloradas no mundo da arte, tanto pelas inovações técnicas como por seu conteúdo. É o muralismo ao ar livre, a arte para o povo.

A atividade de Siqueiros desagradava às autoridades norte-americanas, que acabam por expulsá-lo do país. Segue para o Uruguai e depois para a Argentina. Não cessa

de trabalhar. Realiza importantes obras que hoje figuram em Museus e em coleções particulares. Antes de deixar Montevideu funda aí a Liga de Escritores e Artistas do Uruguai.

Na luta contra o fascismo

A vida de Siqueiros é em grande parte dedicada à luta contra o fascismo. Foi talvez dos primeiros intelectuais da América a tomar posição firme e decidida no movimento mundial antifascista. É um homem de ação. Novamente no México, uma das suas primeiras iniciativas ao regressar à pátria é fundar a Liga Nacional contra o Fascismo e a Guerra, que deveria desenvolver intensa atividade. Mas por pouco tempo; mais uma vez a reação move contra ele e seus companheiros perseguições de toda ordem, encarcerando-o e obrigando-o a exilar-se mais uma vez.

Em 1936 o fascismo joga uma cartada decisiva na Europa, em território de Espanha. David Alfaro Siqueiros não vacila. Engaja-se nas fileiras das Brigadas Internacionais que vão combater ao lado dos republicanos espanhóis. Com o título de Comandante, forma numa das unidades de Lister e participa da defesa de Madrid. Toma sob seu comando a 82.ª Brigada Mista, depois a 46.ª Brigada Motorizada, conquistando a patente de Tenente-coronel. Finda a guerra da Espanha, Siqueiros volta ao México em companhia de 52 sobreviventes mexicanos.

A luta momentaneamente malograda, deveria continuar por outros meios. Abandona o fuzil e retoma o pincel. Executa então o que seria um de seus mais famosos murais: Retrato da Burguesia, na sede do Sindicato Mexicano dos Eletricistas, em Cidade do México.

Novamente forçado a exilar-se, fixa residência temporária no Chile, onde deixa outra de suas obras primas: Morte ao Invasor, na povoação de Chillán. É um mural de enormes proporções, com mais de 200 metros quadrados de superfície. Levou dois anos para realizá-lo, já em plena Segunda Guerra Mundial.

Percorre depois diversos países da América Latina: Chile, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Cuba, em intensa atividade de organização do movimento denominado A Arte contra o Fascismo, destinado a mobilizar, como mobilizou, importantes setores da população para a grande luta que travavam os povos contra o nazismo. Mas não lhe faltava tempo para pintar. Deixa em Havana dois murais, um fixo, o outro móvel, denominados Alegria da Igualdade Racial em Cuba e Duas Montanhas da América: Lincoln e Martí.

Auge criador

Em 1944 estava selada a derrota do fascismo no mundo. Os exércitos hitleristas tinham sido esmagados na União Soviética. O Exército Vermelho marchava para o Ocidente, em direção a Berlim. Começava a renovar-se a atmosfera mundial. Ganhavam novo alento as forças da democracia e do socialismo. David Alfaro Siqueiros podia orgulhar-se de ter dado uma valiosa contribuição para esta vitória dos povos. Em sua pátria o ambiente modificara-se também. Regresso ao México, o coração transbordante de satisfação.

Sente-se inspirado para novas criações: executa então os murais Nova Democracia, Vítimas da Guerra, Martírio de Chauhémoc e Apoteose de Chauhémoc e, pouco depois, O Homem, senhor e não escravo da Técnica, com mais de 300 metros quadrados.

Em abril do ano passado, um

escândalo nacional e, de certa forma, internacional — pois ecoou em vários países da América Latina — teve grande repercussão no México. Um novo mural de Siqueiros foi bruscamente interditado pelas forças da reação em seu país. Nessa obra, Siqueiros tinha tido a audácia de condenar, com sua arte, a brutal agressão de que haviam sido vítimas os operários ferroviários mexicanos durante um movimento grevista, pelas tropas do governo. A medida tomada pelas autoridades mexicanas, com o apoio de círculos reacionários, foi tipicamente nazista: mandaram cobrir com um tabique de madeira o mural de Siqueiros.

Iniciou-se então um novo ciclo de perseguições contra ele, as quais culminaram com sua prisão a 9 de agosto deste ano, sem culpa formada, sem processo, de maneira arbitrária.

Não valeram até agora os protestos que se levantaram no México e em outros países da América contra a medida do governo reacionário de López Mateos. Mas os protestos e os atos de solidariedade se sucedem num crescendo.

Em recente carta dirigida a di-

versas organizações de toda a América Latina, Angelina Arenal de Siqueiros, esposa do pintor, dizia:

«Peço-lhe encarecidamente que exija do governo de nosso país a imediata libertação deste insigne artista e grande patriota, cuja obra pictórica tanto tem contribuído para prestigiar o México, e, com a sua libertação, a libertação de todos os presos políticos, entre estes, dos trabalhadores ferroviários, como dos representantes políticos da classe operária, que sofrem o mais ignominioso encarceramento há já um ano e meio».

Prender Siqueiros no México, é como se no Brasil prendessem Portinari, na França Picasso, um desses homens que ajudam a fazer a glória de uma Nação e que contribuem para a cultura da humanidade. Semelhante ato só tem um nome: crime. E a um crime se responde com a denúncia, a indignação, o protesto. E o que fazemos aqui: protestamos contra a prisão do eminente artista e patriota mexicano David Alfaro Siqueiros e juntamos a nossa voz à voz de todos os que reclamam a sua liberdade.



SIQUEIROS: AUTO-RETRATO

Tópicos-Típicos

Publicou-se na França um manifesto de intelectuais (em resposta ao de Jeanson e Sartre), aplaudindo a missão civilizadora, social e humana do exército colonialista francês, na Argélia. Entre os signatários, ao lado do historiador pedrista — mas isso que aquilo — Pierre Gaxotte e de um tascista desmoralizado como Thierry Maulnier, fomos encontrar o nome outrora honrado do existencialista cristão, Gabriel Marcel. Triste fim...

Na Argentina, a polícia de Arturo Frondizi recebeu ordens do Departamento de Estado para apreender todos os livros de propaganda de ideias comunistas porventura existentes no país. Assim, já estão quase sendo confiscados os exemplares de O Capital, de Marx, de «Anti-Dühring», de Engels, da «República de Platão» e de «A Luta Anti-imperialista» de Arturo Frondizi.

Um grupo de democratas portugueses refugiados na Grã-Bretanha noticiou que a ditadura salazarista havia detido arbitrariamente em Lisboa o advogado Mário Soares. A polícia de Salazar desmentiu a informação, disse que a detenção foi perfeitamente justificada, pois o advogado desobedeceu às autoridades policiais que tinham ido detê-lo em sua residência — e por isso foi detido.

Mas cá e lá, mais coisas há. Em seu número de 20-10-60, o rebolado dos irmãos Marinho, isto é, O GLOBO, apareceu com uma bossa nova: um anúncio de certa firma especializada em aparelhos para suprir deficiências de audição, um anúncio em letras garrafais, em que se perguntava:

«VOCE NAO HOUVE BEM?»
Ao que o leitor, naturalmente, deveria responder:
«Houve», sim.

De visita ao Brasil, o bispo Fulton Sheen, hospedado no luxuoso Copacabana-Palace, advertiu que o comunismo «já escravizou um terço da humanidade» e que «fez mais mártires, cristãos do que a antiga Roma». Tais declarações tiveram sucesso no Copacabana-Palace.

O bispo Fulton Sheen é um sujeito grisalho, bem apessoado. Já ouvimos alguém dizer que ele é o Billy Graham dos católicos. Escritor prolífico (e prolixo), é autor de vários livros, com os quais fez bom dinheiro. Há quem insinue que ele se hospedou no Copacabana-Palace apenas porque pretende converter as vizinhas hetairas do Lido.

Tese de Fulton Sheen, exposta numa palestra que promoveu na Universidade Católica: «Marx nunca trabalhou; jamais viu o proletariado de perto». Depois de defendê-la, o bispo recolheu-se ao seu humilde tugúrio, no Copacabana-Palace, onde passou a resto da noite entre orações, planos para converter netos, netas e cunhados de caridade (seu prato preferido).

Pedro Severino

Gra-víssima a situação da Cia. Municipal de Transportes Coletivos (CMTC)

Notas de São Paulo

SAO PAULO, 26 (da sucursal) — Por ordem do prefeito Ademar de Barros, o Departamento de Serviços Municipais está concluindo o seu parecer sobre o pedido de aumento do preço das passagens solicitado pela diretoria da CMTC.

Conforme apurou a reportagem de NR, o pedido da diretoria da CMTC deve ser aprovado pelo Departamento e o aumento de ônibus, bondes e trem-bus deverá subir a 40%, o que significa 10 cruzeiros por passagem nos coletivos da concessionária municipal.

As empresas particulares, por sua vez, encaminharão idêntico pedido ao prefeito. As bases do aumento ainda não são conhecidas.

Os funcionários da CMTC (bondes, ônibus e escritórios) em reunião realizada ontem, decidiram manter-se em assembleia permanente até o próximo dia 13, quando então resolverão a atitude a seguir. A reunião compareceu o sr. Italo Fildipaldi, representante do prefeito, que não ofereceu solução satisfatória às exigências dos trabalhadores.

Na reunião foram ratificadas as decisões anteriores de sustação imediata da concessão de novas linhas às empresas particulares, e a revisão dos

acórdios já firmados anteriormente nesse sentido.

Falando à reportagem de NR, o vereador Rio Branco Paranhos asseverou que deverá entrar imediatamente na ordem-dia da Câmara municipal, o projeto que autoriza o aumento do capital da CMTC de 500 milhões para 2 bilhões de cruzeiros.

Tanto o sr. Ademar de Barros como o capitão Joaquim Leite de Almeida, superintendente da CMTC, vêm fazendo declarações à imprensa sobre a grave crise que abala hoje a principal empresa de transporte de São Paulo. Ambos, na defesa dos mesmos interesses, afirmam:

a) a concessão de linhas a particulares (mesmo a firmas ainda não constituídas legalmente) seriam como proposta facilitar o transporte do povo na Capital, uma vez que, sem recursos, a CMTC não está em condições de resolver satisfatoriamente o problema;

b) o movimento promovido por dirigentes sindicais da categoria (ônibus e bondes) e vereadores, não passaria de movimento de caráter político e subversivo. Altraz de pagamento seria coisa normal, não se justificando por isso movimento de trabalhadores para o recebimento, em dia, de seus salários;

c) a Prefeitura já dera mais de um bilhão de cruzeiros à CMTC e o último empréstimo obtido de JK fôra uma operação realizada por intermédio da Glessi (estabelecimento industrial), com juros de agiota, pois dos 38 milhões arranjados restara para a Companhia apenas 33 milhões. Juros, portanto, de 4 milhões em trinta dias.

Resposta dos Trabalhadores

Os trabalhadores consideram os fatos doutra maneira. Assim, preliminarmente, exigem:

a) anulação das concessões a empresas particulares, organizadas ou em organização, pois é falsa a tese da direção da CMTC segundo a qual as linhas concedidas seriam todas aquelas deficitárias para a concessionária; ninguém, argumentam os trabalhadores, entraria em negócio tão precário; é verdade também que as empresas particulares, logo de posse das linhas, aumentaram o preço das passagens. Um caso ilustrativo: a «Cometa» cobra Cr\$ 30,00 por uma passagem para o Aeropor, partindo da Cidade, enquanto a CMTC fez o mesmo percurso, lucrativamente, por apenas 7 cruzeiros. As demais empresas particulares, em bairros e vilas, operam quase sempre a

preço mais elevado do que o cobrado pela CMTC (empresa destinada a servir ao público, pelo preço do serviço, e não a preços escarçantes);

b) os trabalhadores não são administradores da empresa, não lhes cabendo por isso previrem e proverem as necessidades de seus empregados; a função dos trabalhadores é prestar serviços e a da empresa pagar os salários correspondentes. Como a CMTC multa os «falhosos» os que chegam atrasados e os que executam mal os serviços, cabe aos trabalhadores, com energia, exigir dos patrões o cumprimento de suas obrigações, indo para isso até a greve, se necessário;

c) os trabalhadores não foram consultados em assembleia sobre se seria justo o pedido de empréstimo a JK e os negócios feitos pela direção da CMTC são de sua inteira responsabilidade, mesmo que dêis participem, como elemento de pressão, sindicalistas que não estão compreendendo o verdadeiro papel do trabalhador; se o dinheiro vinde para a CMTC por intermédio da Glessi, custou juros tão altos, isto é, também da inteira responsabilidade da direção da CMTC que cada vez mais «enlaxera» a empresa, agravando a situação;

d) os trabalhadores estão interessados no progresso da CMTC, pois muitos e muitos deles vêm dando a toda uma vida de sacrifícios e entendem ainda que, patrimônio do povo, não pode ser vendido aos pedaços com graves prejuízos para o povo que, no futuro, nas mãos de empresas particulares criadas para darem apenas lucros, verão as passagens aumentadas arbitrariamente de preços;

e) os trabalhadores acham ainda que as diretorias da CMTC até o presente têm sido nomeadas «politicamente», para o atendimento dos interesses dos prefeitos, quando deveriam ser órgãos técnicos, capazes de realizar uma administração proveitosa. Desejam que se constitua uma autarquia para dirigir a CMTC, da qual façam parte representantes de trabalhadores.

O povo

Pensando com os trabalhadores o povo de São Paulo, ainda na expectativa, acompanha com interesse o desenrolar da situação. Não podem mesmo aceitar os usuários da CMTC que esta empresa brasileira tenha os seus ônibus permanentemente mandados a caratório pela Light (que lhe vende energia e lhe aluga postes e outros acessórios) como norma entre cobrar e dever, tal o estado de insolvência da empresa de transportes e o caráter imperialista da empresa de energia elétrica. A população sabe também que inúmeros ônibus estão paralisados por falta de cuidados e que a CMTC pouco a pouco vem desmobilizando seu setor de reparos, entregando a particulares, que cobram preços absurdos, aqueles serviços que ela mesma poderia executar (e já o fez) a preços reduzidos.

Não falta, sabem também os usuários, capacidade dos brasileiros, para dirigirem uma empresa, qualquer que seja ela. Volto Redonda e Petrópolis, para não citarmos outras, estão aí, vitoriosas, como um exemplo. Mas entendem todos que não é cedendo linhas de ônibus a amigos e parentes, ou organizando diretorias com a «gente do peão», que se encontra solução para o grave problema.

Greve

É provável que os trabalhadores da CMTC entrem em greve geral de protesto contra o leilão de linhas e cheguem mesmo à medida extrema de colocar fora de circulação, pela força, os carros das linhas particulares últimas cedidas. Estarão defendendo interesses que se conciliam: a permanência e a ampliação da CMTC (que não tem dinheiro para pagar indenizações no caso de fechamento de suas portas) e o bolso do usuário, do povo, que não pode no futuro ficar sujeito aos altos preços das linhas particulares.

A pretensão de aumento das passagens (desejo manifestado pelo sr. Ademar de Barros e pelo superintendente da CMTC) recebe rejeição e obstinada oposição dos trabalhadores.

Com a Polícia Militar do Rio de Janeiro

A entrega de um memorial ao sr. Carlos Lacerda — iniciativa da oficialidade da Polícia Militar — em defesa dos interesses da corporação não agradou ao «Estado de São Paulo». Com efeito, o jornalista dos Mesquitas dedicou ao assunto circunspecto e severo comentário. Naquela estilo boricóchê dos paquidemos feudais da República Velha, o «Estado» se ria de cima nos oficiais pretendendo descobrir chifres em cabeça de coelho... Tudo é motivo para acerbos críticas aos componentes da Polícia Militar. Lá para as tantas, investe o jornal da UDN: «A notícia da decisão dos oficiais repercutiu no Parlamento Nacional. Nem poderia ser diferente. Esses homens, que tão levemente procedem, têm ao alcance de suas mãos material bélico de alto poder ofensivo, podendo, conseqüentemente, já que não sabem que devem apenas obedecer, criar para o governo situações de muita maior gravidade».

Do alto de sua importância, construída com os milhões das companhias imperialistas, o «Estado de São Paulo» nega à oficialidade da Polícia Militar o direito de reivindicar melhorias, como se a Constituição não valesse para aqueles homens de farda, simples marginais na conceituação rebuscada e cabulosa do jornal dos Mesquitas.

Piratas de luvas brancas

«Sempre o vi como sô, realmente: piratas de casaca e luvas brancas, mas, sempre piratas, representando no país o que há de mais reacionário e mais ligado a tudo quanto conspira contra nossa emancipação econômica. Rastreamos diante da Light, da Telefônica, da Standard Oil e demais abutres da riqueza nacional, mas tornam-se hidróforos quando ouvem falar na Petrópolis, Volta Redonda, na Eletrobras e nos projetos mais nacionalistas que tramitam pelo Congresso Nacional. São os protótipos da venalidade encaustada e enluvaada».

Eis um trecho apenas de discurso proferido na Câmara Municipal de São Paulo, pelo vereador Rio Branco Paranhos (presidente da Comissão de Justiça), repelindo notícia falsa e tendenciosa do «Estado de São Paulo» sobre projeto de sua autoria. Selecionei nesse parágrafo os pontos que mais denunciam a falta de caráter do «Estado».

Renovação sindical...

Depois da fracassada tentativa contra a unidade sindical, por ocasião do III Congresso Nacional realizado no Rio de Janeiro, volta um inexpressivo grupelho a se articular com vistas a novas provocações. Ao funcionário do «Estado de São Paulo», Geraldo Meyer, vem cabendo um certo papel na representação da farsa. Um «manifesto» apócrifo foi tornado público esta semana anunciando um movimento racional para renovar a política sindical no país... Não querem nada os esportivos empresários: extinção imediata do Fundo Social Sindical e a abolição do Imposto Sindical.

Lá para o fim da proclamação, astuciosamente, há uma afirmação de independência perante Deus e o Diabo...

A quem pode, porém, interessar o enfraquecimento do sindicalismo, em tantas regiões do país ainda novo e por isso débil, necessitando portanto de recursos para firmar-se e ampliar-se? Não é sabido que os sindicatos em nosso país arcam com imensas responsabilidades, com encargos que deveriam estar na órbita de ação dos institutos de previdência? Sobre o assunto aquele cavaleiro nada diz. E não poderia fazê-lo: suas ligações com a O.R.I.T. (ostensivamente orientada pelo Departamento de Estado Norte-Americano) ficaram muito claras quando do II Congresso Sindical Nacional.

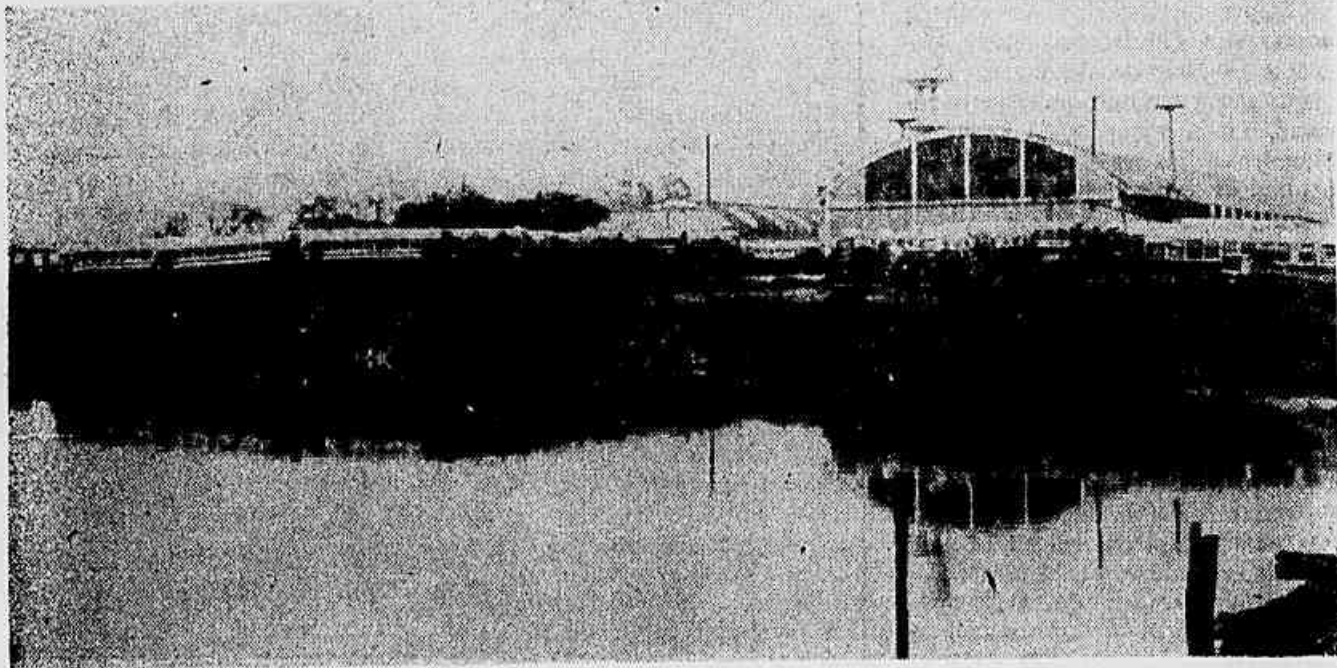
Chácara do Visconde

Movimentam-se várias setas de São Paulo para a preservação da Chácara do Visconde, em Trabulse, local de nascimento do grande Monteiro Lobato.

O governo do Estado é responsabilizado pela não tombamento da propriedade no prazo legal, o que impossibilita a conservação do monumento. A União Brasileira de Escritores (seção paulista) pronunciou-se sobre a matéria reclamando do sr. Carvalha Pinto urgentes providências.

Não se pode falar em falta de dinheiro para a manutenção de algo que deverá, no lado da obra imperial de Lobato, abastar o corinho dos brasileiros aquele que além de admirável escritor da criança soube ser o primeiro lucido nos grandes momentos da vida nacional.

Um argumento sobre dinheiro que não tem nada a ver com a campanha eleitoral do sr. Jânio Quadros: o sr. Carvalha Pinto contratou por 200 milhões de cruzeiros os serviços de publicação de S. J. (Estado de São Paulo) na edição de Maio da «Notícia» do Jornal de Assis...



Enquanto o paulistano sofre na fila e a CMTC acusa um cada vez maior déficit de passageiros, centenas de ônibus da companhia dormem nas garagens, como os da foto que podem ser encontrados na garagem da Leopoldina, na Espaa. É bastante grave a situação da Companhia Municipal, desafiando a ação do prefeito da Cidade.

Coletivos em férias

Os Trabalhadores da CMTC AO POVO DA CAPITAL

Uma intranquilidade ronda os trabalhadores da CMTC, em qualquer dos Departamentos a que prestam serviços. Todos se acham apreensivos e preocupados, nestes últimos tempos. E que a maioria daqueles trabalhadores já desfruta do direito de estabilidade, encanecem no trabalho, vindo desde os primeiros momentos do funcionamento da CMTC, com exclusividade, no território do Município da Capital, merecendo, com a entrega de dezenas e dezenas de linhas a terceiros, a particulares que, aos poucos, vão assumindo o controle de itinerários e linhas, são confiados àquela Companhia, com exclusividade, em plena vigência. A alegação para tais entregas é que a Companhia se encontra falida, em dificuldades irreversíveis e, ademais, há necessidade de se atender ao povo, privilegiando-o e não as empresas particulares, agora se tornou quase de falência, porque a renda está a decrescer, verticamente, para suprir uma folha e encargos que sobem e aumentam, inversamente.

A população, diante da propaganda suspeita e falaciosa que se tem feito, não se encontra devidamente prevenida e, além, de certo modo, vem se mostrando favorável às medidas destruidoras da Companhia, vendo com agrado o aparecimento dos carros das linhas particulares. Em parte, a população tem razão. O desejo de cada cidadão, após um dia alheio, é conseguir seu transporte e chegar, rápido antes, a seu lar, para um descanso reparador e merecido. Mas, isso a Companhia poderá fazer, não fossem as medidas empreendidas, visando, deliberadamente, desmoralizar e destruir-lhe, em benefício de uns poucos, o único instrumento de propaganda e de transformação do transporte coletivo, que deve ser feito pelo regime pelo custo, em uma fonte frutífera de lucros comerciais.

Assim, diante dessa distorção, nada mais justo que os trabalhadores viessem a público, para um esclarecimento devido e indispensável.

Uma primeira pergunta poderia surgir: se a Companhia cessar suas atividades, os trabalhadores não estarão amparados, em seus direitos, pela legislação do trabalho?

Na verdade, isso é exato. Mas os trabalhadores não encaram o problema apenas por esse prisma utilitário. Além de trabalhadores, são eles, igualmente, cidadãos e patriotas, e jamais, verão com benevolência o desaparecimento de uma empresa que, apesar de bem ou mal, durante anos, tem prestado serviços à coletividade. Os trabalhadores têm amor à Companhia, não desejam seu desaparecimento. E não se conformam com seu estrangulamento definitivo e prometido, através do favorecimento de terceiros e em prejuízo para a população.

Os trabalhadores desejam lutar pela sobrevivência da CMTC, contrariamente à vontade daqueles que lutam — e têm — o dever de defendê-la, encerradamente.

Mas, não queremos o sua sobrevivência. Queremos mais, sua reestruturação, sua moralização, e sua disciplinação, a fim de que o melhor transporte seja oferecido. Por isso, queremos em mãos idôneas e capazes — e não confiada a inexpertos e desastrados. Os motivos verdadeiros, retos e legítimos, por que os trabalhadores se empenham, são:

1.º) — Quando foi da constituição da Companhia, visando a remodelação do serviço de transporte coletivo da cidade, os técnicos incumbidos dos estudos prévios reconheceram e proclamaram a relevância da função do transporte coletivo na cidade moderna e o papel que representa no desenvolvimento da própria cidade; e, por isso, aumentaram a importância da utilização, e com ela a da exclusividade, nos meios que propõe a Prefeitura. De um lado, está a experiência da Municipalidade, em face de uma situação não unificada, onde falta o caos, e de outro lado, o constante mau funcionamento dos transportes particulares, que executados no sentido de atender aos interesses reais da população paulistana. De outro lado, a crise de habitação exigiu maior área para o alojamento e a necessidade de orientar o crescimento da cidade, que dentro de poucos anos deverá abrigar dois milhões de almas (atualmente, quase 5 milhões). A essas problemáticas, é preciso juntar o do congestionamento urbano, que tende a aumentar. Daí, se concluiu a necessidade de elaborar a direção de todos os serviços de transporte de massa, e, para isso, seria possível, nas mãos de uma autoridade capaz, a possibilidade de dar a essa autoridade uma, poderes suficientes para coordenar, no interesse público, os diversos modos de transportes. Assim, se formou e constituiu a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), hoje com um capital social de 500 milhões, no qual figuram, como quotas do Município e do Estado, as importâncias de Cr\$ 267.500.000,00 e Cr\$ 132.500.000,00, respectivamente. Ora, se se destruiu a CMTC, a emprazação que se terá é que o Estado, como responsável do transporte coletivo, se encarregue de conduzir serviços, nos quais tem de responder a um controle absoluto. E isto seria a desmoralização da capacidade de nossa Prefeitura e do Governo do Estado.

2.º) — Por que o desaparecimento da CMTC, o transporte coletivo que tem destinados sociais, voltaria aquela situação

de desunho e de caos, nas mãos de uma multiplicidade de pequenas empresas e do Poder Público ficaria sem meios suficientes para coordenar o transporte, no sentido do interesse público. Enquanto os carros estiverem novos e em condições de trafegar, sem manutenção técnica, o transporte far-se-á em condições vantajosas e razoáveis, mas, quando se impuser a necessidade de se renovar as frotes, os exploradores irão impor condições leoninas para prosseguir, extorquindo-se a busca já debilitada do povo. Portanto, a aparente vantagem atual seria substituída por um regime de desapiada exploração no futuro próximo, contribuindo para o desequilíbrio dos salários de tantas categorias profissionais, que se servem obrigatoriamente dos transportes coletivos, a fim de alcançar seus respectivos locais de trabalho.

3.º) — Já há empresas particulares, como é o caso da Av. Itapiranga-Aeroporto, que cobram, por passageiro, Cr\$ 20,000. Depois que desaparecer a CMTC outras linhas serão criadas, em emergência, e a mesma preço. E assim dar-se-á início a escorcha, como aconteceu com os cinemas...

4.º) — Porque, a se prosseguir nessa situação de desunho, teremos em breve um novo estado de guerra: para agitações, com risco para a situação social. Se o Estado, a Companhia, com o auxílio de linhas, não se encontra em condições de, em dia, efetuar o pagamento dos salários, a ponto de, em cada mês, se impor a delatagem de uma greve parcial, para que o salário seja pago, então, o que acontecerá se a cessação ocorrer, e os 11.500 trabalhadores tiverem que ser indenizados, na forma da Lei? Ao menos, há fizeram um cálculo, mesmo aproximado, do montante das indenizações devidas? Se a Companhia tem um patrimônio de bilhões, também suas dívidas sobem a dois ou mais bilhões.

Como vemos, os motivos pelos quais lutam os trabalhadores não são nada mesquinhos nem com preocupação de provocar agitação. Os trabalhadores são conscientes do futuro de seu país, da Companhia, a qual se acham vinculados, por anos de constante e incansável labor. Sempre acreditaram na efetividade de suas direções, imax, no instante em que estas lhes pareciam duvidosas e desastrosas, julgaram oportuno fazer alguma coisa em prol da coletividade e do transporte coletivo da Capital, elaborando na defesa da Companhia, que verificam estar mal conduzida e dirigida.

Os seguintes exemplos, apenas para ilustrar, comprovam a Companhia já embriagada por contrato firmado com a firma Carrocerias Grossi, 15 ônibus, pelo valor de 8 milhões cada um, quando do ônibus Mercedes Super B custa 3 milhões cada um. Está geladas no porto de Santos apenas para o Estado, por falta de espaço na garagem de 11 milhões. Enquanto isso, os ônibus da Prefeitura, por falta de espaço na garagem da Prefeitura, são obrigados a estacionar nos quarteirões e em terrenos baldios. Há também ônibus particulares, que cobram, por passageiro, Cr\$ 20,000. Depois que desaparecer a CMTC outras linhas serão criadas, em emergência, e a mesma preço. E assim dar-se-á início a escorcha, como aconteceu com os cinemas...

Para se evitar que esta prosiga, é que os trabalhadores resolvem sair a campo, lutando por seus direitos, e também, pelo direito da população a, sobrelhe, pelo dinheiro do povo.

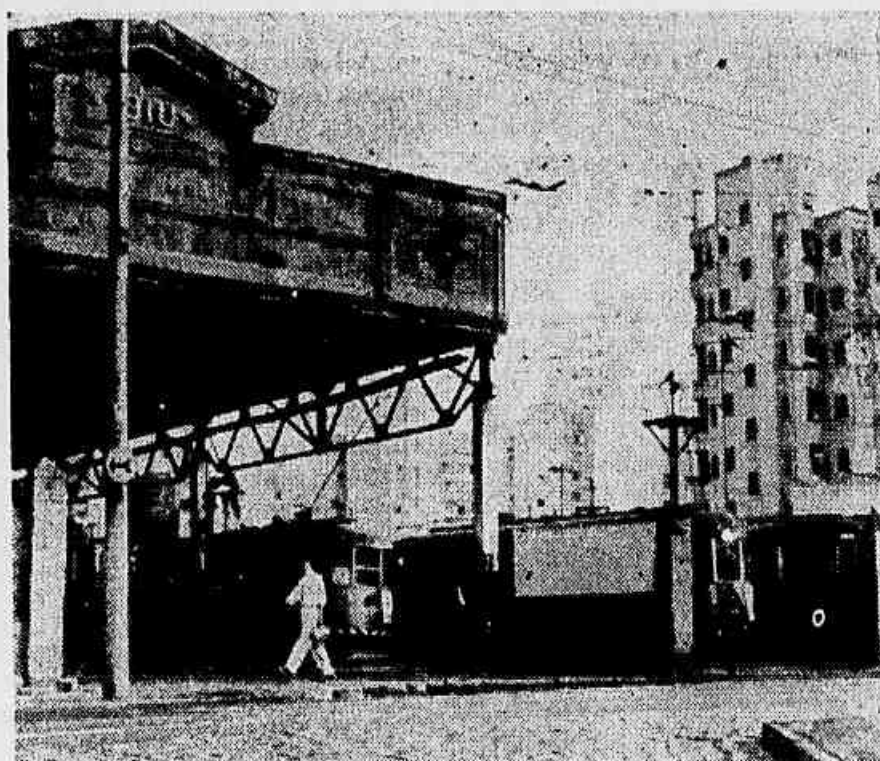
As medidas, porém, legítimas, não devem ser tomadas, em nome de alguns poucos, em prejuízo de milhões de almas, e de um futuro de milhões de almas. O atual estado de coisas, que se julga o laborioso e sensato povo de São Paulo.

São Paulo, 24 de outubro de 1960.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Atanacio Teixeira Filho — Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CAMBÔS URBANOS DE SÃO PAULO
Thimoteo Spindola — Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Orlando Coutinho — Presidente



Também os bondes Flagrantes de São Paulo

Do crime de ser calculista ao extremo

Antônio Celestino dos Santos (38 anos, casado, residente em Ourinhos — SP) é uma vítima da miséria. Dirinha seria que cria, sem cessar, os desajustamentos sociais, o marginalismo, os estados de espírito próximos ao delírio e à loucura.

Desempregado, Celestino resolveu adotar um expediente estranho e ingênuo para obter uma colocação. Candidatou-se a «assassino» do sr. Jânio Quadros e como tal andou procurando possíveis interessados na aventura. Conversou sobre o assunto com um diretor da CMTC e foi parar no xadrez. E lá, à imprensa, contou tudo. Quereria ver se aparecia alguém que de fato desejasse eliminar o sr. Jânio Quadros. Depois, denunciaria a trama e estaria bem situado na vida... O presidente eleito, agradecido, o empregaria. So isto, nada mais.

Sim, nada mais se o dr. Italo Ferrigno, delegado da Ordem Policial e Social ficasse quieto. Mas, quando Psicólogo de mão cheia, Sherlock compreendido e até então irrevelado, após uma profunda meditação, depois de examinar demoradamente os «indicícios» veementes do caso, sentenciou: Celestino é um comunista, adepto de lóxe e calculista ao extremo». (Fôlha da Noite de 18 do corrente).

DAMIAO DA PAULICIA

EUA (em Cuba) Vão Dar Com os Burros N'água

Retirando o que ainda restava de sua máscara de pacifismo, o Governo dos Estados Unidos deu os últimos passos no sentido de aplicar rigorosamente a política «à beira da guerra» em relação a Cuba. Os assessores do Pentágono e da Casa Branca convenceram-se enfim de que Cuba é «um caso perdido», isto é, que não existe força interna no país capaz de dobrar a combatividade revolucionária do povo da ilha. Só mesmo uma intervenção militar direta pode apresentar qualquer esperança de êxito. O diabo, para os

norte-americanos, além de duvidoso quanto aos seus resultados, provocaria a condenação imediata e universal de sua aventura bélica. Mais ainda, como o próprio Nixon reconheceu, a advertência soviética é «prá valer».

Este o impasse a que levou a política imperialista dos Estados Unidos: se recuam, isto virá reforçar o movimento nacionalista na América Latina e consolidar definitivamente a Revolução Cubana; se passam à ofensiva militar, arriscam suas posições nos países latino-ame-

ricanos em vista do movimento inevitável de solidariedade a Cuba que a intervenção provocaria e podem provocar uma conflagração universal que o mundo inteiro não perdoadaria.

Espionagem e agressão

Há poucos dias, de maneira bastante sintomática, os Estados Unidos revelaram, por um lado, que estavam reforçando os seus efetivos militares na base naval de Guantánamo, tirada à força do Governo cubano quando foi proclamada a independência do país. Por outro lado, o Departamento de Estado «protestava» junto ao Governo revolucionário pelo suposto fato de que estavam sendo pintadas insígnias norte-americanas em aviões militares estacionados em aeroportos cubanos. O mais interessante é que o próprio Departamento confessava que tinha obtido estas informações em «fontes militares cubanas». Mais uma vez, depois do voo do U-2 sobre a União Soviética, os Estados Unidos declaram publicamente que a espionagem faz parte da política oficial do país.

Os norte-americanos falam de aviões sendo «pintados» da mesma forma que o larápio sabido é o primeiro a gritar «Pega o ladrão!» para não ser apanhado com a mão na massa. Na verdade, há cerca de uma semana um deputado hondurenho denunciou a existência de uns trinta aviões de bombardeio e transporte de tropas norte-americanas na Guatemala. Esses ou outros aviões da mesma origem foram utilizados para mandar munições e alimentos para os mercenários de Escambray. Não vieram de outro lugar os aparelhos que bombardearam Havana, canaviais, engenhos e cidades do interior da ilha. E não é a primeira vez que os Estados Unidos procuram safar-se deste modo quando são apanhados em

flagrante. Há alguns meses, o mesmo Departamento de Estado dizia que um dos aviões que bombardearam Cuba era pilotado por «agentes fidelistas».

Base de provocações

A base naval de Guantánamo não oferece qualquer interesse militar sério para os Estados Unidos. No passado, ela servia como garantia última dos ditadores e agentes dos norte-americanos contra o povo cubano. Hoje, por mais fuzileiros navais que se mande para lá, ela não terá grande utilidade diante da fibra do povo em armas e do Exército Revolucionário. Sua verdadeira função é criar atritos com o povo e o Governo e servir de apoio e ponto de apoio para os contra-revolucionários.

Conhecidos criminosos de guerra do tempo da ditadura são agora «funcionários» da base naval, que também serve como ponto de reunião e treinamento dos que perderam seus privilégios com a Revolução.

Outra função da base consiste em preparar sigilosamente atos de sabotagem que depois seriam atribuídos ao Governo de Fidel Castro como pretexto para uma intervenção, se possível com o apoio da OEA. Foi também do aeroporto da base que partiram aviões para lançar armas para mercenários e contra-revolucionários escondidos nas montanhas.

O porque da ofensiva

A atual ofensiva norte-americana poderia ser prevista desde as últimas medidas de nacionalização e de reforma urbana decretada pelo Governo Revolucionário. Por um lado, as nacionalizações significavam praticamente a eliminação do que restava da base de sustentação econômica da contra-revolução, si-



Americano morreu em Cuba

Tony Salbar era um dos três norte-americanos que invadiram o território cubano, num bando de contra-revolucionários. Foram presos pela milícia camponesa e fuzilados por ordem do Tribunal Revolucionário que os julgou

tuadas no grande comércio e na indústria de artigos de luxo. Por outro lado, a entrega dos apartamentos e casas alugadas aos locatários, depois do pagamento de alguns anos de aluguel, proporcionou à Revolução o apoio maciço da população urbana, principalmente entre as camadas médias. Ao mesmo tempo, dava-se um golpe mortal na especulação imobiliária, outro ponto de apoio da contra-revolução política e econômica.

Em outras palavras, a Revolução marchava a passos firmes para a sua consolidação. A tão apregoadada anarquia econômica, que deveria resultar das nacionalizações anteriores não se verificou. Se os Estados Unidos permitissem que os revolucionários continuassem executando sua política em paz, a vitória

final estaria mais do que garantida. O boicote econômico lançado pelos norte-americanos quanto à exportação de açúcar e a importação de petróleo tinha fracassado a olhos vistos. O novo boicote a todas as importações cubanas também não prometia muito, porque os EUA não conseguiram que seus aliados militares, principalmente o Canadá, os seguissem. O cerco por meio da OEA, iniciado com a decantada «unidade hemisférica» da conferência de Costa Rica, só vinha sendo cumprido por algumas ditaduras entre as quais a Argentina e a Guatemala, sem qualquer resultado. Só restava o último recurso: uma intervenção mais ou menos direta dos Estados Unidos.

«Frente única» Imperialista

Um sinal característico da política aventureira e desesperada do imperialismo norte-americano em relação a Cuba foi dado pelo debate entre os dois candidatos à presidência, Nixon e Kennedy. Enquanto Kennedy reclamou um apoio mais ativo e direto do governo diante dos contra-revolucionários sediados nos Estados Unidos para que eles centralizassem mercenários e realizassem um novo desembarque em Cuba, Nixon acusou o primeiro de irresponsabilidade, por arriscar lançar o mundo numa terceira guerra mundial, mas propunha uma solução «tipo Guatemala». Como se vê, trata-se apenas de uma modificação na ordem dos fatores, que, como diz o ditado, não altera o produto.

Por sua vez, o Governo norte-americano dá toda a ajuda necessária para que os grupos de exilados e fugitivos da justiça comum que se encontram na Flórida, continuam seu trabalho de arremetimento de mercenários e criminosos. Telegrama recente de uma das agências imperialistas informava claramente que organizações de contra-revolucionários dispõem de recursos suficientes para manter, armar e remunerar todos aqueles que se dispõem a tentar a aventura de um desembarque.

O governador da Flórida, Le Roy Collins, a despeito das anunciadas medidas do governo norte-americano para dificultar o embarque de contra-revolucionários para Cuba, declarava-se inteiramente de acordo com os que exigiam um apoio ainda mais decidido aos mercenários. E que se trata de mercenários, um dos eixos do movimento contra-revolucionário da Flórida. Suficientemente, se encarregou de revelar ao dizer que existiam 150 mil cubanos «preparados para invadir a ilha». Com efeito, o Departamento de Imigração dos EUA, mesmo mandando imigrantes com turistas e pessoas que viajam a negócios, não conseguiu mais que 30 mil cubanos nos Estados Unidos, depois da Revolução.

A política agressiva e aventureira dos Estados Unidos é uma verdadeira arma de dois gumes que se tornam cada vez mais afiados. Equilibrando-se à beira do abismo da guerra, numa senda que se estreita a cada passo, o imperialismo norte-americano apressa sua queda ou do lado da guerra antiimperialista. Como dizem os próprios cubanos, «Que venham!», pois serão enterrados no bravo solo de Cuba.



Mercenários contra Fidel

De onde partem? Da Flórida. Quem são? Ex-membros do exército da ditadura de Batista ou dos exércitos particulares dos sócios do ditador. — São esses os «combatentes da liberdade» cantados em prosa e verso pela reação

Mr. Cabot Contra a História

FAUSTO CUPERTINO

Se existe uma qualidade que não se pode negar ao sr. John Moors Cabot, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, é a franqueza com que geralmente defende a estratégia política, econômica e militar do imperialismo. Falando segunda-feira no «Rotary Club», numa reunião comemorativa do 15º aniversário da Organização das Nações Unidas, Mr. Cabot demonstrou mais uma vez seus méritos de caixeiro viajante de tão triste mercadoria. Deixando de lado as questões mais de detalhe, vejamos os pontos fundamentais do discurso do embaixador norte-americano, cujo objetivo era demonstrar o que, segundo ele, impede ou dificulta o cumprimento da missão universal da ONU.

Em primeiro lugar, Mr. Cabot aponta seus canhões (fracos, por sinal) contra o direito de veto e se refere a uma «minoria atuante» que procura obstruir as decisões de uma «grande maioria» nas Nações Unidas. Aparentemente, o embaixador dos EUA estaria, entre outras coisas, confundindo a ONU com uma assembleia ou parlamento qualquer, apesar de ele mesmo afirmar que se trata de um fórum internacional. Não se pode mais tolerar, entretanto, que a ONU tome decisões à revelia ou contra os legítimos interesses de um país ou grupo de países, como já tem ocorrido. Ao invés de defender a generalização, na medida do possível, do direito de veto, Mr. Cabot quer que ele seja eliminado, baseando-se certamente, na esperança de que seu país mantenha ainda por algum tempo o atual controle sobre as votações da Assembleia Geral.

Por outro lado, não deixa de ser interessante o embaixador dos EUA se referir a «maioria» e «minoria». Os delegados dos países socialistas representam, na realidade, um bilhão de pessoas, o mesmo acontecendo com os neutralistas afro-asiáticos e de alguns países europeus e latino-americanos. Enquanto isto, os sócios e dependentes militares e políticos dos Estados Unidos representam, formalmente, algumas centenas de milhões e, na realidade, apenas os interesses das reduzidas camadas dominantes de seus países. Não é por acaso que, logo a seguir, Mr. Cabot se referiu com amargura e evidente saudosismo à duplicação do número de membros da ONU nestes quinze anos. Nações «bons tempos», de fato, os Estados Unidos não precisavam suar

tanto para conseguir ganhar votações por alguns ou mesmo um voto, beneficiando-se com abstenções provisórias. A própria Carta da ONU, elaborada nestas condições, expressou igualmente a imposição dos interesses exclusivos dos EUA sobre a organização internacional. Não por outro motivo senão o de preservar seus privilégios, já bastante abalados, os norte-americanos se opõem obstinadamente a que a ONU reconheça os direitos legítimos da China, que representa por si só um quarto da população mundial.

Falando no Brasil, Mr. Cabot pode fazer o que o seu próprio Governo não faz: mostrar seu completo desprezo pelos países independentes da Ásia e da África, que não obedecem mais ao «diktat» norte-americano. Dá então largas à sua mentalidade neocolonialista, dizendo que estes países são inexperientes, não sabem votar direito, e que não se deve ir «muito depressa» na concessão da independência às antigas colônias. Cabot escarnece do movimento de emancipação dos povos oprimidos e lamenta a diminuição do poder do imperialismo sobre estes países.

Contudo, um dos pontos mais característicos do discurso de nosso herói do neocolonialismo é o que se refere à questão da soberania. Acha ele que a «soberania absoluta» é um mal e procura fazer uma «demonstração prática» dos prejuízos causados pelo choque entre a soberania de um Estado e a de outro. Mr. Cabot parece não compreender que a utilização dos métodos de banditismo e pilhagem, próprios do imperialismo, é algo que vai sendo cada vez mais relegado ao passado e é condenada pelos países socialistas e neutralistas. Mas, ao atacar a soberania nacional, o que Mr. Cabot realmente quer, como ele mesmo deixa claro referindo-se ao «apressamento» do Canal de Suez e dos monopólios norte-americanos em Cuba, é que o mundo inteiro reconheça a supremacia e o direito «soberano» dos Estados Unidos a intervir nos assuntos internos de outros países para defender os interesses de alguns trustes, contra as aspirações ao desenvolvimento social e econômico dos povos que exploram.

Em tudo e por tudo, a linha de pensamento de Mr. Cabot é uma só: o «direito soberano» dos Estados Unidos a dominar o mundo. Infelizmente para ele, porém, estes tempos já passaram.

1. ONDITA — Lima, viernes 23 de setiembre de 1960

2. PRENSA — Lima, sábado 24 de setiembre de 1960



Quem é o menos mentiroso?

Desarmamento e escolástica bossa nova

O delegado inglês na ONU, Ormsby-Gore, que também representou seu país nas conversações sobre o desarmamento em Genebra, declarou na Comissão Política das Nações Unidas que o plano soviético de desarmamento atrasaria a resolução do problema durante «uns quarenta anos». Segundo o representante britânico, isto acontece porque não basta encontrar os meios para impedir que haja guerra; é necessário atingir os meios de garantir a paz. Sem dívida alguma, trata-se de um interessante jogo de palavras...

Antes, a balela utilizada era de que a União Soviética não se dispunha a aceitar qualquer tipo de controle do desarmamento. Agora, diante da desmoralização quase completa dessa desculpa, os políticos do bloco militar da OTAN já começam a procurar outra menos esfarrapada. E pena que o sr. Ormsby-Gore não tenha desenvolvido mais este tema tão interessante: as diferenças formais e essenciais entre evitar a guerra e manter a paz. Perdeu-se uma boa oportunidade para mais um exercício escolástico à moda do sexo dos anjos.

As duas fotos dão um bom exemplo do que é a «informação» da imprensa reacionária. Na mesma cidade, com apenas um dia de diferença, dois jornais da capital peruana publicaram a mesma foto, da mesma agência («United Press International», norte-americana), mas com diferentes «interpretações». A partir de semelhantes «erros» se pode ter uma ideia do que é a campanha de calúnias do imperialismo contra a Revolução Cubana.

Argélia e África: problema é um só

O presidente Seku Turé, da Guiné, em seu discurso na ONU, observou que a França, que conta com o apoio das jovens nações africanas para defender sua guerra colonial na Argélia, seria a primeira potência imperialista a sentir o peso da solidariedade africana. Poucos dias depois, anuncia-se a realização em Abidjan, capital da Costa do Marfim, de uma reunião de onze desses países para tratar do problema argelino. São onze antigas colônias francesas e que, em maior ou menor medida, continuam sob a dependência da França...

Não se pode alimentar ilusões quanto à coragem dos onze países que se reúnem agora em Abidjan. Todos eles foram amarrados à França, antes da independência por tratados desiguais e seus dirigentes foram escolhidos a dedo pelo colonialismo. Os verdadeiros líderes anticolonialistas em muitos deles ainda continuam presos. De qualquer maneira, entretanto, a convocação da reunião mostra claramente que os dirigentes destes países têm de satisfazer, de uma forma ou de outra, à pressão popular anticolonialista. Mais cedo ou mais tarde, e não muito tarde, terão que escolher entre mudar ou serem derubados.

Bettancourt diante da encruzilhada

A União Republicana Democrática venezuelana exigiu que o Governo Bettancourt seja modificado para que sua composição represente a verdadeira situação política do país. Nas ruas de Caracas e de outras cidades do país, esta mesma exigência de remodelação do Governo é defendida pelas massas em manifestações violentamente reprimidas pela polícia.

Um dos principais motivos do descontentamento contra Bettancourt é sua política de subserviência aos Estados Unidos em relação a Cuba. A revolução cubana conta com firme apoio popular na Venezuela, e o povo não perdoa Bettancourt pelo fato de ter assinado a humilhante «Declaração de São José» e permitido o assassinio de dirigentes do movimento pró-Cuba na Venezuela.

O Governo de Bettancourt contava inicialmente com o apoio de seu partido, a Ação Democrática, dos democratas cristãos do COPEI e da União Republicana Democrática. Atualmente, só conta com o COPEI e a direita de seu partido, uma vez que a esquerda abandonou-o e formou o Movimento Esquerdista Revolucionário. Assim mesmo procura dançar na corda bamba.

GOVERNO NÃO QUER OUVIR A FALA DO CINEMA (I)

Cinema: Indústria Que Ainda Não Tem Padrinho

LUIZ GAZZANEQ

Conta Alex Viary em sua «Introdução ao cinema brasileiro», o episódio do abnegado artesão Nelson Schultz. Sózinho ele escreveu, produziu, dirigiu e coordenou um filme que seria a grande razão da sua vida. A censura cortou-lhe o sonho, impiedosamente, dizendo que a película não merecia o

certificado de boa qualidade. Anos depois Schultz morria na miséria, depauperado e desconhecido. O filme se perdeu, mas o título ficou na memória dos muitos que o conheceram naquele período em que o cinema no Brasil vivia de crise para crise: «SEMPRE RESTA UMA ESPERANÇA».

Hoje, muitos anos são passados, depois de experiências e aventuras as mais audaciosas, o homem de cinema ainda vive na esperança que lhe resta, muitas vezes acreditando que uma centelha vai iluminar o cérebro de algum governante ou político, levando-o a ouvir e atender os clamores de uma classe que já é numerosa.



Uma história que não é alegre

A tela fascina. Fábrica de sonhos montada em grande estilo por Hollywood, criou no espírito de grande parte do público, graças a uma máquina de propaganda que trabalha em proporções gigantescas, o mito da «vida alegre, romanesca e aventurosa» da gente de cinema. Mas, na verdade pelo menos aqui nas terras do Brasil, a história que se pode contar não é alegre. Pelo contrário. É toda pontilhada de dramas e decepções, de luta muitas vezes inglória. O episódio de Schultz não é o único, a lista de vivos e mortos decepcionados e injustiçados pela barreira que se opõe à sua vontade de dotar o Brasil de uma indústria cinematográfica digna de suas tradições culturais e populares é grande: Moacyr Fenelon, Carmen Santos, Adhemar Gonzaga, Raul Roulien e muitos outros.

A história não é alegre e é velha. Vem dos primórdios, dos primeiros tempos do cinema mudo, quando brasileiros mais audaciosos organizavam as primeiras companhias cinematográficas, realizaram uma ou duas experiências e depois fechavam-nas. É uma história que se agravou quando o cinema falado surgiu, vindo lá dos Estados Unidos e criando mais dificuldades para aqueles que já as tinham quando faziam seus filmes silenciosos. É uma história que o tempo e a consciência de muitos levaram a provar que

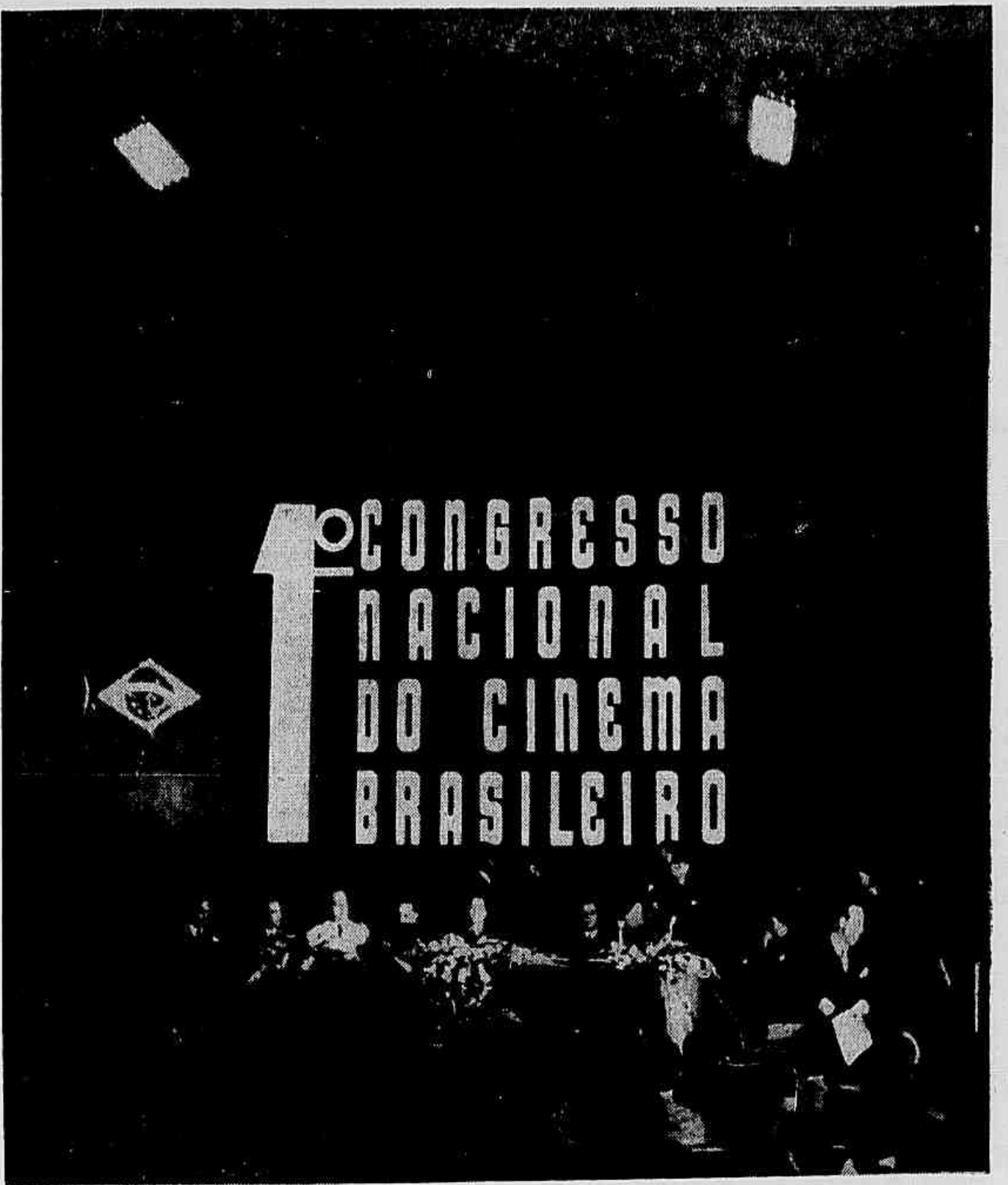
Houve uma época em que fazer cinema era sinônimo de heroísmo. Muitos filmes foram iniciados e ficaram sem terminar. O idealismo levava a aventura, que sempre terminava quando o dinheiro acabava.

O período heróico



Reuniões e debates

A realização do II Congresso, em São Paulo, revelou a disposição dos cineastas. Reuniões, debates, assembleias e atos preparatórios da grande manifestação foram realizados às dezenas na capital paulista, com a participação ativa das figuras mais em evidência no cinema. Lima Barreto, Celi, Nanni, Jackson de Souza e outros são vistos na foto durante uma reunião preparatória do Congresso.



Festa da unidade

não difere muito daquela que sacrificou os pioneiros do petróleo no Brasil: a da luta entre o poder econômico que domina e a nação que quer progredir, emancipar-se economicamente.

A primeira lição

A grande e primeira lição foi a paulista. O cinema brasileiro, tão velho como o de qualquer outro país (fomos, como conta Adhemar Gonzaga a Alex Viary, dos primeiros a produzir filme de longa metragem), viveu sempre da iniciativa individual, sem base econômica sólida a ampará-la e por isso mesmo condenada ao fracasso. Os grandes produtores tinham pouco dinheiro e muita vontade: o esforço principal estava voltado para a criação do filme em si. Carmen Santos era uma idealista, vivia para o cinema-espetáculo e sonhava como o artista. Adhemar Gonzaga, o que mais se preocupou com o problema indústria, não contava com os meios para ganhar o mercado e sustentar a arrojada iniciativa que foi a construção dos estúdios de Cinédia, o mais bem aparelhado do Brasil na época.

Até 1950, quando o industrial italiano Franco Zampari fundou a Vera Cruz, não se verificara no País qualquer empreendimento cinematográfico em que estivessem envolvidos elementos da burguesia industrial brasileira. A companhia de São Bernardo do Campo foi o primeiro no gênero e serviu de estímulo para que outros industriais paulistas (Anthony Assunção e Mário Audrá) se lançassem à grande empresa de dotar o Brasil de um cinema concebido como indústria. Quarenta anos depois do que fizeram os norte-americanos em grande escala e, em escala menor, os europeus, surgia no Brasil uma empresa cinematográfica edificada em grande estilo e com características completamente novas em relação ao que se havia feito até então. Os resultados, que serão analisados em outra reportagem, não foram positivos; não teve longa duração o empreendimento: a Vera Cruz, três anos depois entrou em estado de insolvência, a Maristela e a Multifilmes cerraram suas portas. Só ficou a lição, e os homens de cinema aproveitaram-na para iniciar organizadamente e com objetivos comuns a grande batalha que começara há algum tempo atrás graças, principalmente, ao idealismo e ao espírito de luta do saudoso Fenelon.

O I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1949, foi a primeira grande festa da unidade dos trabalhadores de cinema do Brasil. O espírito de luta que animava os cineastas, transformou-o na primeira trincheira pela conquista de um cinema autenticamente brasileiro e de luta contra a opressão estrangeira.

Anos de tormenta

Em 1949, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Moacyr Fenelon, então presidente do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica, instalava-se o I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro. O certame marcava o início organizado de uma luta que vinha sendo desenvolvida sem orientação. Dentre as iniciativas isoladas que se podem contar até então, estava a da elaboração de um projeto criando o Instituto Nacional de Cinema, resultado do trabalho de um pequeno grupo de abnegados cineastas, e apresentado ao parlamento, em 1946, pelo deputado Jorge Amado.

A realização do Congresso foi um marco na luta em prol do cinema brasileiro. Além de propiciar um embrião de organização para a gente do cinema, alinhavou as grandes reivindicações de um setor da vida nacional que começava a se projetar como das mais importantes na vida econômica e cultural da Nação. O campo de luta ficou definido: o produtor americano a pressionar por todas as formas com o fito de assegurar a quase exclusividade de um mercado de mais de duzentos milhões de entradas por ano era o entrave principal a ser eliminado; em contraposição, se faziam necessárias medidas governamentais tendentes a auxiliar (como se fazia na Espanha, Itália e França), a produção cinematográfica nacional.

Com o I Congresso começaram os anos de tormenta. A criação das grandes companhias em São Paulo abriu um largo campo de atividades aos homens de cinema no Brasil e faziam antever a possibilidade de um enraizamento da indústria em bases nunca antes conseguidas. Como era natural, o centro de atividades e de luta deslocou-se para São Paulo. Fundou-se a Associação Paulista de Cinema, entidade que originariamente havia sido concebida como embrião do futuro sindicato dos trabalhadores na indústria cinematográfica e, através dela, numerosas conferências e atos de esclarecimento, à base do que se assentara no I Congress-

se, foram realizados. Um grupo de estudiosos, destacando-se entre eles elementos da crítica de cinema na Capital paulista, elaborou projetos e trabalhos que foram enviados às mais altas autoridades do País, propondo e exigindo as soluções mais adequadas ao estabelecimento de leis protetoras à indústria cinematográfica. A luta se desenvolvia e crescia à medida que a crise assolava os grandes estúdios construídos em São Paulo. O II Congresso, realizado em 1954 na Capital Paulista, apesar de algumas divergências entre os grupos que dele participaram, se constituiu na última grande manifestação até hoje celebrada pelos homens de cinema no Brasil. Realizou-se quando já era insustentável a situação das grandes companhias e depois de consideráveis esforços para tentar salvá-las. Nos 4 anos de tormenta o grande inimigo ainda estava por derrotar. O Governo, que se mostrava interessado na solução do problema e que, inclusive, prometera fazer aprovar no Parlamento um novo projeto de criação do Instituto Nacional de Cinema, de autoria de Cavalcanti, não cederá aos apêlos e continuava a manter os mesmos privilégios para o filme estrangeiro.

Os resultados foram desastrosos. A Maristela fechou, a Multifilmes também e a Vera Cruz dava os últimos estertores, agonizada em uma crise de difícil solução. Voltávamos aos tempos de ontem, trabalhando graças à iniciativa individual. O centro deslocou-se momentaneamente para o Rio, que continuava a produzir normalmente através da Atlântida e de alguns Independentes. São Paulo ficou com a experiência do empreendimento em larga escala e com alguns estúdios que propiciavam a realização de películas de nível mais alto, além de alguns estrangeiros que vieram durante os anos de progresso e que deram uma contribuição de primeiro plano para o enriquecimento das qualidades técnicas do nosso cinema.

Ficou também a esperança do título do velho Schultz que levou a que se conseguisse algo em relação a leis de proteção ao cinema, das quais falaremos na próxima reportagem.

NOVOS RUMOS

Rio Paraíba Não Produzirá Energia só Para a Light

A história da construção da usina do Salto-Funil, no rio Paraíba, é também um dos capítulos da história de um dos mais perigosos e perniciosos trusts estrangeiros no Brasil: a Light. Quando, há quase trinta anos, pretendia a Estrada de Ferro Central do Brasil aproveitar aquele potencial hidrelétrico para a construção de uma usina, tendo em vista a eletrificação de suas linhas, então em projeto, poderosos interesses se levantaram contra os planos da ferrovia do governo. E o certo é que, se bem que a Central do Brasil fosse uma empresa da União, não conseguiu vencer as resistências opostas. Prevaleram os interesses contrários à construção do Salto-Funil. Por trás desses interesses estava a Light.

O «Diário Oficial» do Estado da Guanabara, edição de 17 do corrente, publica a escritura de constituição da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap), que tem como primeira finalidade a construção da Usina do Salto-Funil. Significará isto uma derrota da Light? Significará que afinal, prevaleceram os interesses do Brasil? Só um exame mais detido da questão poderá responder cabalmente a essa indagação. Desde já, entretanto, uma coisa é certa: muitas são as vantagens que auferirá a Light com a construção do Salto-Funil.

A Constituição da CHEVAP

A Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba é uma empresa mista na

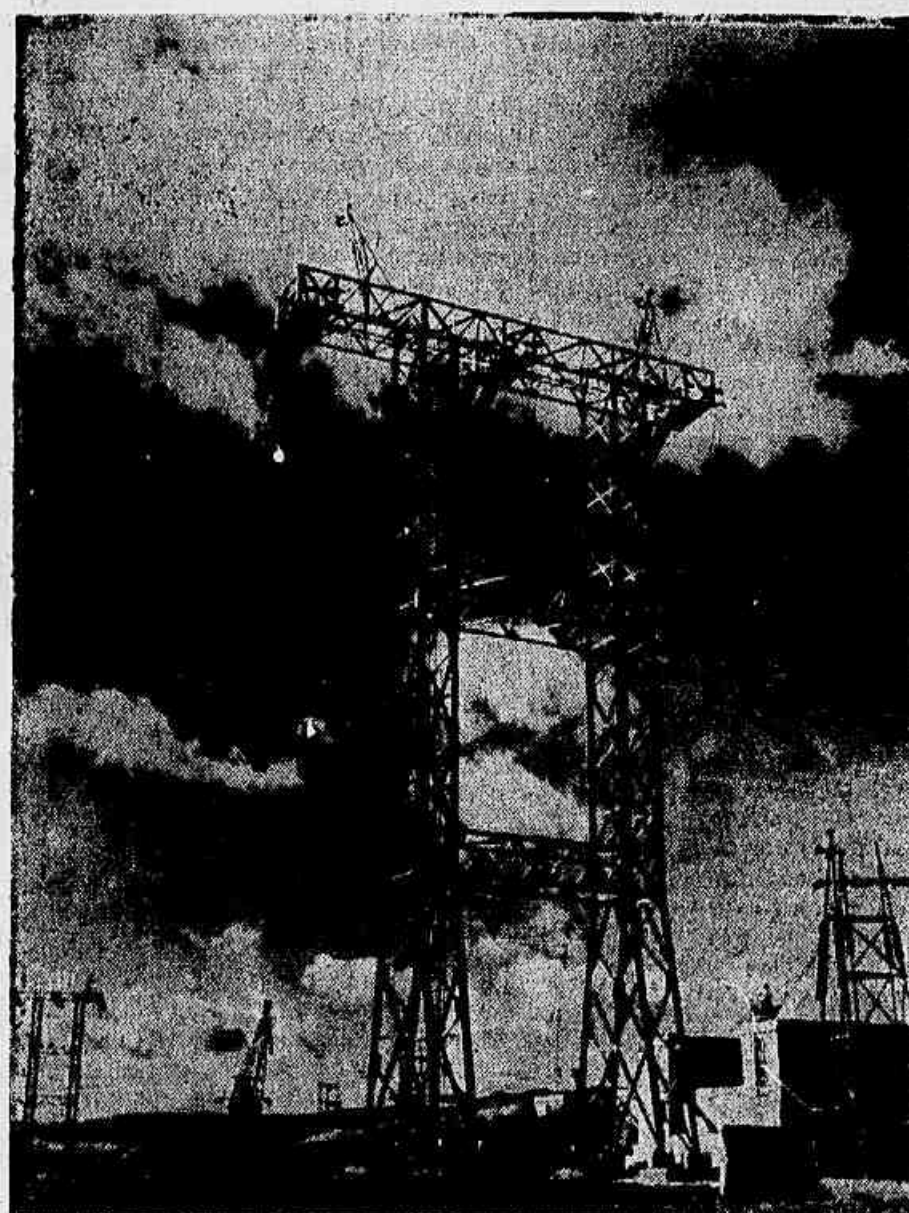
qual a maior parte do capital pertence à União Federal, representada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que o subscreve na proporção de 51 por cento. Além do BNDE, também são integrantes do novo empreendimento os governos dos Estados de S. Paulo, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Rede Ferroviária Federal, representada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e, por fim, muito significativamente, a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris.

Como se vê, dos sete integrantes da Companhia, seis são entidades oficiais ou semi-oficiais (Rede Ferroviária Federal e Companhia Siderúrgica Nacional) e apenas um deles é uma empresa privada, precisamente a Light. Por que esta associação dá Light ao empreendimento? Seria necessária de qualquer ponto de vista? Sem a Light não poderia ser construída a Usina?

Mínima a contribuição da Light

Como se poderá ver pelo quadro que a seguir publicamos, no qual são discriminados os capitais de cada um dos participantes da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba, é mínima a participação da Light em recursos financeiros. Eis o quadro:

Participante	Capital em ações ordinárias (em milhões de cruz)	Capital em ações preferenciais (em milhões de cruz)	Total (em milhões de cruz)
BNDE	1.240	392	1.632
Est. S. Paulo	320	—	320
Est. do Rio	320	—	320
Est. da Guanabara	320	—	320
Com. Siderúrgica Nacional	—	256	256
Rio Light S. A.	—	256	256
Rede Ferrov. Federal	—	96	96
TOTAL	2.200	1.000	3.200



Uma derrota do polvo

Habituada, desde que se instalou no Brasil, a mandar e desmandar na produção e distribuição da energia elétrica, a pequena participação da Light na Usina de Salto-Funil pode ser considerada uma derrota do truste.

Como se vê, sobre um capital social de 3 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, a participação da Light não vai além de 256 milhões de cruzeiros, em ações preferenciais, isto é, apenas 8 por cento do total. O governo federal contribui com 51 por cento do total, parte em ações ordinárias (1 milhão e 240 mil ações sobre 2 milhões e 200 mil, isto é, pouco mais de 56 por cento destas últimas) e parte em ações preferenciais (392 mil ações sobre 1 milhão, ou seja, 39,2 por cento destas últimas).

Portanto, considerada a questão do ângulo das contribuições em recursos, não há a menor justificativa para a inclusão da Light — única empresa privada entre os empreendedores oficiais ou oficiais — na Companhia, pois se o Poder Público encontrou meios para mobilizar cerca de 2 bilhões e 950 milhões de cruzeiros, muito mais facilmente levantaria a parcela relativamente pequena de 256 milhões, que a Light subscreveu.

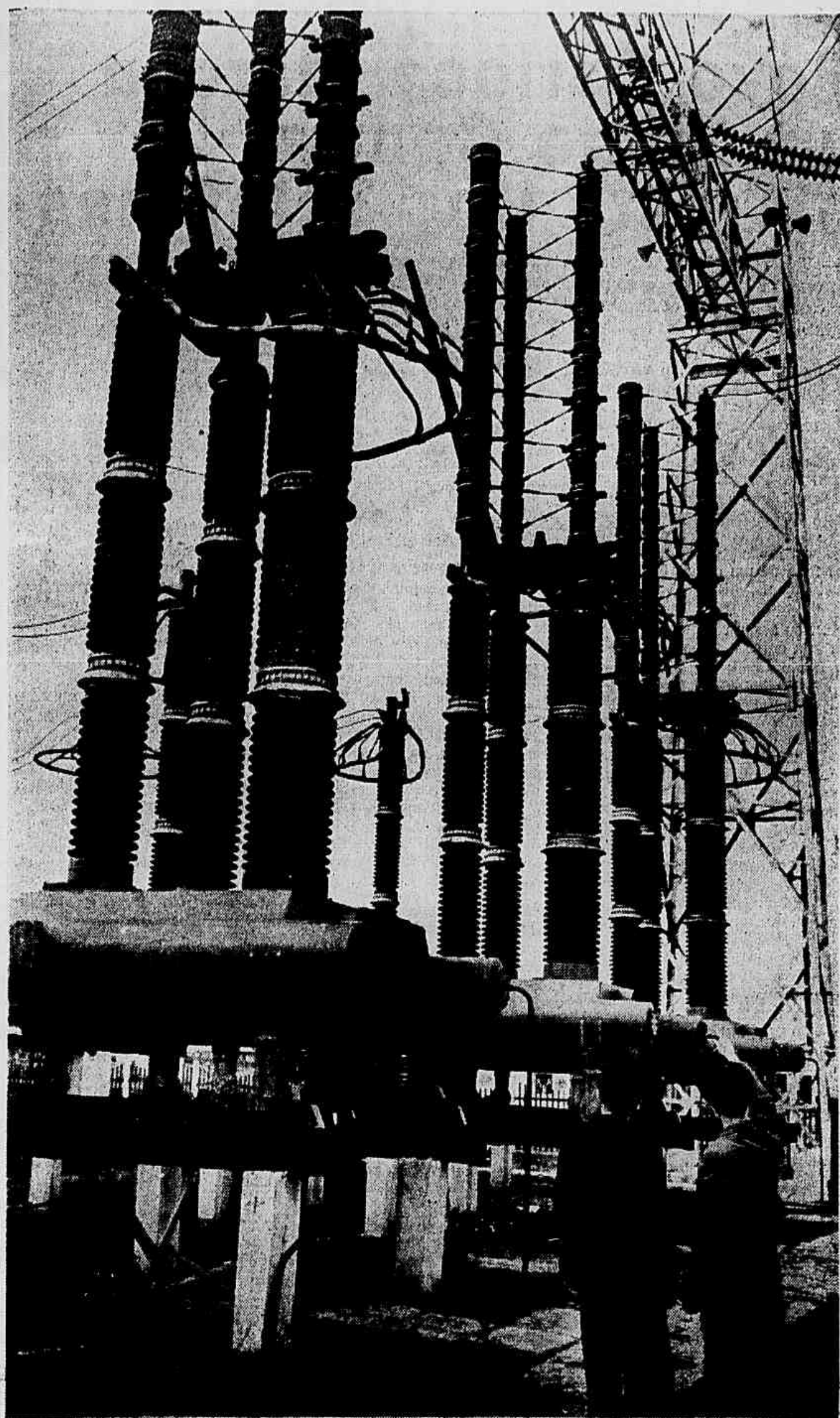
A Light na administração

Três são os órgãos administrativos da empresa, como em qualquer outra sociedade anônima: a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração. Os componentes da primeira, segundo os estatutos, serão em número de seis, eleitos em Assembléia Geral, pelo prazo de cinco anos. Como portadora apenas de ações preferenciais, que não dá direito a voto, a Light não poderá participar da eleição dos diretores (da mesma forma que a Companhia Siderúrgica e a Rede Ferroviária). Entretanto, de acordo com os estatutos, os diretores poderão ou não ser acionistas, o que, sem dúvida, facilita as manobras que a Light certamente empreenderá para que a maioria dos diretores lhe seja favorável. Além disso, prevêem os estatutos que em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de um dos diretores, seu lugar poderá ser preenchido por um dos membros do Conselho de Administração. Alí, sim, a Light estará diretamente representada, pois os estatutos prevêem que cada um dos acionistas com um mínimo de 3 por cento do capital (isso da Rede Ferroviária) tem direito a um lugar no Conselho de Administração. É certo que a composição desse Conselho é ampla — além dos seis diretores, um representante do Ministério da Guerra e mais sete conselheiros representando, cada qual, um dos grandes acionistas — ao todo 14 pessoas.

A odisséia de um rio

Desde que se instalou no Brasil, a Light tem desenvolvido com êxito uma política de monopólio do rio Paraíba. São conhecidos os casos em que outras iniciativas para o aproveitamento do potencial da importante artéria fracassaram por completo. Um deles foi a construção da Usina do Salto-Funil, para servir à Central do Brasil, antes mencionada. Outro foi a projetada construção da Usina da Caraguatubá, obra grandiosa e de notável importância econômica, entre S. Paulo e o Rio, mas que a Light jamais permitiu fosse levada a cabo. Aliás, talvez nenhum outro fato ilustre melhor o imenso poder que a Light desfruta no Brasil do que essa sabotagem à construção de Caraguatubá, revogando concessões dadas pelo governo federal e derrotando o governo do Estado de S. Paulo, a poder da mentira, da corrupção e do suborno.

Por isso mesmo, a construção da Usina do Salto-Funil, como primeiro objetivo da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba, tem uma significação especial. De um lado, revela que a Light não mais pôde manter-se na posição de dona absoluta do rio Paraíba. Com efeito, a sua incapacidade para aten-



Custou, mas veio

der ao aumento do consumo não pôde impedir que investimentos públicos viessem realizar o que o próprio truste preferiria certamente fazer para manter seu monopólio absoluto. De outro lado, entretanto, rendendo-se ante a realidade, conseguiu a Light infiltrar-se entre os empreendedores da nova obra e, se bem que com uma participação mínima de capital, garantiu para si uma série de vantagens. Convém lembrar aqui que as ações preferenciais, embora não dando direito a voto, são as primeiras a ter uma remuneração assegurada, quando da distribuição dos lucros.

A distribuição da energia

A parte da escritura de constituição da Companhia que trata da finalidade da Usina do Salto-Funil estabelece o seguinte: «a Usina do Salto-Funil se destina — a) através seu reservatório de acumulação a regularizar parcialmente as descargas do rio Paraíba; b) integrar o plano de regularização do rio Paraíba, funcionando em coordenação com os reservatórios do montante; c) contribuir para assegurar a jusante de sua barragem principal uma descarga tal que permita manter no leito do rio, imediatamente à montante de Santa Cecília, uma descarga mínima da ordem de 200 m³/seg para assegurar condições de salubridade à região ribeirinha; d) contribuir para a

A Estrada de Ferro Central do Brasil iniciou a luta pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico do Salto-Funil (Rio Paraíba) há cerca de trinta anos, esbarrando sempre em poderosos interesses contrários, por detrás dos quais estava a Light. Agora, a usina será construída e, o que é interessante, com uma participação bastante reduzida da Light.

melhoria do fator de carga da Usina de Nilo Peçanha; e) assegurar prioritariamente: 1) suprimento de energia elétrica aos estabelecimentos, fábricas e arsenais militares sediados no Vale do Paraíba e na região de Piquete Itajubá; 2) uma reserva de potência à disposição dos governos dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, proporcional aos seus respectivos investimentos efetivamente realizados, a ser empregada na zona de influência da Companhia, a critério dos referidos governos; 3) suprimento de energia elétrica à Companhia Siderúrgica Nacional, até o limite da reserva de potência, proporcional ao seu investimento efetivamente realizado; 4) suprimento de energia à Rede Ferroviária Federal, Estrada de Ferro Central do Brasil, também até o limite da reserva de potência proporcional ao seu investimento efetivamente realizado; 5) uma reserva de potência à disposição da Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, proporcional ao seu investimento efetivamente realizado; 6) suprimento de energia elétrica em alta tensão aos concessionários locais e outros grandes consumidores situados na zona de influência da Companhia; f) distribuir as disponibilidades de energia, depois de atendidos os consumidores discriminados no item anterior, nos territórios dos Estados referidos no item «e», inciso II, proporcionalmente aos

seus investimentos efetivamente realizados, desde que haja demanda; g) fornecer os excedentes de energia à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, mediante condições a serem fixadas.»

Prós e contras

Evidencia-se, assim, que a Light não somente distribuirá parte da energia a ser produzida em Salto-Funil (a que corresponde ao seu capital de participação e mais a que lhe vier a ser cedida pelo número 2 e pelo item «g»), como possivelmente acontecerá na Guanabara, mas também recolherá benefícios com as obras de regularização do rio.

De outro lado, porém, com a construção da Usina, deixará de existir o virtual monopólio de fornecimento de energia a todos os consumidores importantes da faixa Rio-S. Paulo, atualmente em mãos da Light.

Ora, tirar vantagens de todas as situações é o que a Light tem conseguido fazer até aqui. No caso da construção da Usina Salto-Funil, o significativo é, portanto, a perda do monopólio a que nos referimos. Apesar de pequena, é uma brecha. O que se poderá discutir é se não está custando um preço muito elevado e se melhores resultados não poderiam ser obtidos através de uma política antiimperialista de verdade.

NOVOS RUMOS

Povo Carioca Marcou um Tênto Contra o Truete Dos Telefones

«Viva esta Câmara, que tem um vereador que joga o paletó para cima e não cai dinheiro da Light!»

Com estas palavras, o vereador Jair Martins saudou seu colega Paulo Areal, sexta-feira última, na Câmara carioca, após a aprovação do Projeto de intervenção na Cia. Telefônica Brasileira. Seu grito ecoou no Plenário, em meio aos aplausos dos vereadores nacionalistas, quando o sr. Paulo Areal, autor do Projeto, também manifestava seu júbilo jogando para o alto (na falta de um chapéu) o próprio paletó.

Entrou assim em nova fase a velha luta entre o ramo de telefones do truete Light e o povo carioca. O Projeto aprovado, além de promover a intervenção na Companhia, para controle das operações e fiscalização da contabilidade, estabelece a criação de uma Companhia mista, de capital do Estado e particular, para dar telefones aos 200 mil cariocas que, em muitos casos, há mais de dez anos esperam inutilmente nas filas da Light. Além de uma pequena batalha para que a Mesa da Câmara envie o Projeto aprovado ao Governador — ela tem um máximo de 20 dias para fazê-lo, mas existem maneiras de burlar o prazo — a luta doravante se travará em torno da sanção do Governador. Seja com Sette Câmara, seja, por maior razão, com Lacerda, o povo carioca terá de lutar muito para que a vitória obtida na Câmara não seja frustrada pelo veto do chefe do executivo estadual.

10 razões para lutar

O Projeto Areal tem a aprovação das Comissões da Câmara desde julho passado, mas há mais de 10 anos seu autor vem lutando por ele, e com isso comprometendo a sua própria carreira dentro da UDN. Foi essa tenacidade do sr. Areal a causa inclusive da sabotagem de sua candidatura à Constituição, nas últimas eleições, por parte da direção de seu Partido, onde pontificam ostensivos advogados da Light, como o sr. Adauto Lúcio Cardoso.

Tanto a Light como o povo carioca têm suas razões, e muitas, para empenhar-se a fundo — em trin-

cheiras opostas — nessa luta em torno dos telefones. Eis algumas delas:

1 A CTB é apenas uma preciosa fonte de renda para o truete, e não representa qualquer encargo para ele. O último contrato firmado entre o Estado (antiga Prefeitura do DF) e a Companhia, em 1953, obriga esta última a estar em condições técnicas de atender imediatamente a todos os pedidos de telefone que receba. A CTB nunca cumpriu este contrato e afirma mesmo que não pretende cumpri-lo, alegando dificuldades financeiras.

2 Para multiplicar os 12% de lucros, sobre o capital, a que tem direito pelo contrato, a CTB falsifica a sua contabilidade. Aumenta artificialmente o valor de seu patrimônio (era de Cr\$ 1,2 bilhões em 51, e reavaliou-o para cerca de Cr\$ 5 bilhões em 60), ao mesmo tempo em que reconhece que não faz investimentos. Apresenta despesas inexistentes, na forma de «pagamentos» a uma outra subsidiária da Light, a COBAST, e faz outros tipos de malabarismos contábeis, denunciados fartamente à opinião pública, inclusive por dois antigos Prefeitos do Rio, Bento Ribeiro e Rivadávia Corrêa.

3 A única fórmula apontada pela CTB para resolver o problema dos telefones é a do chamado «autofinanciamento», através do qual cada pretendente a um aparelho daria ao truete Cr\$ 80 mil. Assim, a CTB perderia o único argumento que ainda teria para justificar a sua presença aqui, que é o de supostamente trazer capitais do exterior. Seus investimentos, lucros e poder econômico seriam obtidos exclusivamente com o dinheiro do povo, com capital nacional.

4 Com o «autofinanciamento», o próprio povo estaria amarrando suas mãos ao truete, pois estaria concorrendo com dezenas de bilhões de cruzeiros para aumentar o patrimônio e o poder político e econômico da Light, tornando mais difícil, senão impossível, a desapropriação da empresa pelo poder público, no futuro. Se realmente a fórmula do autofinanciamento for a única possível, o lógico é que ela seja adotada com uma empresa em que o Estado seja o maior acionista, como a prevista no Projeto Paulo Areal, pois assim estariam resguardados os interesses e o dinheiro do povo.

5 A «dispensa» dos maus serviços da Light, e a adoção da fórmula da empresa estatal são ainda recomendadas pelo fato de que a produção de equipamentos telefônicos no país está em grande ascensão, e já em 1962, segundo a SUMOC, poderá atender a todo o consumo nacional. Assim, a Light perderá também o instrumento de chantagem que representa para ela o fato de ser ligada aos monopólios que produzem tais equipamentos nos Estados Unidos.

6 Adotando-se a fórmula da empresa estatal, os equipamentos que forçosamente devam ser adquiridos no exterior poderão ser trocados por café, e outros produtos brasileiros, nos países socialistas, com proveito para o balanço de pagamentos do país.

7 A intervenção na CTB e a criação da empresa telefônica do Estado representará um golpe violento no próprio centro de operações desse truete que hoje monopoliza o sistema de telefonia nas principais cidades do país.

8 Representarão também um golpe no poder de corrupção política detido pela Light, e em particular pela CTB, através do qual este truete patrocina a eleição de um Governador, como Lacerda, de deputados como Sandra Cavalcanti, Gladston Chaves de Mello e outros, compra votos de vereadores e consciência de juizes e fiscais.

9 A criação da empresa estatal atende igualmente aos interesses da segurança nacional, pois é inconcebível que a rede de telefones de uma grande cidade, como o Rio, através da qual estão sempre sendo transmitidas conversas que dizem respeito a interesses vitais do país, seja controlada por uma empresa estrangeira imperialista.

10 A intervenção do Estado porá fim a este absurdo que é o fato da CTB enviar cada ano dezenas de milhões de dólares para os Estados Unidos, a título de lucros, pelas operações que faz com capital nacional, e com técnicos brasileiros, só trazendo para cá a ganância e a ação corruptora de seus donos. O capital e a técnica nacionais devem servir ao povo brasileiro, e não para engordar monopolistas lanques.

Por todas essas razões, é de se esperar que a batalha dos telefones na Guanabara seja das mais agudas, nos próximos meses. A Light, de seu lado, já começou: está promovendo uma intensa campanha de matérias pagas e artigos assinados, na imprensa, para combater a decisão da Câmara de Vereadores. Mas o povo carioca não se deixará enganar, e exigirá do Governador o cumprimento da Lei aprovada pela Câmara.



Telefones públicos

Além de poucos, os telefones públicos existentes na Guanabara funcionam mal. No raro trazem a inscrição já familiar ao carioca: «Não funciona». Telefônica: aparelhos poucos e ruins.

Barnabés Reclamam de CP: 60 Por Cento de Aumento!

O alto custo de vida vem provocando continuados movimentos de reivindicação salarial em todas as categorias profissionais de São Paulo. A alucinante corrida de preços não poderia deixar de atingir o funcionalismo público estadual. Este, em grande número, percebe salário na casa dos cinco mil e novecentos cruzeiros, ainda obrigado aos descontos. É o caso, para exemplificar, dos operários do Departamento de Águas e Esgotos. Grande também é o número daqueles que em outros setores, ganham uma média de 8 mil cruzeiros com família de 3 a quatro pessoas. Por isso mesmo vem encontrando receptividade entre os «barnabés» a campanha dirigida pela União dos Servidores Públicos, pleiteando um aumento salarial na base de 60%.

Memorial a CP

Cerca de 13 mil funcionários já subscreveram um memorial ao sr. Carvalho Pinto expondo as ra-

zões de suas reivindicações e reclamando o aumento na base acima indicada. Ao lado disso, a União dos Servidores pretende ver aprovada uma emenda ao orçamento do Estado assegurando os meios para o atendimento daquela necessidade. Concentrações de funcionários estão acertadas em Mogi das Cruzes e Campinas e Santos para a coleta de assinatura no memorial e esclarecimento sobre a campanha em curso. Na capital, mesinhas estão sendo colocadas em pontos de maior frequência dos funcionários, como ocorreu nos últimos dias no bairro de Ponte Pequena, onde se localiza um setor do DAE.

A Associação dos Funcionários Públicos, outro órgão da classe, encaminhará ao sr. CP um ofício solicitando seja pelo governo enviada mensagem à Assembléia Legislativa para um reajustamento geral de salários. As duas entidades promoverão encontro para o desenvolvimento da campanha em termos unitários.

Está nas Livrarias NOITE E ESPERANÇA de MILTON PEDROSA

«uma novela que se pode sem hesitação classificar de obra-prima»... «uma genuína obra de arte» (Astrojildo Pereira)

Preço Cr\$ 160,00

Pedidos pelo reembolso postal para Editorial Vitória Ltda Caixa Postal 165 Rio de Janeiro — Est da Guanabara

Nota Econômica

Reforma Cambial e Contrôlo de Câmbio

Ainda que revestidos de muita cautela, os primeiros pronunciamentos públicos do sr. Jânio Quadros, depois de eleito, podem, talvez, fornecer uma indicação das tendências para que se volta, ao menos nesta fase que antecede o início do seu período presidencial. Isto é tanto mais verdade quando aborda os problemas econômico-financeiros.

Um deles é o do câmbio. Considera o sr. Jânio Quadros que o sistema cambial vigente no país é falso e se propõe, então, a restaurar o que chama de verdade cambial. Por verdade cambial entende a unificação das taxas de exportação e importação. Não o faria, entretanto, de um só golpe, mas através de sucessivas aproximações. Em geral, adota, portanto, a orientação preconizada e posta em prática pelo atual governo, notadamente quando sua política econômico-financeira esteve sob os ordens do grupo Lucas Lopes-Roberto Campos. Estabeleceu, o sr. Jânio Quadros, uma diferença puramente de palavras entre extinção e supressão do «confisco cambial», mas o sentido é aquele indicado: chegar à reforma cambial completa através de sucessivas «reformas».

Exatamente por ser um espelho da política de conciliação com o entreguismo, por sua vez reflexo da presença de nacionalistas e entreguistas no seio do governo, o atual sistema cambial jamais mereceu aprovação integral das forças nacionalistas. Pelo contrário, em todas as oportunidades os nacionalistas têm oposto restrições ao muito que existe de «falso» na política de câmbio do país. O candidato nacionalista à Presidência da República, marechal Teixeira Lott, sempre encareceu a necessidade da correção dos defeitos existentes no nosso sistema cambial, preconizando sua simplificação, critérios mais rigorosos na concessão do câmbio de custo, embora defendendo a opinião de que, sem suas linhas gerais, o sistema cambial vigente satisfaz as exigências da economia nacional na atual fase do seu desenvolvimento.

Daqui mesmo destas colunas temos apontado, diversos defeitos da política cambial do país, temos reclamado a supressão dos privilégios que desde a Instrução 113 são oferecidos ao capital estrangeiro, em detrimento dos capitais nacionais, temos mostrado como são muitas as portas para a evasão das riquezas produzidas com o suor dos trabalhadores brasileiros, sob a forma de remessa de lucros, dividendos, pagamento de royalties, assistência técnica, etc.

Não se trata, portanto de defender em todos os seus aspectos a atual política de câmbio. Daí, porém, à reforma cambial preconizada pelo sr.

Jânio Quadros, vai uma enorme distância. Por quê? Porque não só a experiência do Brasil, como a experiência histórica de todos os países que se desenvolvem mostra a imprescindibilidade do controle do câmbio. Nem se argumente com o exemplo do Canadá, que se industrializa rapidamente, é certo, mas na mesma medida vai caindo sob a dependência econômica dos trustes norte-americanos. Ademais, muito diversas são as condições das economias brasileiras e canadenses. Para qualquer nacionalista, capaz de enxergar o conjunto da situação internacional dos nossos dias, um desenvolvimento econômico dependente é simplesmente inaceitável.

Não vemos, assim, como seja possível conciliar a unificação das taxas de importação e de exportação, anunciada pelo sr. Jânio Quadros com uma política de desenvolvimento econômico independente do Brasil.

A exposição do presidente eleito feita pela televisão, na semana passada, recorda bastante a fala do presidente Frondizi, uns dois meses depois de ter sido eleito na Argentina. Promete austeridade, fala em perda de popularidade, em contrariar mesmo aqueles que o elegeram, etc, tudo isto em nome de uma situação de possível estabilidade econômica dentro de dois anos, ou mais. A julgar por aquelas e por estas palavras, terá o sr. Jânio Quadros aderido à política que o Fundo Monetário Internacional nos quis impor o ano passado e mereceu a repulsa do país. Convém recordar, aliás, que o próprio sr. Quadros, também fez na ocasião, um pronunciamento restritivo ao FMI.

Ora, a aplicação do «diktat» do FMI não é algo como um salto no escuro. Pelo contrário, suas consequências são bem previsíveis, inclusive à luz da experiência dos nossos irmãos argentinos. Que se passa ali? O ano passado, a produção industrial argentina registrou uma queda de quase 10 por cento e o produto nacional bruto caiu de 4,5 por cento. Este ano, a julgar pelas recentes explosões das contradições políticas, pelos protestos de industriais nacionais, etc, as coisas não vão melhores. Poder-se-á replicar que a Argentina reequilibrou seu balanço de pagamentos e, inclusive, aumentou suas reservas de ouro, cunhando, assim, para a estabilidade. Mas, que estabilidade é esta, em que a economia nacional estagna e regride enquanto se verifica uma expansão demográfica? Estabilidade no atraso?

O sr. Jânio Quadros sabe perfeitamente que a política é a arte do possível. Oxalá não deseje praticar o impossível.

Dicionário

Acentuação da Desigualdade de Bens

O surgimento das cidades deu-se já na remota antiguidade, no alvorecer do modo de produção escravista. Mas, somente atingiram o florescimento com o desenvolvimento do artesanato e da troca. A princípio a cidade em pouco se distinguia do campo. Gradualmente, porém, o artesanato e o comércio se foram concentrando nas cidades, cujos habitantes diferenciavam-se dos do campo pelo tipo de atividade. Foi assim que teve início a separação da cidade do campo e começou, também, a contraposição entre a cidade e o campo. Essa contraposição acentuou-se com o desenvolvimento da humanidade, atingindo sua maior expressão no modo capitalista de produção, onde são enormes as desvantagens que o habitante do campo leva em relação ao da cidade.

A medida que ia aumentando a variedade de mercadorias destinadas ao intercâmbio, dilatavam-se os limites da troca e surgia a necessidade de um intermediário entre os vendedores e os compradores. Essa função passou a ser desempenhada por uma nova figura — o comerciante.

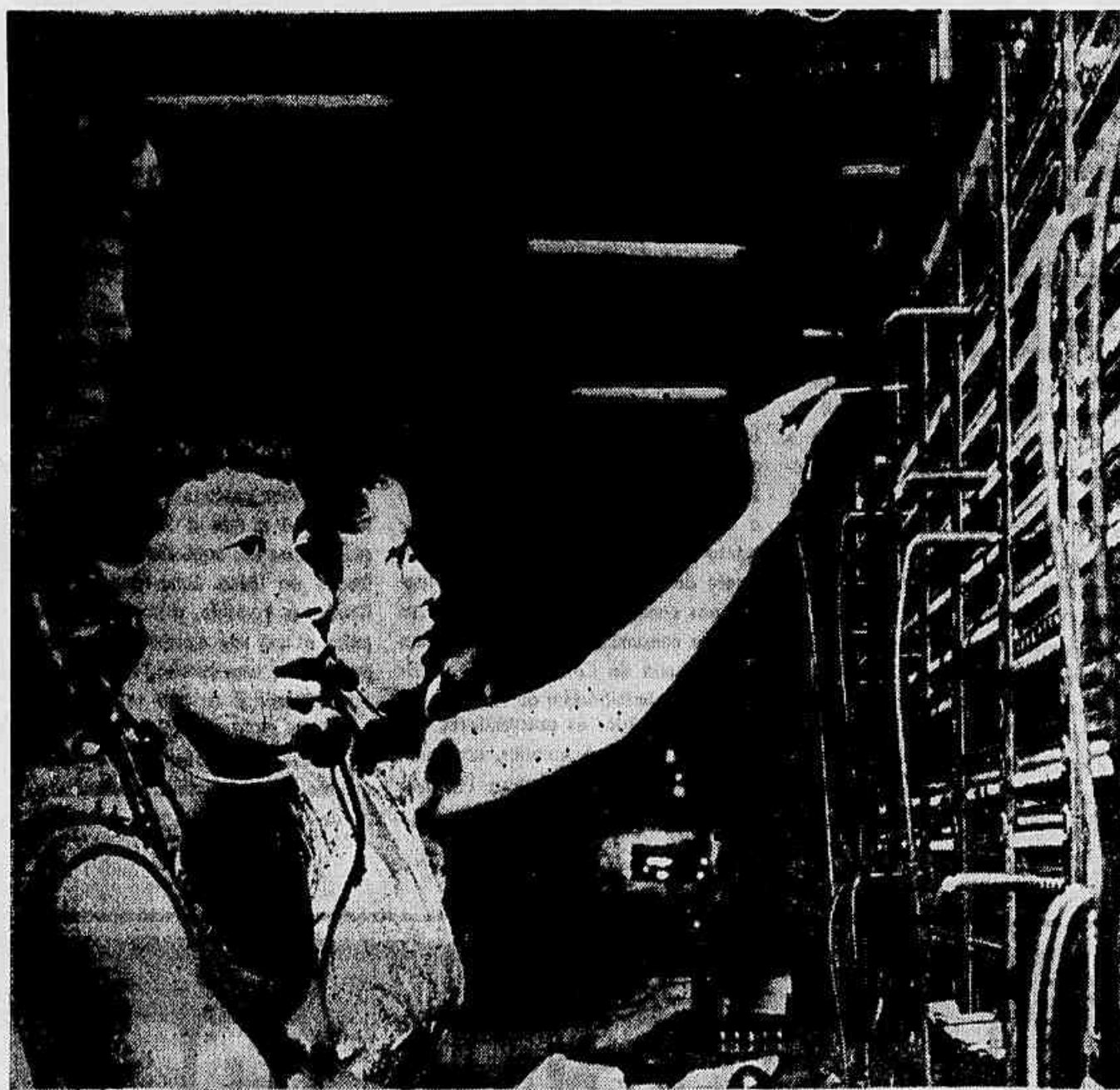
A formação e, depois, a separação da classe dos comerciantes, isto é, de pessoas que não se ocupavam com a produção, mas somente com a troca dos produtos, constituiu a terceira grande divisão social do trabalho. (As duas primeiras foram a separação das tribos pastorais das tribos agricultoras e a separação do artesanato da agricultura, como vimos anteriormente). Visando à obtenção de lucros, os comerciantes compravam nas mercadorias aos produtores, transportavam-nas aos mercados de venda, às vezes muito distantes do lugar onde eram produzidas, e as vendiam aos consumidores.

Uma das principais consequências dessa grande ampliação da troca foi a acentuação da desigualdade de bens dentro da sociedade. O dinheiro, o ganho de trabalho, os instrumentos de produção, as sementes, etc., concentravam-se em mãos dos ricos, enquanto os pobres, viam-se obrigados, cada vez mais, a solicitar empréstimos, geralmente em produtos, mas também em dinheiro. Os ricos faziam-lhes esses empréstimos e, quando os pobres não efetuavam o pagamento, eram reduzidos a uma situação de dependência, perdiam as terras, transformavam-se em escravos. Surgiu, então, a usura, que acentuou, ainda mais, a desigualdade de bens.

A terra começou a transformar-se em propriedade privada, era comprada e vendida, era tomada como pagamento de dívidas. Ocorria até a venda do devedor e dos seus filhos, pelo credor, para saldar dívidas. Os grandes proprietários rurais, valendo-se de sua força, simplesmente apoderavam-se de uma parte dos prados e das pastagens das comunidades camponesas.

A propriedade territorial, as riquezas em dinheiro e as massas de escravos concentravam-se nas mãos dos ricos senhores de escravos. A pequena economia camponesa arruinava-se cada vez mais. As atividades econômicas baseadas no trabalho escravo, ao contrário, estendiam-se a todos os ramos da produção. A base da existência da sociedade passou a ser o trabalho escravo. E a sociedade dividiu-se em duas classes antagonicas: a dos escravos e a dos senhores de escravos.

Estava iniciado, assim, um novo período na longa trajetória da humanidade: a sociedade de classes, que vem até o modo de produção capitalista e se encerra com o desaparecimento deste último, processo histórico já bastante adiantado.



Vítimas da telefônica

Além de serem exploradas pelo truete norte-americano, as telefonistas também são vítimas do mau funcionamento dos serviços da CTB. Constantemente solicitadas pelos assinantes, recebem ordens severas para dar uma explicação adrede preparada pela Cia., visando a encobrir as deficiências da empresa. Com a solução do problema, também elas lucrarão.



A Universidade Humboldt de Berlim Festeja o Seu 150º Aniversário

VASCO HELLER
Correspondente de NR na RDA

Berlim (Outubro) — Nos dias 6 a 18 de novembro próximo, terá lugar nesta cidade as comemorações que assinalarão o 150º aniversário da Universidade de Berlim. Simultaneamente serão realizadas festividades pelo transcurso do 250º aniversário do Hospital de Clínicas «Charité», pertencente à

Faculdade de Medicina da mesma Universidade.

A Universidade de Berlim foi fundada em 1810 em uma época de grande agitação popular em toda a Europa, quando se fazia sentir a reação contra o domínio de Napoleão e eram rompidas as algemas do absolutismo feudal. Durante os 150 anos de sua

existência, consolidou-se nela uma tradição de humanismo e progresso científico. Nos primeiros tempos, ocuparam as suas cátedras lentes como Alexandre e Wilhelm Humboldt, filósofos como Hegel, escritores como Jakob e Wilhelm Grimm, matemáticos como Savigny e Jacobi, físicos como Magnus, químicos como Klaproth. Mais tarde, outros professores de fama mundial, como Albert Einstein, Max von Laue, Otto Hahn, Werner Heisenberg e Max Born lecionaram na Universidade de Berlim.

Desde a sua fundação, 27 lentes receberam o Prêmio Nobel. Carlos Marx e Frederico Engels foram estudantes na Universidade de Berlim.

Na época do regime hitlerista, 234 membros do corpo docente e numerosos estudantes foram expulsos da Universidade pelos nazistas, ou assassinados.

Em 1946, a Universidade foi reaberta, ocasião em que recebeu o nome de «Universidade Humboldt», como resultado das transformações democráticas que então se realizavam em todas as regiões do território que é hoje a República Democrática Alemã. Imediatamente foram liquidados os privilégios no terreno do ensino e abertas as portas aos jovens vindos do seio da classe operária e dos camponeses fato inédito na história da Alemanha.

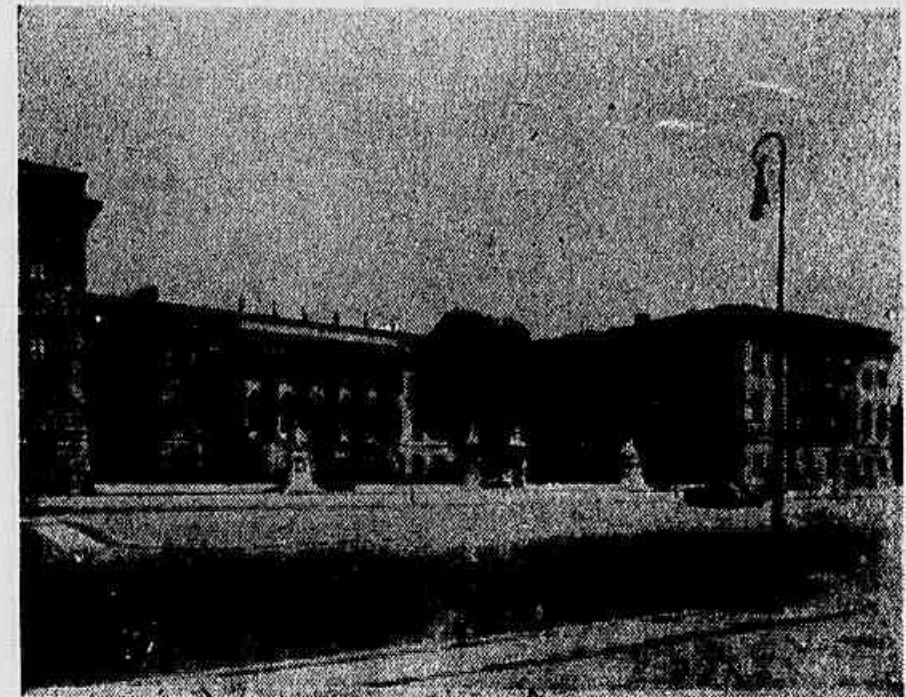
Universidade para o povo

A sociedade operária e camponesa, os estudantes progressistas de outros setores da população, vencendo todos os obstáculos e lutando contra a fome, o frio e a falta de livros, uniram-se na «Juventude Livre Alemã» (FDJ). Como trabalho inicial, foi necessário liquidar os restos ideológicos do regime de Hitler, as pretensões pan-germânicas e as idéias de discriminação racial, enfim toda a ideologia fascista e militarista que impedia o desenvolvimento progressista e democrático do novo Estado alemão.

Hoje a Universidade de Berlim é uma verdadeira escola popular de ensino superior, herdada das tradições do humanismo alemão e centro de cultura socialista que se opõe firmemente ao revanchismo que na Alemanha de Adenauer vem arregimentando grandes contingentes da juventude para novas aventuras guerreiras.

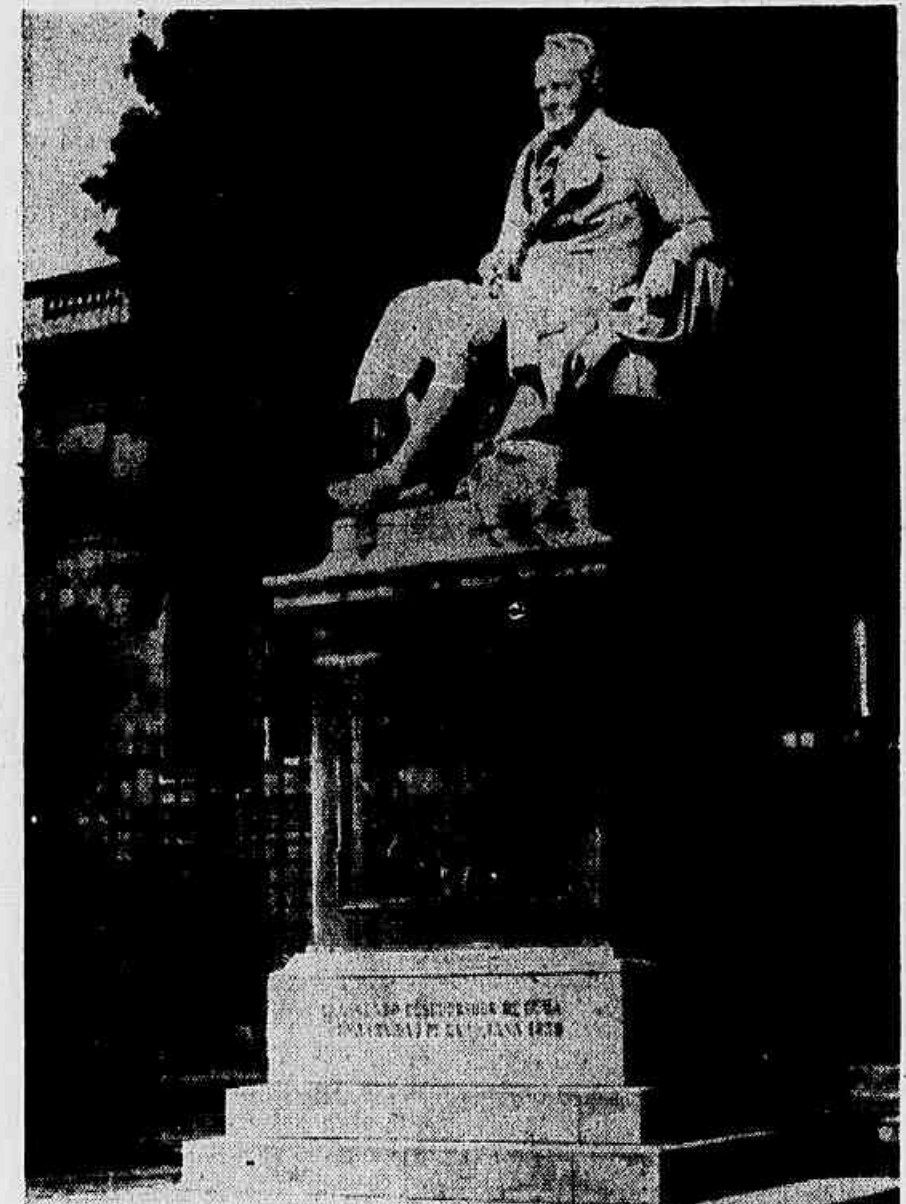
No âmbito das festividades do 150º aniversário da Universidade de Berlim serão realizadas mais de 60 reuniões e conferências científicas internacionais. Entre outras, uma conferência sobre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção na agricultura, um seminário internacional de estudantes sobre a solução pacífica do problema alemão e uma conferência sobre teórica e prática do ensino. Além disso, serão realizados simpósios sobre problemas filosóficos, de medicina e de biologia, sobre problemas da matemática e sobre o desenvolvimento científico em questões de saúde pública.

O «Seminário internacional para a solução pacífica do problema alemão», organizado pela FDJ, terá lugar nos dias 8 a 12 de novembro, em Berlim. Seu objetivo fundamental é o de chamar a atenção da opinião pública de todo o mundo sobre a situação existente na R. D. A. 15 anos após o término da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de ser assinado um Tratado de Paz com os dois Estados alemães hoje existentes. Do temário, constará o desejo de se conseguir a neutralização das forças militares da Alemanha Ocidental, que nos últimos 50 anos por duas vezes precipitaram os povos na miséria e nos sofrimentos de guerras mundiais. Igualmente será destacada o fato excepcional de existir pela primeira vez na história da humanidade um Estado alemão pacífico e democrático, a R. D. A., como parte do campo socialista, fato que possibilita impedir novas guerras na Europa e no mundo.



A nova fachada da Universidade Humboldt, defronte da Praça August Bebel, em Berlim. Há hoje, 10 mil estudantes em seus cursos, sendo 46% formados de moças. Operários e camponeses somam 5.311.

Esfôrço do socialismo



O monumento a Alexandre Humboldt, diante da Universidade, foi doado pela Universidade de Havana, que prestou assim sua homenagem ao ressurgimento da vida cultural na Alemanha livre e democrática.

De Cuba a Berlim

NOVA EDIÇÃO DE MACHADO DE ASSIS

“Memórias Póstumas de Brás Cubas”

ZDENEK HAMPEJS

Parece-nos justo assinalar aqui um fato, que consideramos de extraordinária importância na vida cultural brasileira: o aparecimento do primeiro tomo da edição crítica das obras do maior escritor brasileiro — J. M. de Machado de Assis. Numa festa solene foi lançada no dia 21 de junho do corrente uma das obras-primas do romancista, cronista e contista: as Memórias póstumas de Brás Cubas.

definitiva dos demais grandes vultos das letras brasileiras.

Para deixar bem patente com que carinho, dedicação e preparação filológico-literária foi organizado o primeiro volume publicado das obras de Machado de Assis, queremos assinalar, para terminar a presente notícia, que o livro contém, além de um prefácio, onde se se esclarecem as razões da referida publicação, bem como os critérios, nela observados, uma cronologia contendo os principais dados referentes à vida e às obras de Machado de Assis, uma parte bibliográfica, que registra as edições existentes da obra, suas traduções, bem como os estudos, que a seu respeito foram escritos, uma detalhada introdução crítico-filológica (pp. 45-102) e o texto do romance, com notas de pé de página, onde se registram variantes textuais. Cinco ilustrações completam o livro, que é exemplo bem vivo de como um trabalho de equipe e uma colaboração de filólogos e escritores podem produzir frutos de valor inestimável e que as futuras gerações de leitores de Machado de Assis e dos amigos da cultura brasileira não de valorizar como um acontecimento de primeira ordem na vida intelectual do país.

Se as forças e os recursos não falharem, teremos, dentro de alguns anos, o texto apurado e comentado, se não de todas, pelo menos das mais importantes obras do autor de Dom Casmurro. Todos os que conhecem o estado lamentável em que se encontram as edições dos clássicos brasileiros, cujo texto, a maioria das vezes escudado na revisão, amiúde sofreu várias emendas e «melhoramentos» por parte dos editores que visam lucro e não expansão da cultura, sabem apreciar o alcance da iniciativa da Academia Brasileira de Letras. Seria de desejar que, no futuro, uma vez finda a exigente tarefa da publicação das obras machadianas, a Comissão de Machado de Assis se tornasse um órgão permanente, que cuide da edição crítica e

CHINA
REVISTA ILUSTRADA

em cores
Uma festa para seus olhos em todas as bancas ou na
AGÊNCIA INTERCAMBIO CULTURAL
R. dos Estudantes, 84 — s/28
SAO PAULO

Número Avulso — Cr\$ 35,00
Assinatura anual — 650,00
Visite-nos!
Os pedidos de assinaturas devem ser acompanhados de cheque ou vale postal.

Uma oferta de qualidade!

Seja nosso representante na cidade onde reside. Assinaturas e venda avulsa de revistas soviéticas e chinesas. Venda de livros sobre economia, filosofia, política, história, educação, medicina, direito, psicologia, eletricidade, etc.

Interessa a AGÊNCIAS DE LIVROS E REVISTAS, REVENDEDORES, ESTUDANTES DE ESCOLAS SUPERIORES, etc.

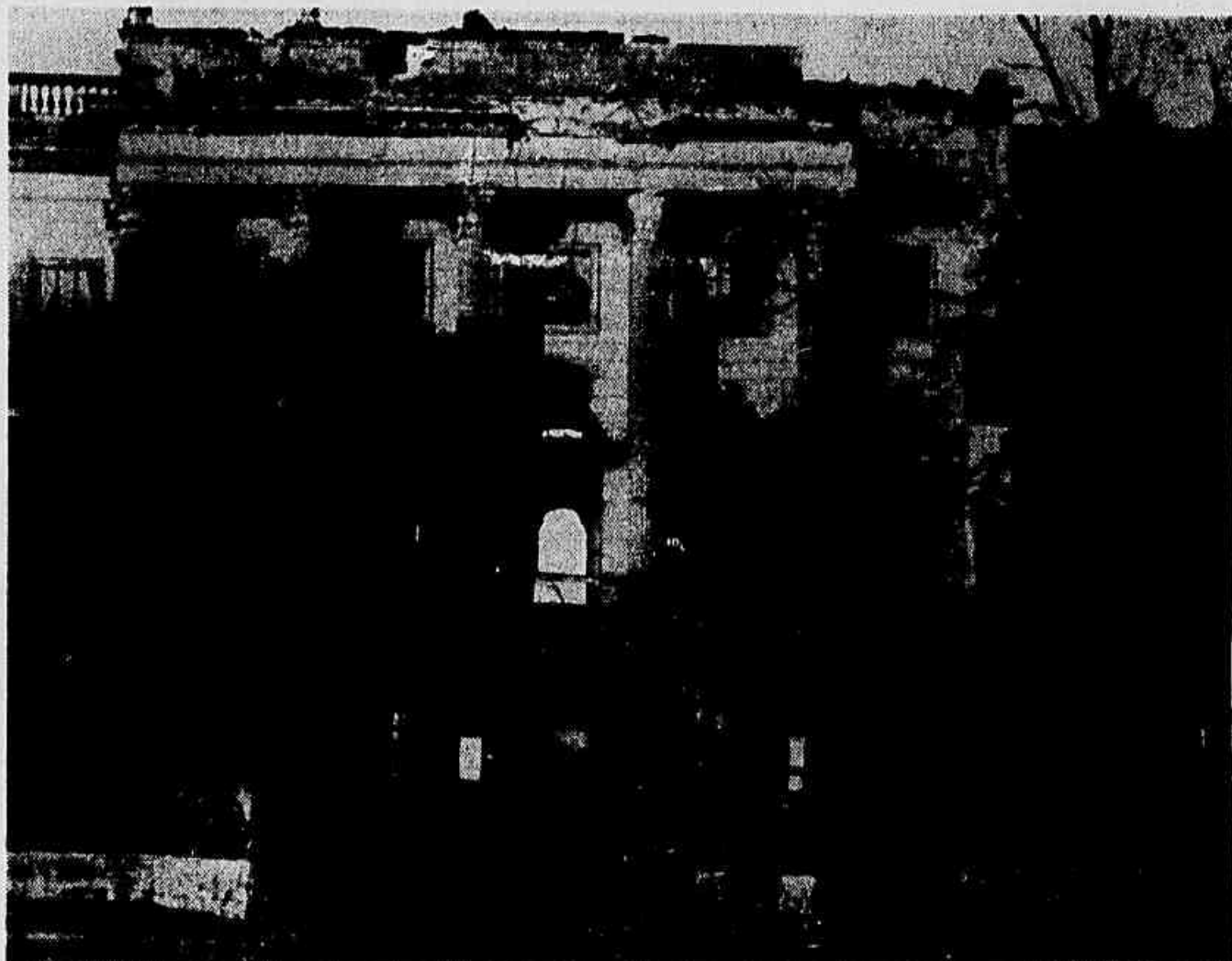
Escreva-nos, hoje. Comissões compensadoras.

Jurandir Guimarães
Agência Intercâmbio Cultural
Rua dos Estudantes, 84 - sala 28
Telefone: 37-4983 - São Paulo.



Prêmio a um homem íntegro

Paul Robeson, o famoso cantor e combatente pela paz norte-americano, recebe o título de doutor «honoris causa» pela Faculdade de Filosofia, por ocasião das solenidades que marcam o 11.º aniversário da RDA.



Foi a isto que ficou reduzido o prédio da Universidade de Berlim, na outrora orgulhosa «Unter den Linden» — escombros. A loucura nazista deixou lugares onde passou. Assim estava o edifício em 1945. O novo Estado o reconstruiu, e hoje ele serve como um grande e moderníssimo centro cultural da Alemanha Democrática.

Legado do nazismo

Vale o Desafio

NUNES MENDONÇA
Prof. de Pedagogia e Sociologia Educacional
do Instituto de Educação de Sergipe

Recebemos, com pedido de publicação, do professor e jornalista sergipiano Nunes Mendonça, o artigo abaixo:

No tocante à formulação de princípios assim na que diz respeito à política educacional, merece o projeto de Diretrizes e Bases a mais decidida repulsa de quantos se batem por uma educação cujos ideais emanam da filosofia da vida moderna: das tendências democráticas e dos valores emergentes de nossa civilização tecnológica; o mais enérgico protesto das que pelejam por um sistema escolar capaz de atender às exigências atuais do país e da sociedade brasileira.

Admitimos que o projeto contém aspectos positivos e vem ao encontro de necessidades sentidas pela Nação. Entretanto, de tal forma é condenável, em pontos essenciais, que se torna impraticável separar o joio do trigo, como já foi dito.

Cabe ao Senado, para salvaguardar o processo de formação da democracia no Brasil, repudiar os monstruosos atentados contidos no projeto contra os ideais democráticos da educação e contra a política educacional que nos convém, reparando a orientação mal-sã, inspirada em negações democráticas, da Câmara dos Deputados.

O meio fundamental de realizar, conservar e aperfeiçoar a vida democrática é, sem dúvida, formar cidadãos dentro num sentido de igualdade e fraternalismo, e tendo por alvo a respectiva distribuição, segundo os méritos de cada um, na hierarquia das ocupações.

É oportuna a advertência de Dewey: «Não basta fazer-se que a educação não seja usada alivamente como instrumento para facilitar a exploração de uma classe por outra. Devem assegurar-se as facilidades escolares com tal amplitude e eficácia que, de fato, e não em nome somente, se diminuam os efeitos das desigualdades econômicas e se outorgue a todos os cidadãos a igualdade de preparo para suas futuras carreiras. A realização deste objetivo exige não só que a administração pública proporcione facilidades para o estudo e complete os recursos da família, para que os jovens se habilitem a auferir proveito dessas faci-

lidades como também uma tal modificação das ideias tradicionais de cultura, matérias tradicionais de estudo e métodos tradicionais de ensino e disciplina, que se possam manter todos os jovens sob a influência educativa até estejam bem aparelhados para iniciar as suas próprias carreiras econômicas e sociais. Pode alargar-se que estas ideias serão de remota execução, mas o ideal democrático da educação será uma ilusão tão ridícula quanto trágica enquanto tais ideias não preponderarem mais e mais, em nosso sistema de educação pública.»

O projeto de Diretrizes e Bases abstul os caminhos já estreitos da democracia, subtraindo ao sistema público de educação, em benefício da escola de classe, as possibilidades de sustento, dilatação e aperfeiçoamento.

Os defensores dos princípios democráticos e progressivos da educação e da escola pública brasileira não negam os direitos da família, cuja invocação serve, indevidamente, de pretexto aos que, na verdade, pretendem estimular forças antidemocráticas, através do fortalecimento da escola privada: seletiva, discriminatória e segregadora, em detrimento do prestígio e da expansão da escola pública.

Todos sabemos que as transformações econômicas e sociais, que se têm operado no mundo, incapacitaram o lar para o pleno desempenho das tarefas educativas, cada vez mais complexas. Tornou-se necessário que o Estado viesse em auxílio da família, no exercício de uma função a que, legitimamente, tem direito e só por tolerância pode permitir seja também exercida por entidades particulares, dentro das normas que elabora e sob sua fiscalização.

O ideal — não descartamos — é que o lar, reconstruído, recupere toda a capacidade educativa, que a boa Gortudes eduque ela mesma os seus filhos.

Enquanto, porém, não se realiza a profecia do dulcíssimo Pestalozzi, devemos que o Estado cumpra o seu dever, através da escola pública, universal e gratuita, pois somente o Estado pode oferecer a todos, independentemente de situação social, econômica, étnica, religiosa ou ideológica, sem res-

trições e sem compressões, oportunidades e condições para o livre desenvolvimento de cada um, numa feliz experiência de vida democrática.

Bem sabem os nossos adversários de filosofia da educação que as famílias brasileiras (a maioria, podemos afirmar) preferem a escola pública, e dela não podem prescindir. Quando se arvoram eles em defensores dos direitos (inviolados) da família, visam apenas a ocultar os injustificáveis intuídos de robustecer odiosos privilégios, favorecer preconceitos, acentuar barreiras e usufruir vantagens, com o sacrifício dos direitos do povo e da integração da sociedade brasileira.

O que está em jogo — é preciso deixar bem claro — não são os direitos da família nem a liberdade de opção entre a escola pública e a privada, amplamente assegurados no país: são pretensões das chamadas «boas famílias» e interesses espúrios de comerciantes do ensino, ansiosos por maiores regalias, maiores assaltos ao erário público e até por influir na elaboração e na execução da política nacional de educação e na administração do próprio sistema escolar oficial.

O projeto de Diretrizes e Bases, como foi aprovado na Câmara dos Deputados, repugna ao espírito democrático e também à consciência cristã dos que concebem a Doutrina de Jesus como fraternidade, união fraternal de todos os homens, sem orgulho, sem prerrogativas, sem discriminações e sem preconceitos, com amor, liberdade e justiça, na busca do Reino de Deus, a que todos, indistintamente, têm direito.

Lutar contra o repelente projeto é dever sagrado dos educadores conscientes e dos democratas sinceros, eis que o mesmo constitui séria ameaça à educação e à própria democracia.

Se aos adeptos, entre nós, dos princípios filosóficos e da política educacional fixados no referido projeto não faltassem os indispensáveis requisitos para polemizar em defesa de suas opiniões, desafiá-las-ia, a todos, para um debate público. De qualquer forma, vale o repto. A fuga pelo silêncio será a glorificação, em nossa terra, da Democracia e da Escola Pública.

Declaração de Havana

Junto à imagem e à recordação de José Martí, em Cuba, território livre da América, o povo, no uso de seus poderes inalienáveis que derivam do exercício efetivo da soberania, expressa no sufrágio direto, universal e público, se constituiu em Assembléia Geral Nacional.

Em seu próprio nome e recolhendo o sentimento dos povos de Nossa América, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba:

Condena em todos os seus termos a chamada «Declaração de São José da Costa Rica», documento ditado pelo imperialismo norte-americano e atentatório à autodeterminação nacional, à soberania e à dignidade dos povos irmãos do Continente.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba condena enérgicamente a intervenção aberta e criminosa que durante mais de um século foi levada a cabo pelo imperialismo norte-americano contra todos os povos da América Latina, povos que mais de uma vez viram seu solo invadido no México, Nicarágua, Haiti, São Domingos ou Cuba; que perderam, diante da voracidade dos imperialistas ianques, extensas e ricas zonas como o Texas, centros estratégicos vitais como o Canal de Panamá, países inteiros como Porto Rico, convertido em território de ocupação; que, além disso, sofreram o tratamento humilhante imposto pelos fuzileiros navais, tanto contra nossas mulheres e filhas como contra os símbolos mais elevados da história pátria, como a efígie de José Martí.

Essa intervenção, baseada na superioridade militar, em tratados desiguais e na submissão miserável de governantes traidores, converteu ao longo de mais de cem anos Nossa América — a América que Bolívar, Hidalgo, Juárez, San Martín, O'Higgins, Sucre, Tiradentes e Martí quiseram livre — em zona de exploração, em retaguarda do império financeiro e político ianque, em reserva de votos para os organismos internacionais nos quais os países latino-americanos temos figurados como amarras do «Norte revoltoso e brutal que nos despreza».

A Assembléia Geral Nacional do Povo declara que a aceitação por parte de governos que assumem oficialmente a representação dos países da América Latina dessa intervenção continua e historicamente irrefutável trai os ideais de independência de seus povos, mancha sua soberania e impede a verdadeira

Republicamos a seguir, pela sua significação e importância, a Declaração de Havana. Como se sabe, esse documento foi aprovado em assembléia geral nacional do povo cubano, a que compareceu um milhão de pessoas! No discurso então pronunciado, Fidel Castro, depois de justificar a Declaração, dirigiu-se a todas as organizações revolucionárias e a todo homem revolucionário da América, a todos os sindicatos operários, às organizações estudantis, de intelectuais, de artistas, pedindo seu apoio ao documento.

É o seguinte o texto integral da Declaração:

solidariedade entre nossos países, o que obriga a esta Assembléia a repudiá-la em nome do povo de Cuba e expressando a esperança e a decisão dos povos latino-americanos e a afirmação libertária dos próceres imortais de Nossa América

A Assembléia Geral Nacional do Povo rechaça igualmente a tentativa de preservar a Doutrina Monroe, utilizada até agora, como previra José Martí, «para estender o domínio na América» dos imperialistas vorazes, para injetar melhor o veneno, também denunciado a tempo por José Martí, «o veneno dos empréstimos, dos canais, das estradas de ferro...» Por isso, diante do pan-americanismo hipocrita que consiste unicamente no predomínio dos monopólios ianques sobre os interesses de nossos povos e no manejo ianque dos governos ajoelhados diante de Washington, a Assembléia do Povo de Cuba proclama o latino-americanismo libertador que vibra em Martí e Benito Juárez. E, ao estender a amizade em relação ao povo norte-americano — o povo dos negros linchados, dos intelectuais perseguidos, dos operários forçados a aceitar a direção de gangsters — reafirma a vontade de marchar «com todo o mundo, e não com uma parte dele».

A Assembléia Geral Nacional do Povo declara que a ajuda espontaneamente oferecida pela União Soviética a Cuba, no caso de que nosso país fosse atacado por forças militares imperialistas, não poderá ser de modo algum considerada como ato de intromissão, e sim constitui um evidente ato de solidariedade e que esta ajuda, proporcionada a Cuba ante um ataque iminente do Pentágono ianque, honra tanto ao Governo da União Soviética que a oferece, como desonra o Governo dos Estados Unidos e suas covardes e criminosas agressões contra Cuba. Portanto, a Assembléia Geral do Povo declara perante a América e o mundo que aceita e agradece o apoio dos foguetes da União Soviética se seu território for invadido por forças militares dos Estados Unidos.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba nega categoricamente que tenha existido qualquer pretensão por parte da União Soviética ou da República Popular da China de «utilizar a posição econômica, política e social de Cuba... para quebrantar a unidade continental e pôr em perigo a unidade do hemisfério». Desde o primeiro até o último disparo, desde o primeiro até o último dos vinte mil mártires que custou a luta para derrubar a ditadura e conquistar o poder revolucionário, desde a primeira até a última lei revolucionária, desde o primeiro até o último ato da Revolução, o povo de Cuba agiu por livre e espontânea determinação sem que, portanto, se possa culpar a União Soviética ou a República Popular da China pela existência de uma Revolução que é a resposta cabal de Cuba aos crimes e às injustiças cometidos pelo imperialismo na América.

Pelo contrário, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba entende que a política de isolamento e hostilidade em relação à União Soviética e à República Popular da China preconizada pelo Governo dos Estados Unidos e imposta por este país aos governos da América Latina e a conduta belicista e agressiva do governo norte-americano e sua negativa sistemática ao ingresso da República Popular da China nas Nações Unidas, a despeito do fato de que ela representa a quase totalidade de um país de mais de seiscentos milhões de habitantes, põem em perigo a paz e a segurança do hemisfério e do mundo.

Portanto, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba ratifica sua política de amizade com todos os povos do mundo, reafirma seu propósito de estabelecer relações diplomáticas também com todos os países socialistas e a partir deste instante, no uso de sua vontade livre e soberana, expressa ao Governo da República Popular da China que resolve estabelecer relações diplomáticas entre os dois países e que, portanto, ficam rompidas as rela-

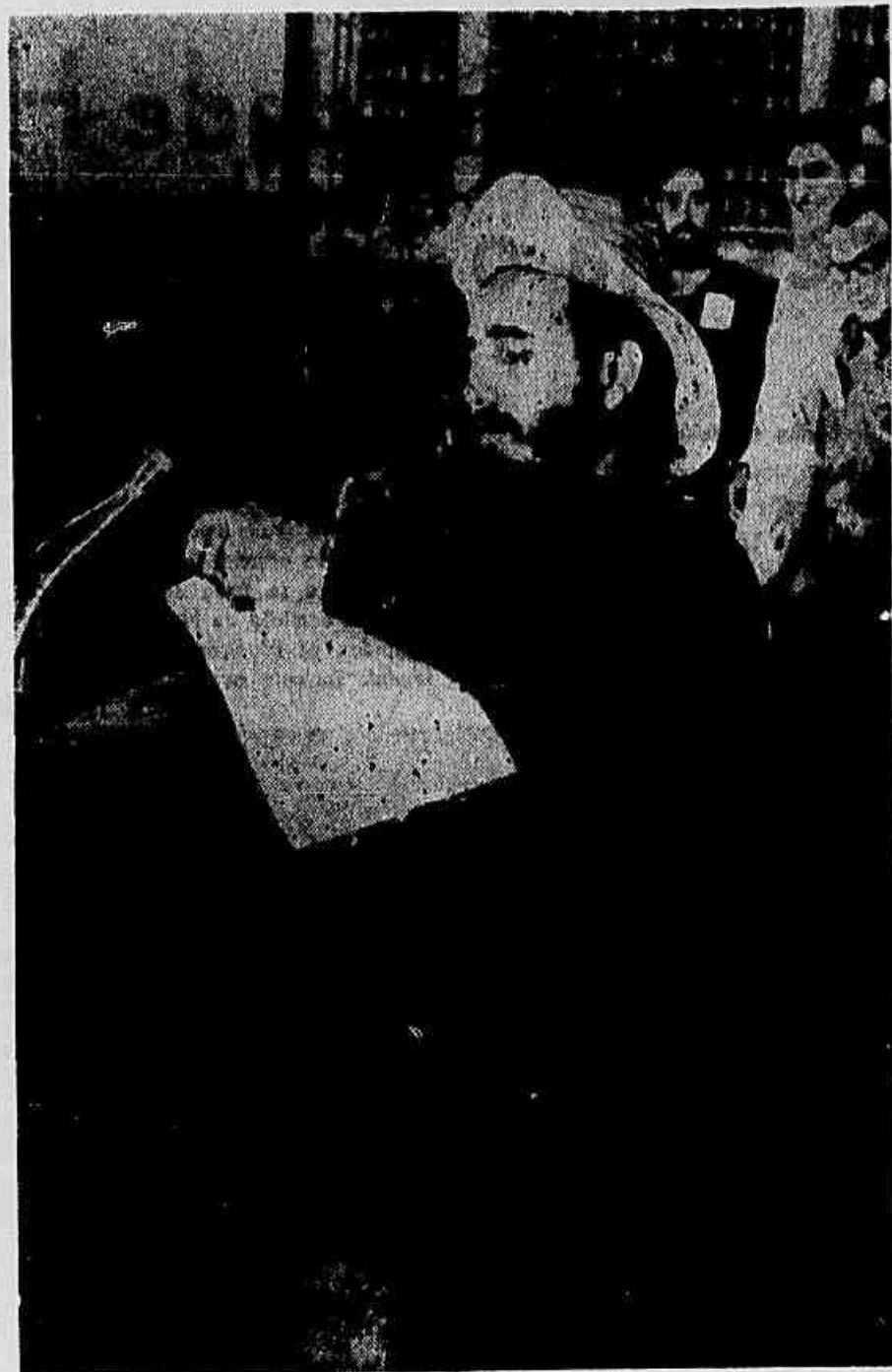
ções que até hoje Cuba tinha mantido com o regime títere que é mantido em Formosa pelos barcos da Sétima Esquadra ianque.

A Assembléia Geral Nacional do Povo reafirma — e está segura de fazê-lo como expressão de um critério comum aos povos da América Latina — que a democracia não é compatível com a oligarquia financeira, com a existência da discriminação do negro e dos desmandos da Ku-Klux-Klan, com a perseguição que privou de seus cargos cientistas como Oppenheimer, que impediu durante anos que o mundo ouvisse a voz maravilhosa de Paul Robeson, preso em seu próprio país, e que levou à morte, diante do protesto e do espanto do mundo inteiro e apesar do apelo de governantes de diversos países e do Papa Pio XII, o casal Rosenberg.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba expressa a convicção cubana de que a democracia não pode consistir somente no exercício de um voto eleitoral que quase sempre é fictício e está manobrado pelos latifundiários e políticos profissionais, e sim no direito dos cidadãos a decidir, como agora o faz esta Assembléia do Povo, seus próprios destinos. A democracia, ademais, somente existirá na América Latina quando os povos forem realmente livres de escolher, quando os humildes não estiverem reduzidos — pela fome, pela desigualdade social, o analfabetismo e os sistemas jurídicos — à mais ignominiosa impotência.

Por isso, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba:

Condena o latifúndio, fonte de miséria para o camponês e sistema de produção agrícola retrógrado e desumano; condena os salários de fome e a exploração iníqua do trabalho humano por interesses privilegiados e bastardos; condena o analfabetismo, a ausência de professores, de escolas, de médicos e de hospitais; a falta de proteção à velhice que impera nos países da América; condena a discriminação do negro e do índio; condena as oligarquias militares e políticas que mantêm nossos povos na miséria, impedem seu desenvolvimento democrático e o pleno exercício de sua soberania; condena as concessões dos recursos naturais de nossos países aos monopólios estrangeiros como política entreguista e traidora do interesse dos povos; condena os governos que desprezam os sentimentos dos seus povos



Fidel rasga

Expressando a vontade e o pensamento de todos os povos latino-americanos, Fidel, líder cubano, rasga perante o povo reunido em Assembléia Geral Nacional, o texto da «Declaração de Costa Rica».

para acatar as imposições de Washington; condena o embuste sistemático aos povos pelos órgãos de divulgação que respondem aos interesses das oligarquias e à política do imperialismo opressor; condena o monopólio das notícias pelas agências ianques, instrumentos dos trustes norte-americanos e agentes de Washington; condena as leis repressivas que impedem os operários, os camponeses, os estudantes e os intelectuais, a grande maioria em todos os países, a se organizar e lutar por suas reivindicações sociais e patrióticas; condena os monopólios e empresas imperialistas que saqueiam continuamente nossas riquezas, exploram nossos operários e camponeses, sugam e mantêm em atraso nossas economias e submetem a política da América Latina a seus desígnios e interesses.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba condena, enfim, a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro imperialista.

Por conseguinte, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba proclama perante a América:

O direito dos camponeses à terra; o direito do operário ao fruto de seu trabalho; o direito das crianças à educação; o direito dos enfermos à assistência médica e hospitalar; o direito dos jovens ao trabalho; o direito dos estudantes ao ensino livre, experimental e científico; o direito dos negros e dos índios «à dignidade plena do homem»; o direito da mulher à igualdade civil, social e política; o direito do ancião à velhice tranquila; o direito dos intelectuais, artistas e cientistas a lutar, com suas obras, por um mundo melhor; o direito dos Estados à nacionalização dos monopólios imperialistas, resgatando assim as riquezas e os recursos nacionais; o direito dos países ao livre comércio com todos os povos do mundo; o direito das nações à sua plena soberania; o direito dos povos a converter suas fortalezas militares em escolas, e a armar seus operários, seus camponeses, seus estudantes, seus intelectuais, o negro, o índio, a mulher, o jovem, o ancião, todos os oprimidos e explorados, para que defendam, por si mesmos, seus direitos e seus destinos.

A esta voz irmã, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba responde: Presente! Cuba não faltará. Aqui está Cuba hoje para ratificar, diante da América Latina e diante do mundo, como um compromisso histórico sua alternativa irrenunciável: Pátria ou Morte.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba resolve que esta declaração seja conhecida com o nome de «Declaração de Havana».

a lutar por sua libertação; o dever de cada povo à solidariedade com todos os povos oprimidos, colonizados, explorados ou agredidos, seja qual for o lugar do mundo em que se encontrem e a distância geográfica que os separe. Todos os povos do mundo são irmãos!

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba reafirma sua fé em que a América Latina marchará em breve, unida e vitoriosa, livre das amarras que convertem sua economia em riqueza alienada ao imperialismo norte-americano e que a impedem de fazer ouvir sua verdadeira voz nas reuniões em que chanceleres domesticados fazem coro infamante ao amo despótico. Ratifica, por isso, sua decisão de trabalhar pelo destino comum latino-americano que permitirá a nossos países edificar uma solidariedade verdadeira, assentada na livre vontade de cada um deles nas aspirações conjuntas de todos. Na luta por essa América Latina libertada, diante das vozes obedientes dos que usurpam sua representação oficial, surge agora, com potência invencível, a voz genuína dos povos, voz que abre passagem desde as entranhas de suas minas de carvão e de estanho, desde suas fábricas e centrais açucareiras, desde suas terras enfeudadas onde rotos, chochos, jibaros, herdeiros de Zapata e de Sandino, empunham as armas de sua liberdade, voz que ressoa em seus poetas e em seus novelistas, em seus estudantes, em suas mulheres e em suas crianças, em seus anciãos.

A esta voz irmã, a Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba responde:

Presente! Cuba não faltará. Aqui está Cuba hoje para ratificar, diante da América Latina e diante do mundo, como um compromisso histórico sua alternativa irrenunciável: Pátria ou Morte.

A Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba resolve que esta declaração seja conhecida com o nome de «Declaração de Havana».

CUBA

Havana, território livre da América, 2 de setembro de 1960.



Centenas de milhares de cubanos, operários, camponeses, estudantes, intelectuais, homens e mulheres, jovens e anciãos, vindos dos mais distantes lugarejos da ilha, reuniram-se na cidade de Havana, capital do território livre da América, em Assembléia Geral Nacional do Povo de Cuba, durante a qual, sob a direção de seu grande líder, Fidel Castro, aprovaram uma declaração de princípio na qual estão sintetizadas as mais profundas aspirações de independência, autodeterminação e bem-estar dos povos da América Latina. Na foto, aspecto da grandiosa manifestação.

Donos de seu destino

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira

Editorial Vitória

THOREZ RESPONDE AO "MANIFESTO DOS 121"

Insubmissão só Não Resolve é Preciso Unir Todo o Povo

Nos últimos dias, apareceram na imprensa brasileira «notícias», editoriais e comentários assinados acusando o Partido Comunista Francês que, segundo se dizia, preferia ficar ao lado de De Gaulle na questão argelina. Em particular, afirmou-se que o PCF condenara, por «oportunismo», o «manifesto dos 121», que incentiva à deserção dos soldados franceses. Nem uma palavra, entretanto, sobre o fato de que é exatamente o PCF que tem defendido com mais firmeza os signatários do manifesto contra a perseguição policial promovida por De Gaulle. Nem uma palavra também sobre outro fato significativo: desde o início da guerra colonial contra a Argélia, em 1954, o PCF foi o único partido político francês e, mesmo, a única organização francesa que defendeu constantemente e vigorosamente a causa da autodeterminação argelina e o término da guerra colonial. Através de sua imprensa, pela convocação de milhares de greves e manifestações populares, coleta de assinaturas, etc., o PCF jamais deixou de mobilizar e esclarecer a classe operária e o povo francês sobre o verdadeiro caráter da guerra e dos que a realizam, não se contentando com meras questões de consciência. A guerra da Argélia, de fato, não é uma questão de consciência e sim uma questão colonial e exige a formação de uma ampla frente única para derrotar os interesses econômicos e políticos que a defendem. NOVOS RUMOS publica hoje as partes fundamentais do informe de Maurice Thorez sobre a questão argelina, que foi deturpado pela imprensa brasileira.

«Depois de seis anos, a guerra da Argélia pesa cada vez mais fortemente sobre os destinos de nosso país. Porque não quiseram, ou não souberam dar a única solução que se impunha, o direito do povo argelino de dispor de seu destino e inclusive a independência, os governos que se seguiram depois de 1954 empreenderam e levaram avante uma guerra injusta e cruel que custou o sangue e as lágrimas do povo argelino e do povo francês, que acumulou as ruínas sobre a terra queimada da Argélia e que favoreceu na França as manobras do fascismo, levou à liquidação de fato do regime parlamentar, à negação das liberdades elementares, à instauração de um sistema de poder pessoal, a um domínio reforçado dos monopólios sobre todos os órgãos do Estado.

O regime presidencial tropeçou com os mesmos problemas. E a Argélia permanece no primeiro plano das preocupações gerais.

A amplitude do descontentamento em relação à política aplicada na Argélia

O descontentamento em relação à política aplicada na Argélia assumiu atualmente uma tal amplitude que o poder degaullista encontra sérias dificuldades em prosseguir a guerra.

O descontentamento é a consequência da decepção amplamente difundida no país, em que numerosas camadas tinham participado em 1958 da ilusão de ver o novo chefe do Estado pacificar a Argélia, e que em seguida esperaram o rápido fim das hostilidades depois de sua declaração de setembro de 1959 reconhecendo o direito do povo argelino à autodeterminação.

A 1ª de fevereiro passado, doze milhões de trabalhadores manifestaram por meio de uma greve de uma hora, sua vontade de que este direito fosse lealmente aplicado. Entretanto, o presidente da República deu imediatamente um passo atrás. Mas, sob a pressão do movimento de massa, foram estabelecidas conversações em Melun. Elas fizeram renascer a esperança, e a decepção foi ainda mais viva depois de seu fracasso, provocado pelo governo francês. O discurso presidencial de 5 de setembro aumentou ainda mais o descontentamento e avisou o desejo de paz em milhões de franceses.

Ao que era ainda mais uma vez o essencial, a esta pressão da opinião popular contra a guerra da Argélia, acrescentaram-se outros motivos de descontentamento, mais ou menos relacionados a esta guerra: despesas militares e pesados impostos que agravavam a economia do país e recaíam sobre

as massas trabalhadoras, queda do poder aquisitivo dos salários, dos preços agrícolas, anúncio do recrutamento aos 18 anos, repressão acentuada contra todos os partidários da paz, política exterior aventureira e criação da famosa «força de repressão» atômica, bases concedidas em nosso solo à nova Wer-macht.

O descontentamento, a inquietação das massas, as dificuldades governamentais, isto é o que a imprensa chama de o mau-estar. A máquina já não funciona bem.

O povo, a ação das massas podem derrotar os ultras e a ameaça fascista

O próprio general De Gaulle, em sua última visita a Dauphiné e a Savoie, concordou que há dificuldades do poder, recordando, com a lembrança dos acontecimentos de maio de 1958, a ameaça da guerra civil, e falando dos dias que lhe estariam contados. Não se pode deixar de prestar atenção a esta evocação da guerra civil; mas a situação não é mais a mesma de maio de 1958: o povo, a ação das massas podem derrotar a atividade dos ultras e a ameaça fascista, desde que estejam vigilantes, desde que respondam a toda agressão, como se fez em Toulouse, desde que, sobretudo, não se deixem afastar da conquista paciente, encarniçada, sistemática das amplas massas populares para combater o fascismo, para obter a paz.

A base da aspiração popular à paz na Argélia, multiplicam-se as tomadas de posição. Depois da SFIO, o partido radical e o MRP que se juntam, está escrito com todas as letras em «Le Monde» de 11 do corrente, ao Partido Comunista e à maioria das organizações operárias e democráticas na exigência da negociação com a FLN visando cessar fogo, uma negociação que tratará ao mesmo tempo das condições e das garantias da autodeterminação.

Nós sinceramente nos alegramos com estas tomadas de posição, que assinalam a amplitude do movimento de massas. Não podemos deixar de ver, ao mesmo tempo, que estes partidos, dos quais um deles, o MRP, ainda é governamental, se preocupam sobretudo em canalizar o descontentamento das massas e impedir toda ação efetiva contra a guerra.

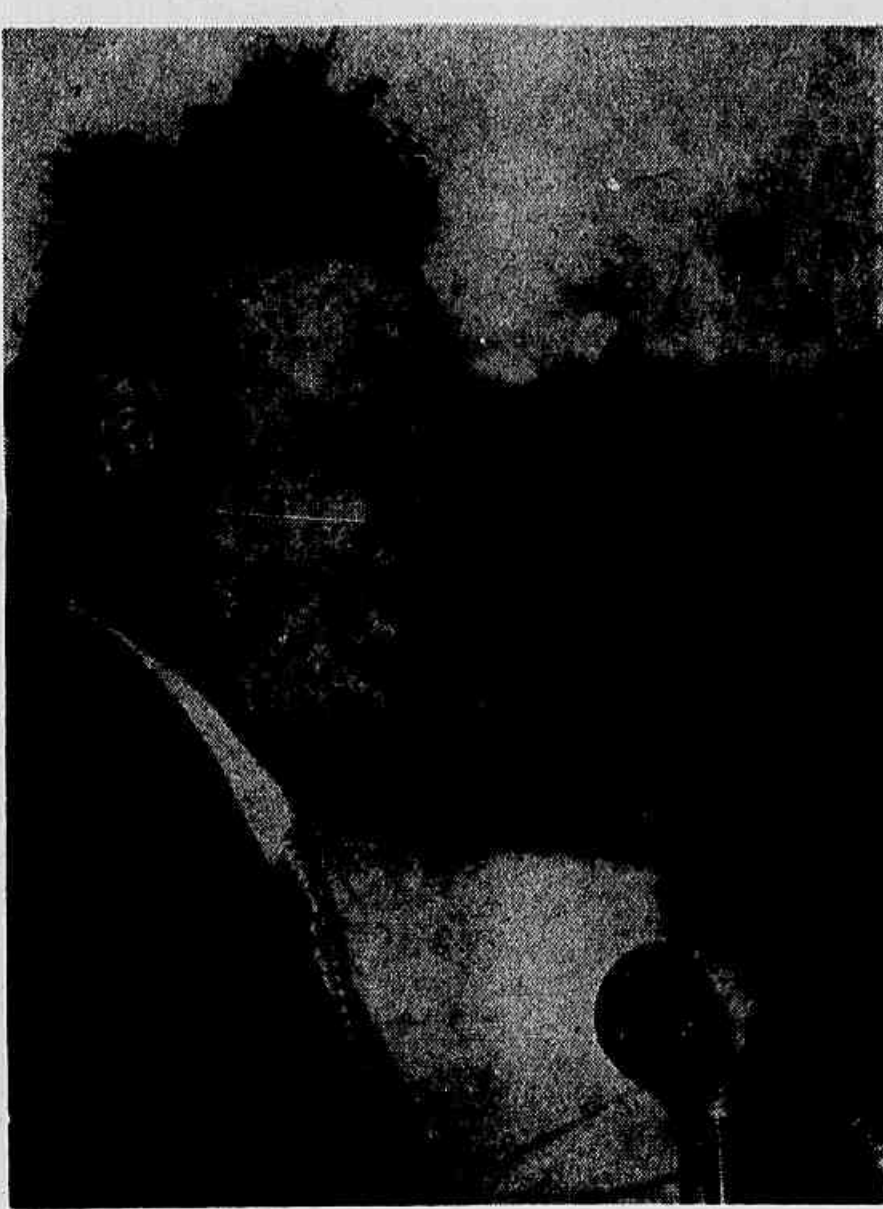
Eles sempre se opõem, como antes de 13 de maio, à luta comum dos trabalhadores e dos democratas de qualquer tendência. Eles sonham com uma nova terceira força, que Guy Mollet preconizou abertamente. Se tais tentativas são destinadas a fracassar, elas podem, não obstante, desorientar as massas, sempre existe o terreno para as manobras deste tipo.

Frustrar as manobras por meio da união e da ação comum

É preciso dizer que todas as manobras contra o movimento das massas seriam mais facilmente frustradas se as forças já empenhadas na luta pela paz buscassem a se entender, realizassem sua união por meio de uma ação comum, e se certas iniciativas não tivessem sobretudo como resultado restringir o movimento de massas, se desaparecesse entre todos os nossos companheiros virtuais, como disseram aqui muitos camaradas, este anticomunismo doentio que leva a atitudes prejudiciais para a causa da paz, em particular à recusa da união.

O que é preciso, precisamente, para garantir a vitória das forças da paz, é a união. Quando o movimento de massas é abalado, torna-se tão forte para algumas pessoas o temor de que ele vá muito longe e de que nosso Partido exerça uma influência cada vez maior, que elas perdem de vista o perigo reacionário e fascista.

Alguns falam da importância da esquerda. Já tive ocasião de responder a isto em Choisy. Estes esquecem que é a divisão, de que o partido socialista, sua direção é essencialmente o culpado, que permitiu em grande medida o prosseguimento da guerra da Argélia. E agora estes homens insistem, apesar da experiência nefasta de 1958, em sua recusa de estabelecer um acordo entre os partidários do NÃO, recusa que teve como consequência o



Thorez contra Sartre

fato de que nenhuma perspectiva foi oferecida à classe operária, às forças democráticas; assim, levou-se água ao moinho do degaullismo.

As atitudes contrárias à unidade continuam por exemplo em Mendès-France, que escreveu na semana passada no «l'Express»: «Os antigos partidos estão precisamente desacreditados, mas outras organizações, sobretudo os sindicatos, devem tomar a palavra».

Encontramos aqui a campanha sistemática de descrédito contra os partidos, baseada sobre o tema de sua impotência. Ela se junta à campanha degaullista sobre o mesmo tema, que procura fazer crer que hoje como ontem nada mais há a fazer com os partidos.

Contudo, todo mundo compreende de que, sob a fórmula global de descrédito dos antigos partidos, é o nosso que é antes de tudo visado. Visa-se o Partido Comunista porque ele é a única força que luta e que é capaz de, juntamente com as outras organizações operárias e democráticas, organizar a luta da classe operária.

Não é que nós tenhamos objeções a fazer contra o papel que podem e devem desempenhar os sindicatos: saudaremos sua frente comum se ela sempre se realizar como em fevereiro e junho passados. Esta frente comum será um dos mais preciosos elementos de uma ampla união de todas as forças democráticas e, mais ainda, de todas as forças populares.

Mas no que diz respeito aos partidos, nós somos tentados a responder a Mendès-France: «Fale por você, fale por seu antigo partido radical. Fale por você, que era chefe do governo, sob o qual teve início a guerra da Argélia e que teve em 1958 uma atitude que não favoreceu de modo algum a união das forças operárias e democráticas. Fale por você, que permitiu, depois do fracasso da CED, com os Acordos de Paris, o rearmamento da Alemanha Ocidental revanchista».

Porque, enfim, se o descontentamento popular é grande, se muitas pessoas se pronunciam hoje contra a guerra depois de a ter dirigido ou sustentado, ou depois de se ter calado durante muito tempo é exatamente porque a classe operária, à qual sempre se reprova sua apatia, não deixou de agir.

E a classe operária protestou e lutou durante seis anos porque nosso Partido jamais deixou um só instante de lhe mostrar o caminho e de contribuir para a organização de suas lutas.

Maurice Thorez, secretário geral do Partido Comunista Francês, apresentou no dia 18 de outubro, perante o Comitê Central do PCF, a posição dos comunistas sobre o problema argelino.

Não é verdade que o proletariado tenha permanecido passivo diante do drama

Não é verdade que o proletariado tenha permanecido, a qualquer momento que seja, passivo diante do drama. Há anos que luta sob as mais diversas formas. Waldeck Rochet o recordou com veemência. Teriam sido certamente obtidos resultados mais importantes se nossos críticos de hoje se tivessem associado a nosso esforço.

Quando o general De Gaulle chegou ao poder, face ao assalto da reação, só os comunistas, enquanto Partido, deram prova de lucidez e de firmeza. A desordem e a confusão que envolveram todas as outras formações políticas ditas de esquerda não nos atingiram. Nosso Partido manteve com tenacidade uma posição inamovível sobre o problema argelino.

Nosso Partido prosseguiu sem interrupção sua luta pelas negociações

Agora, todo mundo vê as dificuldades do governo; mesmo Guy Mollet as percebe. Ele chegou até a renunciar à esperança de que De Gaulle possa resolver a questão da Argélia. Nós, desde 4 de outubro de 1958, quando havia 80% de SIM, dizíamos: «Todas as contradições dos SIM foram assinaladas. E com razão. Porque, mesmo se há entre eles elementos comuns, existem numerosas contradições. E estas contradições se manifestarão: elas se manifestarão sobre a Argélia».

Nós acrescentamos: «Eles se manifestarão no plano econômico e social; elas se manifestarão no plano da política exterior, apesar das frases sobre a independência e sobre a grandeza da França. E' portanto verdade que as ilusões se dissiparão, mas não sem esforço de nossa parte. Elas só se dissiparão, se o Partido intervir, se o Partido agir, se o Partido esclarecer as massas por meio de uma política de explicações ativa e paciente.

«Dai a necessidade de uma linha firme. Dai também a unidade indispensável das fileiras do Partido, para a batalha que será travada em todas as frentes: ideológica, política e de organização».

Muito bem! Para um Partido que se pretende desacreditado nós não enxergamos tão mal, mesmo no período mais difícil. O Partido, portanto, prosseguiu sua luta pelas negociações sem interrupção e isto, repito, numa época

em que muitos guardavam silêncio e esperavam.

Uma tal atitude do Partido Comunista desempenhou, como desde o início, desde 1954, um papel decisivo no desenvolvimento do movimento de massas contra a guerra. Ela esteve na origem da jornada de 17 de outubro de 1957, dos comícios, petições e greves que marcaram o mês de dezembro deste mesmo ano até e reunido na sala Pleyel em março de 1958, da quinzena de ação de junho de 1959 até a manifestação de 20.000 jovens em Gennevilliers em novembro. Cada mês, cada dia, cada hora, nós lutamos para unir as massas e para mobilizá-las.

Os êxitos da CGT em todas as últimas eleições de empresa — sobre as quais, diga-se de passagem, a imprensa objetiva silenciou, enquanto que publicava com grandes títulos nos momentos difíceis cada recuo momentâneo da CGT — estes êxitos não estão desligados do esforço realizado pela grande organização sindical em que trabalham os militantes comunistas.

Deste modo, os protestos contra a guerra que se multiplicam nestes últimos tempos em diversos meios sociais, as novas tomadas de posição não surgem num solo virgem. Elas brotam sobre um terreno preparado pela ação corajosa da classe operária durante anos, essencialmente sob a orientação de nosso Partido.

Hoje assim como ontem, as iniciativas que vêm ao encontro de nosso esforço recebem um vivo apoio das massas. Ainda mais uma vez, nossos palavras-de-ordem são tão justas que as massas as atendem.

E' o caso do apelo da Juventude Comunista à luta contra o recrutamento aos 18 anos e contra o envio do contingente à Argélia. Logo que essas idéias foram lançadas os jovens as apreenderam, as fizeram suas em vigorosas manifestações de rua como em Ivry e Aubervilliers, em imponentes comícios como o de Grenoble.

As justas posições dos comunistas e as iniciativas dispersas

À medida que cresce o movimento, fundem-se as iniciativas dispersas. Todas estas manobras são o reflexo e a consequência do grande movimento de massas, mesmo quando seus autores se creem ou se dizem a origem do movimento. Certos participantes recentes da ação obedecem a um desejo legítimo de conseguir uma participação na direção da luta. Quanto a nós, não visamos, já se disse, a nenhum monopólio, nós nos colocamos num ponto de vista mais elevado. Há também tentativas deliberadas de desorientar e de desorganizar o movimento.

Já tive ocasião de dizer o que o nosso Partido pensa de empreendimentos como o da rede Jeanson, de atitudes como a de Jean-Paul Sartre. Ao mesmo tempo em que protestamos resolutamente contra a violenta repressão descarregada contra os adversários da guerra, nós jamais nos afastamos de nossas próprias posições, confirmadas pelo XV Congresso e baseadas ao mesmo tempo no internacionalismo proletário e na defesa do interesse nacional, que é inseparável dele.

Sartre e outros afirmam que a única posição justa na luta contra a guerra da Argélia é colocar-se pura e simplesmente à disposição da FLN. Se devemos sustentar e sustentamos efetivamente a luta do povo argelino, dirigida pela FLN e pelo GPRA, por homens que respeitamos, não temos que calcar nossa política e as formas de nossa ação sobre as do FLN.

Nós mostramos igualmente às massas como eram erradas as posições expressas no apelo dos 121. Não voltarei aos detalhes, a insubmissão jamais foi a palavra-de-ordem do movimento operário organizado.

Sempre professamos, com Lenin, que os soldados comunistas devem partir para todas as guerras, mesmo reacionárias, e fazer seu trabalho no exército. E só pode causar espanto que alguns intelectuais membros do Partido tenham colocado sua assinatura sob um texto de inspiração tão contrária à doutrina comunista.

A base das posições justas que assumimos, outros se reúnem a nós. Registramos como um fato significativo a

atitude tomada pela direção do Partido Socialista Unificado que declara: «Nós não somos pela insubmissão e a deserção, somos pelo trabalho no exército e a ação de massa em suas fileiras».

O importante é o movimento das massas em desenvolvimento

Dito isto, é preciso que se diga que as propostas de união e de ação feitas por outros partidos ou grupos não serão mal recebidas por nós.

No essencial, devemos dizer à União Nacional dos Estudantes Franceses, como a qualquer outra organização, se for o caso: «Estamos sempre dispostos a participar em uma ação real como toda a nossa história o mostra. Consideramos, todavia, que, levando em conta nossas responsabilidades, não se pode exigir que sejamos simples executantes de uma ação decidida por outros. Acreditamos que a ação que deve ser realizada em conjunto deve também ser determinada em conjunto e que, em conjunto, devem ser definidos o caráter, as palavras-de-ordem e as formas desta ação».

Considero que não se deve permitir que os acontecimentos sejam conduzidos no sentido da aventura, que se deve orientar o movimento de modo a que ele possa se desenvolver com amplitude cada vez maior, e não se reduza.

Fazer com que convirjam todas as ações de todas as camadas sociais hostis à guerra e ao regime

Gostaria de dizer algumas palavras a propósito da idéia de que o conteúdo, o fundo da política atual seria a batalha entre a direita e a esquerda.

Desde 1947, na sessão de outubro do Comitê Central, mostrávamos que a questão não mais se colocava nestes termos. Dizíamos então: «Trata-se de agrupar todos os franceses que têm consciência dos perigos que ameaçam, com a República, a independência econômica e política da França». Assim, nossa palavra-de-ordem já era a de união de todas as forças democráticas e nacionais.

E' verdade que, contra a idéia e a prática da união ampla, do acordo entre as camadas sociais e as tendências políticas diversas sempre se fez sentir uma oposição.

Há vinte e cinco anos, quando lançamos a idéia da frente popular, da aliança entre a classe operária e as classes médias, chocamos-nos com a resistência do Partido Socialista. E' claro, aqueles mesmos que nos acusavam de moderação quando da elaboração do programa comum, iriam nos criticar em seguida por nossa intransigência, porque nós exigiámos sua aplicação integral.

A mesma oposição se manifestou quando entendemos a mão aos trabalhadores cristãos, quando lhes propomos lutar juntos no interesse da classe operária e do país.

Nossa política consiste em aproximar as camadas sociais diversas, em realizar a mais ampla união das massas contra a guerra, contra o poder pessoal, contra o jogo dos monopólios. Para que a classe operária obtenha êxito nisto, é necessário que ela apareça e seja forte, e, por conseguinte, unida.

Assim, voltamos à idéia da convergência e à necessidade de estar presente e de agir em cada movimento particular, reivindicativo ou geral, e, acima de tudo, de continuar a ter a maior participação na luta pela paz na Argélia.

Medir a cada passo, com a maior exatidão possível, a temperatura das massas, sem superestimá-la, o que nos afastaria delas e nos faria cair na gesticulação, mas também sem subestimá-la, o que nos faria hesitar ou demorar em tomar iniciativas necessárias e daria campo aberto aos elementos irresponsáveis e esquerdistas.

Esta fórmula foi empregada e é justa: nem além, nem aquém das possibilidades exatamente avaliadas. E assim trabalharemos eficazmente para a mobilização das massas, a convergência de todas as ações de todas as camadas sociais hostis à guerra na Argélia e ao regime pessoal.

VERÃO CARIOCA MUITO CALOR E POUCA ÁGUA



**Copacabana
pernas de fora**

Em Copacabana o problema do calor não assusta tanto, pois os seus habitantes há muito que adotaram a moda do "maillot", do "short", bermuda, etc. Até para fazer compras



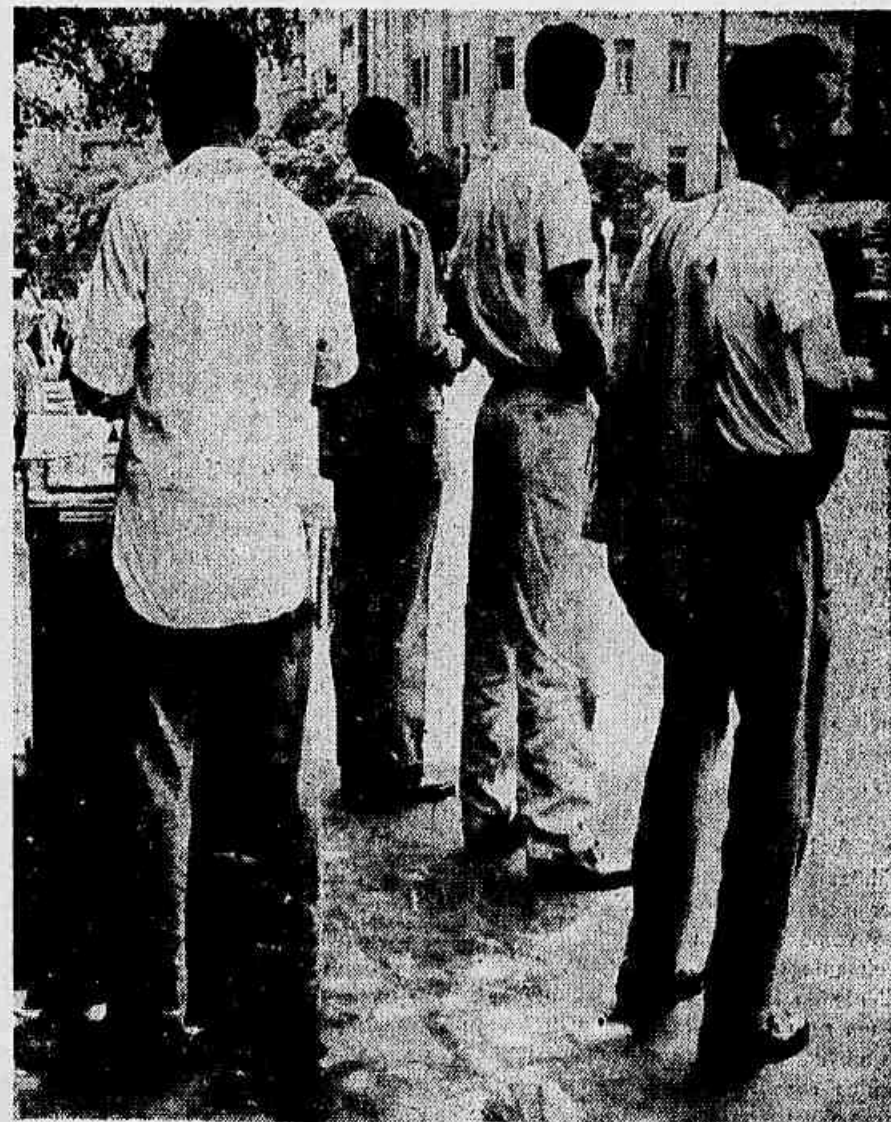
**Quem não tem
cachorro...**

O Rio de Janeiro é uma cidade quente. Em compensação, não há água nas torneiras nem nos chuveiros. E, enquanto não chove, o jeito é ir tomando banho de piscina. Piscina é coisa fácil de encontrar na cidade. É só saber por onde passam os encanamentos, que lá se encontram os vazamentos. Para provar que não faltamos com a verdade, aí está a foto, obtida no momento em que os moradores de um dos conjuntos residenciais de nossos subúrbios vestiram os calções e foram dar seu mergulho, depois de abrir os chuveiros nos apartamentos e ficarem no ora veja...



**Um menino
invejado**

Numa das ruas do centro da cidade, por volta das duas da tarde, quando o sol estava amolecendo o asfalto, o menino tirou a camisa e entregou à mãe para que a guardasse na bolsa. Os homens, aprisionados no preconceito de que a batina faz o padre, mal podiam racionar dentro dos seus paletos abotoados sobre a gravata, enquanto pensamente se arrastavam para o trabalho. O garoto, sereno, tranquilo, ausente do verão, desfilava a sua feliz semi-nudez, sem nem de leve perceber que despertava a inveja de quantos o viam



**De paletó
não é possível**

Em pouco tempo o vendedor de refresco viu seu produto esgotado. Camisa fora da calça um, outro paletó ao ombro, os cariocas vão procurando vencer a batalha contra o termômetro,

NOVOS RUMOS